

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Carlos Alberto Júnior

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS:
A PERCEPÇÃO DOS ATORES NO PROCESSO DE SUCESSÃO
INTERGERACIONAL**

Santa Cruz do Sul
2020

Carlos Alberto Júnior

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS:
A PERCEPÇÃO DOS ATORES NO PROCESSO DE SUCESSÃO
INTERGERACIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Cidonea Machado Deponti

Co-Orientador: Prof. Dr. Silvio Cezar Arend

Santa Cruz do Sul

2020

CIP - Catalogação na Publicação

ALBERTO JÚNIOR, CARLOS

AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS: A PERCEPÇÃO DOS ATORES NO
PROCESSO DE SUCESSÃO INTERGERACIONAL / CARLOS ALBERTO JÚNIOR. –
2020.

172 f. : il. ; 5 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de
Santa Cruz do Sul, 2020.

Orientação: Profa. Dra. CIDONEA MACHADO DEPONTI.

Coorientação: Prof. Dr. SILVIO CEZAR AREND.

1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 2. TRAJETÓRIA FAMILIAR. 3.
SUCESSÃO FAMILIAR. I. DEPONTI, CIDONEA MACHADO. II. AREND, SILVIO
CEZAR. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Carlos Alberto Júnior

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS:
A PERCEPÇÃO DOS ATORES NO PROCESSO DE SUCESSÃO
INTERGERACIONAL**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional

Dra. Cidonea Machado Deponti
Orientadora - UNISC

Dr. Silvio Cezar Arend
Co-orientador – UNISC

Dra. Erica Karnopp
UNISC

Dra. Potira Preiss
UNISC

Dr. Weimar Freire da Rocha Jr.
UNIOESTE

Dr. Carlos Anes
UFFS

Santa Cruz do Sul
2020

AGRADECIMENTOS

Sinto, pelo pulsar de meu coração, que devo agradecer às pessoas que estiveram ao meu lado durante todo o percurso desta magnífica jornada de quatro anos, que teve como objetivo conquistar o título de Doutor em Desenvolvimento Regional. Bendito seja o Senhor, que colocou em meu caminho a Leila Thomas, minha esposa, amiga e companheira, que sempre acreditou no meu potencial, me incentivou e apoiou para nunca parar de estudar. Com muita energia, ao meu lado, vivenciou todas as alegrias, conquistas e angústias. Sem bem saber o que era toda esta jornada e com a sua ingenuidade de criança, meu filho, Estevan, me incentivou diariamente, demonstrando o seu interesse em entender o que eu estava fazendo, quanto tempo demoraria, quantas páginas faltavam, se poderia ler o que estava escrito e assim foi acompanhando a construção diária do meu trabalho. A esses dois anjos que fazem parte da minha vida e pelos quais tenho um grande amor, expresso toda a minha gratidão.

À minha mãe Deiza e às minhas irmãs Consuelo e Cathlen, agradeço pelas longas horas de conversa, em que eu mais falava e elas escutavam; por vezes nem entendendo tudo que eu expressava, diziam ao final: “isso mesmo, está no caminho certo”. Como sucessor de uma pequena propriedade familiar e com filhos em crescimento, agradeço ao meu cunhado Altair e ao meu sobrinho Felipe (filho de Altair), pelas longas conversas sobre agroindústria, sucessão, família, propriedade rural.

Durante a vida, temos o prazer de conhecer pessoas, sendo que algumas simplesmente passam e outras vêm para nos acompanhar e construirmos histórias juntos. Assim, duas pessoas escrevem junto comigo esta parte de minha história pessoal. A essas duas pessoas – professora Cidonea Deponti e professor Silvio Arend – serei eternamente grato, pois, sem medir esforços, me apoiaram e me orientaram a todo momento, principalmente naquelas horas em que mais precisei, sempre com muita motivação e alegria, nunca deixando esmorecer o trabalho já construído.

Agradeço ao meu sobrinho Ricardo, por me ajudar na transcrição de mais de 25 horas de áudio. Não posso esquecer e com muita alegria agradeço a todos os agricultores que disponibilizaram uma parte de seu tempo para colaborar com a pesquisa realizada. Também agradeço aos profissionais da Emater de Santo Ângelo, em nome do Sr Rubens Tesche, por me disponibilizarem informações relacionadas às agroindústrias na Região das Missões/RS; ao Sr. Nelio Nevinski, da Emater; à Sra. Sandra Camera e ao Sr. Antoni Sartori, da Prefeitura de Entre-Ijuís; à Sra. Helena Zaltron, da Emater de Giruá; e ao Sr. André de Oliveira, da Emater de Santo Antônio das Missões, por terem realizado o primeiro contato com os agricultores, informando-os da minha pesquisa e construindo uma agenda de visitas.

Agradeço ainda aos amigos e parentes que proferiram palavras de incentivo e energia positiva. Por fim, agradeço a Deus, pelas bênçãos, pela fé, pela paz e pela saúde proporcionadas pela sua presença em minha vida e em meu lar.

Faça o seu melhor, na condição que você tem, enquanto você não tem condições melhores para fazer melhor ainda!

(Mario Sergio Cortella)

RESUMO

O tema relacionado ao processo de transformação da matéria-prima produzida pela agricultura familiar começou a ganhar notoriedade no campo científico, numa escala global, a partir de 1980. No Brasil, intensifica-se a partir da segunda metade do século XX, quando os atores reivindicam direitos e políticas públicas em benefício da agricultura familiar. A partir dos anos 1990, uma parte da agricultura familiar passa a realizar o processo de transformação da sua produção, caracterizando-se como agroindústria familiar rural, com objetivo de agregar valor à sua matéria-prima e poder, assim, prover o sustento básico da família e a permanência no estabelecimento familiar rural, comercializando o seu excedente no mercado local e regional. Com a dinâmica da agroindustrialização, os estabelecimentos familiares rurais na Região das Missões-RS potencializam esse mercado regional, caracterizando-se como um APL da Agroindústria Familiar. Para esta tese, a abordagem da sucessão familiar e da trajetória familiar embasaram a compreensão do desenvolvimento das atividades exercidas pelas propriedades com agroindústria familiar rural. Assim, o objetivo geral foi analisar como a trajetória familiar das propriedades com agroindústria familiar rural condiciona a dinâmica da sucessão na Região das Missões-RS. Metodologicamente, utilizou-se a pesquisa de campo, em que foram aplicados 32 questionários fechados para levantar o perfil socioeconômico, e 9 entrevistas em profundidade com os gestores e possíveis sucessores da propriedade com agroindústria familiar rural. Identificando que as propriedades com agroindústria familiar rural não investem em melhorias por não terem a certeza de que terão sucessão, e as agroindústrias que mais se destacam são as de farináceos, de embutidos e de cana-de açúcar. Outro ponto é o tipo de produto produzido pela agroindústria familiar rural, demonstrando ter influência na permanência do jovem no estabelecimento. No entanto, não se pode afirmar que a agroindústria familiar manterá o jovem no campo. A trajetória familiar não está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento da propriedade com agroindústria familiar, devido ao patriarca conduzir o estabelecimento como um negócio particular e não familiar. Dessa forma, o desenvolvimento da trajetória familiar das propriedades com agroindústria familiar rural não garante que ocorrerá a sucessão, sendo uma condição necessária, mas não suficiente. Para que a transferência de comando ocorra de forma adequada, atendendo à lógica da sucessão, é relevante que haja maior integração familiar na conduta de transferência intergeracional.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Regional. Trajetória Familiar. Sucessão Familiar.

ABSTRACT

The theme related to the process of transformation of the raw material produced by family farming began to gain notoriety in the scientific field, on a global scale, from 1980. In Brazil, it intensifies from the second half of the 20th century, when the actors claim rights and public policies for the benefit of family farming. In order to leave the Squeeze, from the 1990s, a part of family farming begins to carry out the transformation process, characterizing itself as a family agroindustry, with the objective of adding value to its raw material and thus providing the basic support of the family and the permanence in the family establishment, marketing its surplus in the local and regional market. With the dynamics of agro-industrialization, family establishments in the Missões-RS Region enhanced this market, characterizing itself as an *APL* of The Family Agroindustry. For this thesis, the approach of family succession and family trajectory supported the understanding of the development of the activities carried out by the properties with rural family agroindustry. Thus, the general objective was to analyze how the family trajectory of properties with rural family agroindustry conditions the dynamics of succession in the Region of Missões-RS. Methodologically, the field research was used, in which 32 closed questionnaires were applied to raise the socioeconomic profile, and 9 in-depth interviews with managers and possible successors of the property with rural family agroindustry. What has been identified is that properties with rural family agroindustry do not invest in improvements because they are not sure that they will have succession, and the agro-industries that stand out are those which come from flour, processed food and sugarcane. It was identified that the type of product produced by the rural family agroindustry influences the permanence of the young person in the establishment. However, it cannot be said that the family agroindustry will keep the young in the field. The family trajectory is not intrinsically related to the development of the property with family agroindustry, due to the patriarch conducting the establishment as a private and non-family business. Thus, the development of the family trajectory of properties with rural family agroindustry does not guarantee that the succession will occur, being a necessary condition, but not sufficient. For the transfer of command to occur properly, taking into account the logic of succession, it is relevant that there is greater family integration in the conduct of intergenerational transference.

Key-words: Regional development, Family trajectory, Family Succession.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Municípios da Região das Missões	73
Figura 2 – Localização dos COREDES e das Regiões Funcionais	74
Figura 3 – Taxa de crescimento populacional por COREDE de 2000 a 2010	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação da população no período de 2000 a 2010.	76
Gráfico 2 – Variação por gênero nos municípios da Região das Missões no período de 2000 a 2010	79
Gráfico 3 – Densidade demográfica dos municípios da Região das Missões	80
Gráfico 4 – Número de agroindústrias por tipo de produto	84
Gráfico 5 – Número de agroindústrias familiares por município em cada microrregião em 2014	85
Gráfico 6 – Responsáveis pela propriedade e pela agroindústria	89
Gráfico 7 – Núcleo familiar das propriedades rurais familiares com agroindústria	90
Gráfico 8 – Fonte de renda do grupo familiar	94
Gráfico 9 – Renda do grupo familiar	96
Gráfico 10 – Condição do produtor na propriedade com agroindústria	104
Gráfico 11 – Tamanho das propriedades com agroindústria	105
Gráfico 12 – Como foi a aquisição da terra	106
Gráfico 13 – Utilização da área da propriedade	107
Gráfico 14 – Energia elétrica da propriedade	108
Gráfico 15 – Principal fonte de água que abastece a propriedade e a agroindústria	109
Gráfico 16 – Esgoto da propriedade e da agroindústria	110
Gráfico 17 – Destino do lixo da propriedade e da agroindústria	111
Gráfico 18 – Bens do grupo familiar	115
Gráfico 19 – Veículos utilizados pelo núcleo familiar	117
Gráfico 20 – Organização do trabalho produtivo	119
Gráfico 21 – Tecnologia utilizada na agroindústria	120
Gráfico 22 – Rótulo nos produtos	123
Gráfico 23 – Código de barras no produto	124
Gráfico 24 – Canais de comercialização da agroindústria	125
Gráfico 25 – Vendas da agroindústria	127
Gráfico 26 – Transporte dos produtos produzidos na agroindústria	128
Gráfico 27 – Troca de produtos	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Índice de desenvolvimento humano por município da Região das Missões	77
Quadro 2 – Número de estabelecimentos rurais na Região das Missões de 2006 a 2017	80
Quadro 3 – Produtos produzidos pelas agroindústrias	121
Quadro 4 – Intervenções na permanência no estabelecimento com agroindústria familiar rural	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de agroindústrias familiares por ramo de atividade em cada microrregião em 2014	86
Tabela 2 – Idade dos responsáveis pela agroindústria familiar	87
Tabela 3 – Grau de escolaridade dos responsáveis pelas propriedades e agroindústrias	92
Tabela 4 – Investimentos realizados com recursos próprios ou de terceiros	98
Tabela 5 – Credores da propriedade rural familiar com agroindústria	100
Tabela 6 – Participação social	101
Tabela 7 – Máquinas e equipamentos na propriedade	113
Tabela 8 – Máquinas e equipamentos da agroindústria	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEAPER	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEAF	Programa Estadual de Agroindústria Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PIB	Produto Interno Bruto
PGPAF	Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REMAF	Rede Missioneira da Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAG	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
SEPLAN	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Regional
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DAS MISSÕES: UMA ABORDAGEM DO TEMA.....	26
2.1	Abordagem do tema sobre a agricultura familiar a partir da agricultura camponesa.....	26
2.2	O processo de agroindustrialização na agricultura familiar: um olhar sobre a temática.....	29
2.2.1	Caracterização da agroindústria familiar rural.....	29
2.2.2	Um novo olhar para a agroindústria familiar rural.....	33
2.3	Enquadramento legal da agricultura familiar e da agroindústria familiar rural.....	37
2.4	A colaboração da política do PRONAF para a sustentação da agricultura familiar.....	41
3	SUCESSÃO FAMILIAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-ANALÍTICA.....	46
3.1	Um olhar para o processo de sucessão familiar.....	46
3.2	A juventude rural na transferência do estabelecimento familiar.....	48
3.3	Uma leitura da sucessão a partir da teoria da administração.....	52
3.4	Sucessão na agricultura familiar.....	54
3.5	O desenvolvimento familiar: trajetória de vida e biografia.....	64
4	O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DAS MISSÕES-RS.....	68
4.1	Os jesuítas e os índios guaranis na Região das Missões.....	69
4.2	Os imigrantes europeus no processo de colonização da Região das Missões.....	71
4.3	A caracterização da Região das Missões no século XXI.....	72
5	AGRICULTURA FAMILIAR COMO PROCESSO AGROINDUSTRIAL: ANÁLISE SOCIOECONÔMICA.....	83
5.1	Perfil socioeconômico da propriedade com agroindústria familiar rural...87	
5.2	Reservas financeiras e uso de crédito.....	97
5.3	A participação social da família rural com agroindústria.....	100
5.4	A estrutura e a organização da propriedade rural familiar com agroindústria.....	103

5.5	A utilização de máquinas, de equipamentos, de bens e veículos na propriedade.....	112
5.6	O processo de produção, de comercialização e de logística da agroindústria familiar.....	118
6	SUCESSÃO FAMILIAR NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA REGIÃO DAS MISSÕES.....	130
6.1	O desenvolvimento da trajetória familiar: como ocorre e suas peculiaridades.....	130
6.2	Fatores que influenciam a permanência ou não do jovem no estabelecimento rural.....	136
6.3	A relação da trajetória familiar com o processo de sucessão.....	140
7	CONCLUSÕES.....	144
	REFERÊNCIAS.....	151
	APÊNDICES.....	163
	ANEXO	170

1 INTRODUÇÃO

A Região das Missões, na primeira metade do século XX, sofre uma alteração em seu território, devido à presença dos imigrantes europeus, que constituem um novo cenário, o qual passa a se identificar como meio rural de pequenas propriedades, caracterizando uma economia de base familiar (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2005). A partir dos anos 1940, os produtores são incentivados a participar de um processo de integração, relacionando-se aos grandes conglomerados industriais e cooperativos, assim, a modernização incentivada pelo Estado e pelo capital externo levou à exclusão dos agricultores que produziam individualmente. Nesse contexto, a participação nos mercados locais e regionais, por parte dos agricultores não integrados, torna-se mais difícil e complexa, inviabilizando, de certa forma, a permanência no campo e, por consequência, incentivando o êxodo rural desses pequenos agricultores.

Na tentativa de permanecerem no campo, esses agricultores foram alterando suas atividades, passando da produção de suínos para a cadeia do gado leiteiro e, mais tarde, para o processo de agroindustrialização em pequena escala, com uma diversificação dos produtos industrializados. Essa agregação de valor na transformação da matéria-prima produzida no interior da propriedade é que vai caracterizá-la como propriedade de agroindústria familiar, trazendo o conceito de uma região agroindustrial. No ano de 2012, como resultado da cooperação entre propriedades agroindustriais e atores apoiadores (Emater/Ascar-RS, sindicatos, associações e outros), ocorre a submissão de um projeto ao edital para novos Arranjos Produtivos Locais (APL) no Rio Grande do Sul (RS), o qual foi selecionado pela Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, que passa a identificar a Região das Missões como Arranjo Produtivo Local de Agroindústria Familiar (APL Agroindústrias).

No período como gestora do APL Agroindústrias das Missões, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), sediada no município de Santo Ângelo, no Estado do RS, mantida pela Fundação Regional Integrada (FURI), iniciou as atividades do APL, no ano 2013, com a realização de 25 fóruns para a disseminação do trabalho a ser executado pelo APL e 170 diagnósticos em propriedades rurais com agroindústrias familiares (POLACINSKI *et al*, 2014), levando ao enquadramento de uma região como de APL da Agroindústria Familiar.

Conforme Anes (2017, p. 21):

A participação, mobilização e a conjunção de esforços dos entes envolvidos em cada Região é uma das principais premissas apontadas para a elaboração de um plano de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. O objetivo dessa mobilização foi estabelecer metas conjuntas para que as empresas, as instituições não governamentais, a comunidade e os poderes públicos (municipal, estadual e federal) buscassem o desenvolvimento econômico regional com equidade e sustentabilidade.

A partir do ano de 2014, a entidade gestora do APL Missões passa a ser a Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústria da Agricultura Familiar do Território das Missões – Rede Missioneira da Agricultura Familiar (REMAF). Para o desenvolvimento das Agroindústrias Familiares na Região das Missões, a REMAF apresenta quatro metas, que são:

- I. Financiamento e formalização das agroindústrias familiares;
- II. Inovação e tecnologias para as agroindústrias familiares;
- III. Gestão e capacitação das entidades de organização produtiva e das agroindústrias familiares;
- IV. Organização produtiva e comercialização da agricultura familiar. (APL MISSÕES, 2017)

Nesse viés de implementação e de desenvolvimento do APL, é importante esclarecer sua origem, devido ao fato de haver metas definidas pelas entidades que compõem o APL Missões, as quais direcionam para uma modernização do processo de transformação da produção, fortalecendo a lógica dos complexos industriais e agroindustriais, direcionando a produção para grandes escalas, vislumbrando uma competitividade de mercado.

De acordo com Carrão (2004), as empresas de pequeno porte da Região de Emília-Romagna, na Terceira Itália, disseminaram a lógica do APL, devido à ausência do Estado na economia e à forte descentralização da estrutura político-administrativa do País. No período dos anos 1980 e 1990, o crescimento das empresas de pequeno porte ocorreu mais pela dispersão da produção do que pelo apoio de políticas desenvolvimentistas, pelo fato de o Estado restringir as intervenções a medidas secundárias – em vez de políticas específicas direcionadas ao desenvolvimento regional.

A esse respeito, Anes (2017, p. 22), afirma que:

A perspectiva local é incorporada pelo conceito de Arranjo Produtivo Local. Ou seja, o Arranjo Produtivo Local passa a ser o “modelo” que submete o

local à necessidade de geração de novas tecnologias e inovação em sua dinâmica produtiva, à luz da economia industrial. Além disso, o conceito de APL prega a interação entre atores e/ou agentes envolvidos na criação, na aprendizagem e na difusão do conhecimento. Um perfeito raciocínio econômico, mas não altruísta, que está sendo colocado à prova na dinâmica da agroindústria familiar da Região das Missões.

Essa lógica define que o desenvolvimento está condicionado ao crescimento econômico, baseado em modelos instrumentais e funcionais. A dinâmica baseada na escala, na divisão do trabalho, na especialização e na automação se manifesta e sobrepõe o pensamento utilitarista em relação ao pensamento humano. Por trás da cooperação entre pessoas e instituições está a intenção do ganho econômico e da vantagem competitiva em uma sociedade centrada no mercado.

As perspectivas de Carrão (2004) e Anes (2017) evidenciam que os APLs surgem em uma lógica capitalista, de atualização tecnológica e de ganho de competitividade, por meio da colaboração entre os atores e os agentes envolvidos em determinado setor produtivo, inserindo modelos instrumentais e funcionais já aplicados em outras realidades. Nesse contexto, o APL se torna espaço de articulação de estratégias e de execução de ações, “tanto de iniciativas da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não governamentais e entidades privadas, como de políticas públicas” (FLORES, 2006, p. 3).

Na perspectiva de que ocorra o desenvolvimento territorial, essas intervenções geram embates entre a definição de políticas territoriais e políticas setoriais, como estruturas centralizadas e descentralizadas de gestão e de planejamento, ambiente institucional local e externo. Abramovay (2000, p. 6) afirma que “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.” Assim, há diferentes olhares para o território; Pecqueur (2000), por exemplo, afirma que existe o território dado e o território construído. O primeiro define-se pelo processo *top-down*, deliberado por decisões político-administrativas, em regiões pré-definidas para aplicação de políticas de desenvolvimento. Já o segundo, o território construído, é compreendido pela união de atores e agentes sociais em um espaço dado, visando identificar e solucionar algum problema comum.

Assim, a relação desses atores e agentes, a partir da articulação estratégica, pode contribuir com o desenvolvimento do território dado ou construído. Flores (2006, p. 8) afirma que:

[...] pode ser estabelecida uma relação entre território, identidade, cultura, e o mercado, onde este espaço geográfico, com uma identidade construída socialmente, pode ser caracterizado por uma definida identidade cultural e por laços de proximidade e de interdependência, e pode significar um espaço de mercado para os sistemas produtivos locais. Pode também ser um componente aglutinador de qualidade e vantagens para a competitividade dos produtos e dos serviços locais, visando outros mercados, e de desenvolvimento de novas habilidades e capacidades dos atores sociais, relacionados com novas formas de aproveitamento dos recursos disponíveis.

A Região das Missões em análise é caracterizada por ser portadora de pequenas propriedades familiares e está enquadrada como um APL de Agroindústria Familiar. A mudança ocorrida na região fica evidente quando são apresentados os dados estatísticos. De acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado do Rio Grande do Sul - RS (2013), a Região das Missões, localizada no noroeste do RS, em 2010, possuía uma população total de 248.016 habitantes; destes, 175.877 residiam no meio urbano e 72.139 residiam no meio rural. Já na década anterior (no ano de 2000), o território em estudo apresentava uma população total de 262.680 habitantes, o que revela uma queda de 6% na população total. No mesmo período, os residentes no meio urbano aumentaram 5%, enquanto no meio rural a redução chegou a 24%. A Região das Missões é constituída por 25 municípios¹, em uma área total de 12.855,5 Km, como apresentado na Figura 1.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Agropecuário de 2006, existiam no Rio Grande do Sul 378.353 estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar, conforme a Lei nº. 11.326², numa área total de 6.171.622 hectares. Na Região das Missões, encontravam-se 21.817 estabelecimentos de agricultura familiar, correspondendo a 5,8% do total do Estado do RS, com um total de 748.141 hectares; por outro lado, havia 3.748 estabelecimentos da agricultura não familiar, com uma área total de 1.370.469 hectares.

Na tentativa de buscar alternativas de renda, os agricultores da Região das Missões dedicam-se à abertura de agroindústrias. De acordo com o estudo realizado

¹ Os municípios que compõem a região são os seguintes: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões, conforme apresentado na Figura 1.

² Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

pelo APL Missões, foram identificadas 263 agroindústrias familiares na Região das Missões, entre legalizadas e não legalizadas. Para a Emater/Ascar-RS (2014), há cerca de 178 agroindústrias familiares, sendo que 23 estão inclusas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) e 19 possuem o selo Sabor Gaúcho. Para as agroindústrias, são oferecidos cursos de capacitação pela Emater/Ascar-RS, sendo que 15 agroindústrias já possuem Curso de Boas Práticas de Fabricação, 6 possuem Curso de Gestão e 16 possuem Curso de Processamento de Alimentos.

Com essa transformação, as agroindústrias familiares foram incentivadas e potencializadas pelos atores regionais³ para produzirem, processarem e transformarem o principal produto gerado pela unidade familiar em um produto final com valor agregado. Autores como Niederle e Wesz Junior (2009), Pellegrini e Gazolla (2008) descrevem em seus estudos que a agroindustrialização tem um papel fundamental, contribuindo com a diversificação dos meios de vida no ambiente rural, cooperando com uma diversificação de atividades e de ativos, em que as famílias rurais podem sobreviver e obter um padrão de vida com melhor qualidade.

Para Ploeg (2008), assim como para Schneider e Niederle (2007) a agroindustrialização associa-se com a autonomia da unidade familiar de produção, tanto externa quanto interna, primeiramente porque não necessita adquirir no mercado externo os recursos produtivos e, segundo, por ter a comercialização em mercados locais, não sendo necessários intermediários⁴. Mior (2005), por sua vez, afirma que a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural tem o potencial de produzir, processar e/ou transformar parte de sua produção agrícola e/ou pecuária *in natura* em um produto com valor agregado, visando à comercialização.

Sintetizando o que os autores supracitados destacam sobre a agroindústria familiar, salienta-se que se trata de uma forma de organização que agrega valor a uma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, podendo a família realizar a comercialização de forma local ou regional, sem a necessidade de intermediários. Essa estratégia contribui para a diversificação do meio de vida das famílias. Desse modo, define-se que agroindústria familiar é uma forma de contribuir para a ampliação da renda familiar, a partir da transformação da produção em um produto final,

³ Utiliza-se o conceito de “atores regionais” segundo expresso no livro *Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Agroindústria Familiar da Região das Missões* (POLACINSKI, E. et al., 2014, p. 45-46).

⁴ O intermediário influencia o mercado, alterando o preço final do produto.

proporcionando a relação direta do produtor com o mercado consumidor local ou regional e colaborando para uma melhor qualidade de vida.

Para aprofundar o debate do conceito de sucessão familiar e de agroindústria familiar, é relevante que sejam compreendidas a definição e as inter-relações da agroindústria familiar e do desenvolvimento do território, como também as trajetórias das propriedades familiares com e sem sucessão. Assim, o problema que norteia esta tese na área de Desenvolvimento Regional é como a trajetória familiar das propriedades com agroindústria familiar rural condiciona a dinâmica da sucessão na Região das Missões. Como apresentado na literatura, o processo de sucessão em uma propriedade familiar não é considerado um processo formal, com a escolha e a preparação do sucessor para assumir a responsabilidade de gerenciamento e de tomada de decisões no andamento e no desenvolvimento das atividades realizadas na propriedade. Pelo contrário, é encarado como um acontecimento “natural”, pois acredita-se que o filho irá gerenciar a agroindústria familiar, mesmo que nunca tenha sido preparado para tal função. Para Dupas *et al* (2003, p. 71-72), é necessário que essa transição seja realizada por meio de um processo “[...] formal e planejado de atividades ao longo do tempo, de modo a criar um conjunto de talentos a partir do qual a decisão final de escolha do sucessor será feita, quando o momento chegar”.

De acordo com Abramovay *et al* (1998) e Sacco dos Anjos e Caldas (2006), não só o envelhecimento, mas também a masculinização tem uma alta influência para que ocorra o êxodo rural, dificultando ainda mais o processo de sucessão. Historicamente, as famílias passavam a responsabilidade da propriedade rural ao filho homem, que tinha como uma das suas responsabilidades cuidar dos patriarcas até o final de suas vidas, fazendo com que as filhas buscassem outras alternativas, como ir para o meio urbano estudar. No processo de transferência do estabelecimento agroindustrial para o possível sucessor, faz-se necessária a compreensão da trajetória familiar que influencia a efetividade dessa passagem, para que sejam compreendidas as dificuldades que permeiam este campo de análise, orientando o problema geral desta pesquisa, tendo como necessidade detalhar as condições sociais, produtivas, econômicas e de infraestrutura das agroindústrias.

Com uma identidade de pequenas propriedades, em média com 12,5 hectares e economicamente dependentes do setor agrícola, as agroindústrias possuem uma intervenção relevante no desenvolvimento regional, sendo apoiadas e incentivadas a se desenvolverem pelos governos municipal e estadual, assim como por entidades

como o APL das Missões, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural / Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural do Rio Grande do Sul (Emater/Ascar-RS) e sindicatos.

Conforme estudos realizados pela Emater/Ascar-RS, pelo APL Missões, por Wesz Junior (2009, 2012), por Anes (2017) e por outros autores, não se vincula a percepção da sucessão familiar das propriedades rurais com agroindústrias, sendo destacadas somente as necessidades diretas e indiretas das famílias com ou sem agroindústrias em sua propriedade para o desenvolvimento da atividade.

Por essas delimitações é que esta tese tem como objetivo analisar como se manifesta o processo de sucessão na trajetória familiar das propriedades da agricultura familiar com agroindústrias na Região das Missões-RS. Destacando quatro objetivos específicos: a) Analisar a trajetória familiar das propriedades familiares rurais, que possuem agroindústria na Região das Missões/RS; b) Analisar os fatores intervenientes no processo de sucessão familiar; c) Analisar a percepção dos agricultores e dos jovens, em relação ao processo de sucessão do patrimônio agroindustrial e; d) Descrever como se manifesta a trajetória familiar com a dinâmica da sucessão familiar.

Com essa linha de investigação, pode-se afirmar que a teoria da sucessão é abordada de forma geral no campo do Desenvolvimento Regional, não tendo sido encontrados estudos sobre a temática da sucessão voltados para a análise das atividades específicas realizadas no meio rural. Desse modo, esta pesquisa permite compreender o processo de sucessão no contexto da agroindustrialização. A lacuna encontrada se destacou como fator motivacional para o aprofundamento teórico e analítico do tema. Outro ponto a ressaltar é o incentivo proporcionado pelos atores e entidades envolvidas no desenvolvimento da agroindustrialização como meio de reprodução social, econômico e de sustentação das famílias no campo.

Apresentando meios para o desenvolvimento rural brasileiro, autores como Abramovay (1999, 2002); Spanevello (2008); Sacco dos Anjos e Caldas (2006); Brumer e Anjos (2008); Dupas *et al* (2003); Gasson e Errington (1993); Oliveira e Schneider (2009), Melo *et al* (2003), entre outros, ao longo de anos de pesquisas, elencaram, de acordo com a teoria da sucessão familiar, alguns fatores que levam o jovem a não permanecer no campo, buscando outros meios de sobrevivência, abrindo mão de suceder o patriarca na gestão do estabelecimento rural.

Para responder à problemática desta tese, que objetiva compreender como a trajetória de propriedades com agroindústria familiar rural condiciona a dinâmica da sucessão na Região das Missões-RS, optou-se pelo método fenomenológico, que visa à aproximação do sujeito (pesquisador) com o objeto a ser pesquisado (GIL, 2010). Por isso, cabem algumas considerações sobre a metodologia que sustenta a pesquisa propriamente dita.

O método fenomenológico permite construir um diálogo entre sucessão e agroindústria familiar, enfatizando a relação familiar presente nesses empreendimentos rurais. Esse método caracteriza-se por não focar em um saber “sobre” o fenômeno, mas em um saber “do” fenômeno. A relação familiar entre as gerações nas propriedades familiares com agroindústrias e a percepção do processo de sucessão da propriedade com agroindústria familiar rural na Região das Missões não foi estudada somente pela interpretação da consciência coletiva, mas no esclarecimento da intencionalidade dos fatos que se manifestam nas relações familiares.

Com base na problemática lançada, a pesquisa caracterizou-se como exploratória, utilizando uma abordagem quanti-qualitativa. O objetivo de uma pesquisa exploratória é flexibilizar maiores informações do assunto em investigação, tornando acessível o tema, organizando a delimitação dos objetivos e a construção de novas hipóteses. A abordagem qualitativa faz com que o pesquisador se disponibilize a vivenciar a pesquisa, conhecendo novas percepções, experiências, valores, crenças e significados sobre o assunto.

Quanto à coleta de dados, a investigação desta pesquisa ocorreu em três municípios da Região das Missões, devido ao número de agroindústrias que possuem individualmente. Os três municípios juntos totalizam 52 estabelecimentos rurais com agroindústria. Para conseguir aprofundar a pesquisa, do total selecionado, calculou-se uma amostra probabilística com grau de confiança de 95% e margem de erro de 10%, que resultou em 32 estabelecimentos rurais com agroindústrias, distribuídos da seguinte maneira: 12 agroindústrias em Entre-Ijuís, 12 em Giruá e 8 em Santo Antônio das Missões. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário fechado para o levantamento dos dados socioeconômicos das famílias das 32 agroindústrias. Posteriormente a este levantamento e buscando as respostas sobre a trajetória e a sucessão familiar, aplicou-se uma entrevista semiestruturada em profundidade em três agroindústrias de cada município.

De acordo com Gil (2010), a entrevista semiestruturada proporciona a livre expressão do entrevistado, como também condiciona o seu foco pelo entrevistador, tendo o pesquisador uma base de perguntas norteadoras que são formuladas a partir de visitas com o propósito de obter mais detalhes sobre o tema investigado. Para complementar o procedimento de coleta de dados, utilizou-se o diário de campo, como um método de aproximação entre o investigador e o investigado, podendo, assim, realizar anotações aleatórias, que são fundamentais na construção do conteúdo.

A pesquisa com base na problemática utilizou a abordagem qualitativa, proporcionando o acesso a determinadas informações que se tornam inalcançáveis com a pesquisa quantitativa, facilitando o processo de intervenção para a compreensão da dinâmica interna das agroindústrias e a percepção dos atores no processo de sucessão. Tratando-se de uma pesquisa com base na metodologia fenomenológica, a análise dos dados tem como propósito permitir a intuição das essências (GIL, 2010). Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica referente à característica dos estabelecimentos rurais, à trajetória familiar e à sucessão familiar ocorreu baseada no método de análise de conteúdo. Todos os dados obtidos nos questionários e nos dados secundários foram organizados e analisados, gerando a interpretação por meio da ferramenta eletrônica Excel.

Nesse ínterim, esta tese se justifica como pioneira na Região das Missões, pelo fato de não se encontrarem estudos relacionados à sucessão familiar das propriedades que possuem ou não agroindústrias. Assim sendo, o trabalho realizado apresenta contribuições para o desenvolvimento regional.

Esta tese está constituída de 7 capítulos, sendo o primeiro a introdução, que traz a apresentação do tema da sucessão familiar, da agricultura familiar e da agroindústria, assim como a problemática, os objetivos e a justificativa da pesquisa realizada. No capítulo 2, apresenta-se o desenvolvimento da agricultura familiar na Região das Missões, a relação da agricultura familiar com a agricultura camponesa. Este capítulo também contempla: como se caracteriza o processo da agroindustrialização na agricultura familiar; o novo olhar para a agroindústria familiar rural a partir da sociologia econômica; o enquadramento legal da agricultura familiar e da agroindústria; como o PRONAF colabora para a sustentação da agricultura familiar; e a linha do PRONAF-Agroindústria.

O capítulo 3 trata da sucessão familiar, relacionando estudos na agricultura familiar e na área da administração. O capítulo 4, por sua vez, apresenta os

procedimentos metodológicos da tese, incluindo a compreensão sobre o desenvolvimento da Região das Missões a partir da sua colonização, a relação com os jesuítas, os índios guaranis e os imigrantes europeus no século XIX, a movimentação da Região das Missões no século XXI e a caracterização das agroindústrias familiares rurais da Região das Missões. No capítulo 5, apresenta-se a análise socioeconômica das propriedades de agricultura familiar com agroindústria. O capítulo 6 traz os resultados obtidos com a pesquisa sobre a sucessão familiar nas agroindústrias familiares da Região das Missões, o desenvolvimento da trajetória e os fatores que influenciam a permanência ou não do jovem no estabelecimento rural. O capítulo 7 constitui a conclusão e traz uma síntese dos principais resultados da pesquisa e sua resposta sobre quais são as influências que provocam a permanência ou não do jovem no campo.

2 O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DAS MISSÕES: UMA ABORDAGEM DO TEMA

Neste capítulo, aborda-se o tema da agricultura familiar e da agricultura camponesa, expondo os conceitos e as relações teóricas a partir dos autores que discutem essa temática. Assim, busca-se compreender se a lógica de atuação da agricultura familiar vem da agricultura camponesa.

2.1 Abordagem do tema sobre a agricultura familiar a partir da agricultura camponesa

Quando se pensa em apresentar uma temática que descreve o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, é fundamental recorrer aos acontecimentos que a constituíram no decorrer de sua formação histórica. A esse respeito, Caio Prado Junior (1957, p. 13) destaca em sua obra que:

Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa e dirigida sempre numa determinada orientação.

Caio Prado Junior (1957, p. 13) ainda reforça que “tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador”. Conforme afirmado pelo autor, é nesse momento que o pesquisador consegue encontrar “[...] aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la à parte” (PRADO JUNIOR, 1957, p. 13).

A partir dessas afirmações é que o pesquisador destaca a categoria social para estudar, definindo o tempo e o espaço para indagar quais os pontos de vista a observar na agricultura familiar. Alguns estudiosos do tema, como Abramovay (1992; 1998), Lamarche (1993; 1998), Wanderley (1996; 1999) e Tedesco (1999; 2001), buscam definir uma categorização da agricultura familiar. Enquanto alguns acreditam que a agricultura familiar é uma nova categoria social, que surge a partir da potencialização do capitalismo na agricultura, vinculada às empresas do complexo agroindustrial e ao agronegócio, outros afirmam que a agricultura familiar é a evolução da agricultura camponesa, dando, assim, base para uma interpretação dos fatos com

base na história da evolução, da transformação do meio rural, na busca por compreender se a agricultura familiar e a camponesa possuem alguma relação entre si.

Desse modo, Abramovay (1992) defende que a agricultura familiar e a agricultura camponesa se distinguem, pelo fato de a agricultura familiar estar diretamente integrada ao mercado, sendo “[...] capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 1992, p. 22). Além da capacidade de implementar os avanços tecnológicos no seu meio de produção, o autor destaca mais uma diferença: “A própria racionalidade de organização familiar não depende [...] da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento em que se desenvolve” (ABRAMOVAY, 1992, p. 23).

Analisando o ponto de vista do autor sobre o fato de que o agricultor familiar consegue incorporar tecnologia e se adaptar ao espaço em que vive, pode-se dizer que, pelo fato de haver algumas distinções culturais entre a agricultura familiar e a camponesa, não afirma-se que são necessariamente distintas.

Como contraponto a esta primeira leitura da agricultura familiar, autores como Lamarche (1998) e Wanderley (1999) enfatizam que não há ruptura na história desta categoria social; pelo contrário, a agricultura familiar é a agricultura camponesa, que vem acompanhando o desenvolvimento multiescalar do território, adaptando-se às novas exigências da sociedade, que se transforma nas diferentes escalas sociais, como um termo genérico. Para Wanderley (1999, p. 52), a agricultura familiar mantém características camponesas, “[...] tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”.

Na relação entre as afirmações dos autores, pode-se dizer que a linha de distinções é tênue, em virtude de a diferenciação ter pontos frágeis, como por exemplo, a agricultura então caracterizada como familiar se diferencia por ter condições de incorporar as novas técnicas e de alguma forma responder às políticas governamentais, mas, para esse posicionamento, a subsistência da propriedade tem raízes camponesas.

Para melhor esclarecer esse impasse, destaca-se o ponto de vista de outros autores e até mesmo dos autores já citados, mas em outro período. Dessa forma,

primeiramente, recorre-se a Tedesco (1999, p. 33), que descreve alguns pressupostos que contribuem para a compreensão sobre a agricultura familiar, como sendo a “diversidade de manifestações particulares, a ótica da continuidade-redefinição das formas, valores e tradição, a família como proprietária trabalhadora e produtora”.

Anos depois da sua primeira definição, referenciada anteriormente, Abramovay *et al* (1998, p. 46) afirma que “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são provenientes de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Torna-se perceptível, na expressão citada, que a afirmação do autor não foge das características da agricultura camponesa, em que a família e seus parentes são os provedores na manutenção e na subsistência da terra, extraindo o alimento para a sua manutenção e para a comercialização do excesso.

Nessa linha de raciocínio, Lamarche (1993, p. 15) salienta que “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão ligados à família”. Rompendo os paradigmas de que a agricultura familiar é a evolução da agricultura camponesa, pode-se dizer que o enquadramento na agricultura familiar corresponde ao desdobramento das atividades dentro da propriedade rural somente pelos integrantes da família, sendo divididas pelo patriarca as atividades que cada integrante irá realizar. No início dos anos 2000, Tedesco (2001, p. 23) afirma que agricultura familiar é “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Desse modo, vê-se que os autores citados têm como característica similar a definição de que a agricultura familiar se identifica pelo trabalho da família, sendo esta a portadora da gestão da propriedade.

No intuito de apresentar e de interpretar as ramificações da agricultura familiar, pode-se afirmar que esta possui a família como alicerce, sendo a responsável pela gestão dos meios de produção e a portadora da força de trabalho desenvolvida no estabelecimento produtivo. Observa-se a heterogeneidade em relação à organização interna da família, no aspecto do trabalho e da gestão, levando em conta a exploração familiar nas diferentes realidades. Lamarche (1993, p. 18) destaca que “[...] a exploração da família não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade”.

Nessa esteira, Wanderley (1996, p. 1) também destaca a heterogeneidade na definição da agricultura familiar, afirmando que:

É importante insistir que este caráter familiar não é mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age economicamente e socialmente.

De acordo com a definição dos autores, verifica-se que a legitimidade da agricultura familiar é constituída a partir de contradições teóricas, sendo, de um lado, a lógica econômica definida como visão hegemônica e global e, de outro, a lógica social camponesa interpretada como resistência aos preceitos hegemônicos do imperialismo econômico (ANES, 2017).

Desse modo, salienta-se que, no percurso de evolução e de transformação da caracterização social das famílias do meio rural, a agricultura familiar não é desconecta da agricultura camponesa, mas foi ganhando denominações diferentes, devido às batalhas travadas para que a categoria social desassistida no meio rural fosse percebida e valorizada. Enraizada na dinâmica de relação trabalho e desenvolvimento social e econômico da agricultura camponesa, no final do século XX e início do século XXI, ocorre a criação de leis que vão caracterizar a agricultura familiar, conforme será demonstrado no próximo tópico.

2.2 O processo de agroindustrialização na agricultura familiar: um olhar sobre a temática

Nesta seção discorre-se sobre o processo de transformação da matéria-prima produzida no interior das propriedades da agricultura familiar, compreendendo o entendimento teórico da agroindústria, o enquadramento legal e as políticas criadas para colaborar com o desenvolvimento da atividade em caráter social, econômico e de mercado.

2.2.1 Caracterização da agroindústria familiar rural

Nesse imenso mar de diálogo do campo científico, existe um expressivo número de autores que escrevem sobre a perspectiva das agroindústrias familiares no Brasil. A reprodução social e econômica da agricultura familiar, a partir da agregação de valor no processo de transformação da matéria-prima, leva um conjunto de autores a

discutirem a importância da agroindustrialização na agricultura familiar de diferentes formas.

Wanderlei (1999) descreve que a gestão da propriedade e as atividades produtivas definem a relação entre trabalho e família, demonstrando uma coordenação dos indivíduos do grupo familiar. A diversidade social da agricultura familiar é apresentada por Nierdele e Wesz Junior (2009). Nessa linha de diversidade, Pellegrini e Gazolla (2008) apresentam uma leitura sobre o destino dos recursos econômicos, ambientais e sociais, a partir das ações desempenhadas pela família. Ao acompanhar os raciocínios sobre a importância da agroindústria rural familiar, percebe-se que está se constituindo como uma alternativa de renda devido à agregação de valor. Para tanto, se utiliza como referência o trabalho de autores como Gazzolla (2009, 2013), Mior (2005, 2007), Prezotto (2002a, 2002b), Guimarães e Silveira (2010).

Gazolla (2009) discorre que a reprodução das agroindústrias familiares rurais no espaço rural da Região Sul do País pode ser compreendida a partir do Institucionalismo e da Economia dos Custos de Transição, dando sustentação aos “[...] processos de reprodução social e de manutenção dos pequenos empreendimentos familiares” (GAZOLLA, 2009, p. 161). O autor retrata que a agroindustrialização é uma estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar, a qual agrega valor na transformação da matéria-prima (GAZOLLA, 2009). A esse respeito, deixa claro que:

Ela é, assim, o produto da ação concreta e prática das próprias famílias no seu dia a dia, tentando encontrar soluções para os seus problemas vivenciados, utilizando-se de novas estratégias para se reproduzir socialmente fora do padrão dominante da produção de grãos e da integração agroindustrial às grandes empresas do setor agroalimentar. (GAZOLLA, 2009, p. 165)

Mior (2006, p. 268), por sua vez, pontua que a agroindustrialização autônoma da agricultura familiar torna-se “objeto de interesse acadêmico e de políticas públicas”, entrando na agenda de “[...] reivindicação das organizações sociais e de representação da agricultura familiar”. Segundo o autor, essa possível autonomia da agricultura familiar eleva o interesse pela “constituição de centenas de empreendimentos agroindustriais para processar de forma artesanal produtos e matérias-primas como leite, carne suína, cana-de-açúcar e frutas, [...]” (MIOR, 2006, p. 268), sendo a agroindústria familiar rural parte da lógica produtiva da agricultura

familiar. Mior (2005) ainda afirma que “enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico (MIOR, 2005, p. 190).

Como o processo de agroindustrialização ganha força a partir dos anos 1990 e o esclarecimento sobre o tema vai ganhando espaço, Mior (2005) caracteriza: “a agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização” (MIOR, 2005, p. 191).

De acordo com a percepção do autor, a caracterização da agroindústria familiar rural está na sua forma de organização, gerando valor de troca. Embora o produto, por vezes, seja processado na cozinha das agricultoras, é considerado um novo empreendimento. Mior (2005) salienta ainda outro aspecto para caracterizar as agroindústrias familiares rurais, como a localização do estabelecimento no meio rural, que prioriza o processo de transformação manual, com a utilização em baixa escala de máquinas e de equipamentos, sendo a maior parte da matéria-prima procedente de sua própria produção ou de vizinhos; o processo, por sua vez, revela-se artesanal e é realizado com mão de obra familiar. A caracterização e a definição da agroindústria familiar rural são fundamentais para a compreensão da família, destacando a sua trajetória como papel fundamental no desdobramento do território. Assim, a agroindustrialização familiar rural figura como mola propulsora das mudanças internas nas unidades familiares de produção, na organização da agricultura familiar e na multiplicação da economia regional e local (MIOR, 2007).

Na concepção da agroindústria familiar rural, algumas características são elencadas por Presotto (2002b), que a considera uma “alternativa de inclusão socioeconômica dos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, viável dentro deste modelo econômico e de mercado” (PRESOTTO, 2002b, p. 134). O autor ainda afirma que o processo de industrialização não é novo para os agricultores familiares, porque é parte de sua história e cultura, devido à dinâmica de atender a necessidade alimentar da família e, em uma fração menor, comercializar o excedente junto ao mercado local. Descreve que entende por agroindustrialização o “beneficiamento dos produtos agropecuários (secagem, classificação e limpeza) e/ou a transformação de

matérias-primas gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal como, por exemplo, leite em queijo e frutas em doces e bebidas” (PRESOTTO, 2002b, p. 137).

Pela concepção de Presotto referente à agroindústria familiar rural, fica evidente que ele contribui com a percepção de autores citados anteriormente, mas apresenta um destaque ao abordar que a agroindústria familiar rural pode ser uma das alternativas da agricultura familiar, por ser capaz de provocar uma distribuição de renda mais equitativa (PRESOTTO, 2002b). O autor quer dizer que a agricultura familiar detém o saber-fazer, mas, com o impulsionamento do tema, a categoria social, que por anos permaneceu às margens das decisões do governo em todas as escalas, agora pode encontrar forças para se posicionar estrategicamente, resgatando seus valores sociais e culturais, incluindo-se socialmente por conseguir, através de seu trabalho e produção, uma melhor renda e qualidade de vida. Presotto (2002a, 2002b) ainda relata que a agregação de valor das agroindústrias familiares rurais é uma alternativa para a sustentabilidade econômica, social e ambiental, indo além da simples lógica do desenvolvimento agrícola.

Guimarães e Silveira (2010), através de um olhar conceitual sobre a terminologia da agroindústria familiar rural como um espaço heterogêneo, afirmam que, para que a agregação de valor aconteça de forma certa e para que as políticas públicas sejam influenciadas positivamente, a apreciação correta do tema é fundamental. Desse modo, a agroindústria familiar rural, para Guimarães e Silveira (2010, p. 8-10), apresenta três formas distintas no processamento dos produtos: a primeira, denominada “agroindústria caseira”, caracteriza-se pela inexistência de instalações e de equipamentos específicos para o processamento de alimentos e pela relação entre o consumo familiar e a comercialização de excedentes. A segunda é denominada “agroindústria familiar caseira”, caracterizada pelo produto final, ligada a um saber-fazer intergeracional, com base nos procedimentos adotados, mesmo que aprimorados por cursos e trocas de experiências para incorporar as Boas Práticas de Fabricação, visando avançar na qualidade sanitária. Já a terceira é denominada “agroindústria familiar rural”, com características de uma agroindústria convencional de pequena escala, ou seja, é uma unidade de processamento semelhante à da grande indústria.

Neste sentido, a última forma de processamento pode não ter relação com alguma atividade na propriedade, não se caracterizando como o saber-fazer intergeracional, mas como um saber-fazer transmitido por grupos detentores do

conhecimento de produção. Não tendo uma expressão do artesanal, passa a se configurar um produto igual ao dos grandes complexos agroindustriais, sendo meramente diferenciado por ser produzido em uma propriedade da agricultura familiar, em uma estrutura e escala menor. Podendo ser melhor compreendido na seção que segue logo abaixo.

2.2.2 Um olhar da agregação de valor da agroindústria familiar rural

A trajetória do desenvolvimento rural no Brasil, desde a década de 1990, tem promovido uma série de medidas para intensificar a produção familiar no País e destacado o debate teórico elaborado por diferentes autores em torno da escala nacional. Tal situação tem mostrado a valorização de iniciativas de agregação de valor aos produtos produzidos pelas famílias da agricultura familiar com o processo agroindustrial, detalhando suas características e experiências.

Para a compreensão sobre a agregação de valor em baixa escala executada pelos estabelecimentos da agricultura familiar e diferenciando-a do grande complexo agroindustrial, Gazolla (2013) compreende o processo agroindustrial familiar por meio da sociologia econômica, baseando-se no conceito de *embeddedness*; construção de mercados e redes sociais; teoria das convenções; redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural; economia de aglomeração; mercados locais de proximidade; circuitos locais/regionais de comercialização. Ampliando a explanação de Gazolla (2013) em relação às teorias elencadas, Agne e Waquil (2011) já descreviam que a agregação de valor discutida sobre a produção oriunda da agroindústria rural familiar está centrada nos motivos que perfazem a agricultura familiar, pela diversificação de suas atividades, como também descrito por autores como Pellegrini e Gazolla (2008); Niederle e Wesz Junior (2009), Wesz Junior *et al* (2006) e outros. Assim, explora-se o conhecimento técnico familiar e promove-se a manutenção da família no espaço ao qual pertence.

Para Agne e Waquil (2011); Presotto (2002a) e Souza (1980), a atividade agroindustrial é uma estratégia que a agricultura familiar tem adotado para minimizar os riscos impostos pelas áreas tradicionais, como a pecuária e a lavoura, podendo assim encarar as contingências econômicas. Outras motivações descritas por Agne e Waquill (2011), analisando o trabalho de Pellegrini e Gazolla (2008), relacionam-se ao valor de troca, não direcionado somente para benefício econômico, mas garantindo a

subsistência familiar, devido à aquisição de alimentos não produzidos no próprio estabelecimento. Nesse sentido, Agne e Waquill (2011) afirmam que Pellegrini *et al* (2009) e Niederle e Wesz Junior (2009) já visualizavam uma nova organização social e de redes agroalimentares como alternativas para a inserção nos mercados por parte das famílias.

Gazolla (2013) ainda discute as contribuições desses autores quando se trata da reprodução social das agroindústrias familiares, destacando a pequena e média escala de produção e a produção artesanal. Para compreender as agroindústrias rurais familiares, Gazolla (2013) propõe cinco elementos que podem dar um esclarecimento, nos espaços rurais brasileiros, para a reprodução social das agroindústrias, que passam a ser chamadas pelo autor de “condições alargadas”. Esses elementos são:

- (a) A forma familiar de produção, gestão e trabalho nas agroindústrias, aliada à capacidade de agência dos agricultores; (b) a pequena e média escala, ligada à produção de alimentos com qualidades específicas (produtos diferenciados e com inovações embutidas); (c) a existência de uma base material de recursos que é estrategicamente autocontrolada (trabalho familiar, autoconsumo, terras, etc.) pelas famílias, sendo só em parte mercantilizada e assentada numa lógica que estaria de acordo com os fundamentos da economia de escopo. As agroindústrias ainda se baseariam: (d) na agregação de valor às próprias matérias-primas produzidas pela família, que seria a característica central das agroindústrias, sendo isso manifestado em três direções principais (agregação de valor econômico ligada às transformações que os alimentos sofrem, agregação de valor social ligada à forma familiar de produção e trabalho e a baseada na produção de alimentos típicos de um local ou território) e; (e) a comercialização dos alimentos, que é desenvolvida principalmente em mercados locais ou de proximidade, devido a fatores como a informalidade, fidelidade dos consumidores devido às relações pessoais desenvolvidas historicamente e à existência de um contexto institucional que por vezes lhes é hostil. (GAZOLLA, 2013, p. 65)

A reprodução social das agroindústrias familiares pode ser compreendida a partir desses cinco elementos definidos como “condições alargadas” por Gazolla (2013), conforme corroborado por Agne e Waquil (2011). As definições desses autores são estratégicas e relacionam-se à montagem de redes de proximidade social.

Gazolla (2013) cita John Wilkinson, que procura compreender o funcionamento do mercado agroindustrial a partir da sociologia econômica e da teoria das convenções. Já Agne e Waquill (2011) se debruçam nos estudos de Mark Granovetter (1985), que provoca uma reformulação da noção de *embeddedness* no que se relaciona aos mercados construídos por meio de redes sociais.

No que tange à sociologia econômica e aos mercados de proximidade relacionados aos empreendimentos agroindustriais familiares, pode-se dialogar com o que Wilkinson (2002) afirma ao analisar os mercados da agroindústria familiar, a partir dos *insights* de Granovetter, o qual elenca dois componentes: “um interpretativo e o outro mais propositivo” (WILKINSON, 2002, p. 804). O autor relata que se pode analisar a existência do mercado agroindustrial não pelo reflexo da pobreza ou da baixa conscientização do consumidor, mas pelo lado inverso. O mercado que se assiste pode ser visto pelo prolongamento de relações familiares, e até mesmo pelos consumidores ou como um meio de comercialização (WILKINSON, 2002).

Dessa forma, o autor salienta que:

[...] o mercado não se coloca como problema, porque a produção evolui em função da demanda. Ao mesmo tempo, a confiabilidade do produto decorre da confiança no produtor, podendo dispensar garantias formais de qualidade. Nas localidades rurais, essa produção, geralmente informal, pode adquirir uma reputação de qualidade que conquista a elite local (médicos, advogados, técnicos). Parentesco, vizinhança, conhecimentos pessoais e transações repetidas entre os mesmos atores confirmam reputações e consolidam lealdades, fazendo com que esses mercados se tornem relativamente imunes de pressões externas, sejam de ordem mercadológica ou reguladora. Fora ações punitivas de fiscalização, existem fortes razões, portanto, para supor que esses mercados se apoiam em bases sólidas, enquanto o tecido social na localidade se mantém intacto. (WILKINSON, 2002, p. 814)

O autor ainda afirma que a insegurança de ampliar as atividades para novos mercados pode ser compreendida pelas mesmas razões que são expostas para compreender por que o mercado não é um problema para as agroindústrias familiares: pelo fato de os indivíduos ligados ao processo agroindustrial estarem conectados a circuitos sociais que reproduzem os conhecimentos já existentes. Wilkinson (2002) relata que o entrave para a expansão da produção não está focado no gerenciamento de quantidades maiores nem nos problemas ligados a custos fixos maiores, e sim à ampliação do mercado para além da rede social. O desafio, portanto, é como negociar a ruptura entre mercado e rede social.

Identifica-se que, nos mercados de proximidade social, “[...] transações frequentes, confiança entre consumidores e agricultores, conhecimento pessoal, parentesco e vizinhança consolidariam os mercados, mesmo os mais informais” (GAZOLLA, 2013, p. 66-67), provocando entre os estabelecimentos agroindustriais e demais atores uma lealdade mútua. Ainda complementa que:

Os mercados também seriam imunes a pressões externas e do Estado, pois eles consolidar-se-iam conquistando “elites” e consumidores locais pelos seus atributos de “qualidade” e como as transações são na maioria das vezes diretas entre agricultores – consumidores, as agroindústrias não sofrem as sanções do ambiente institucional. (GAZOLLA, 2013, p. 67)

Para complementar, Agne e Waquill (2011, p. 172) afirmam que “os mercados são distintos, fundamentados sob a relação de parentesco, amizade e/ou vizinhança ou constituem relações complexas e típicas de grupos sociais dinâmicos, tradicionais e heterogêneos, tal como são os agricultores familiares”. Contudo, Wilkinson (2002, p. 815) ressalta que a resposta mais concreta seria promover “[...] adaptação formal do produto às exigências de mercados impessoais e a capacitação dos produtores aos novos conhecimentos que moldam esses mercados”.

Wilkinson (2002) salienta que a sociologia econômica contesta o funcionamento dos mercados formais e a distância, afirmando que o desenvolvimento ocorre sem a intermediação de redes sociais.

Na terminologia da sociologia econômica, a persistência e a resistência da pequena agroindústria devem-se ao seu *embeddedness*, enquanto a sua adaptação à transformação dos mercados e aos novos critérios de regulação exige esforços de construção social de mercado. (WILKINSON, 2002, p. 815)

Reforçando esse posicionamento, Gazolla (2013, p.66) afirma que, caso ocorra a apropriação de mercados formais em relação aos mercados protegidos pelos *embeddedness*, tem-se grande chance de haver um processo seletivo no mercado e a mortalidade de muitos empreendimentos na agricultura familiar. Como defendido por Gazolla (2013, p.66), para esses empreendimentos se manterem em atividade no espaço rural, há proposições em dois sentidos, sendo que o primeiro é a necessidade de “[...] negociar uma legislação agroalimentar adequada à escala desses empreendimentos [...]”, e o segundo é a necessidade de ocorrer o transporte dos “[...] valores específicos e confiança destes mercados de proximidade social para outras redes mais amplas, [...] sem perder as características típicas e qualidades diferenciadoras desses produtos” (GAZOLLA, 2013, p. 67-68). Salientando que as estratégias apresentadas podem promover a sobrevivência por longo período das agroindústrias familiares que produzem em uma pequena ou média escala (GAZOLLA, 2013). Nesse sentido, o tópico seguinte aborda o enquadramento legal das agroindústrias familiares rurais.

2.3 Enquadramento legal da agricultura familiar e da agroindústria familiar rural

Durante os anos de 1950 a 1970, a agricultura exercida pelas pequenas propriedades com uma produção de baixa escala sofreu com a modernização conservadora da agricultura nesse período, devido ao governo brasileiro da época promover a industrialização, objetivando abolir a separação que o País vivenciava em relação à economia capitalista industrializada dos países mais desenvolvidos (DELGADO, 2010).

Como fomentador da proposta de crescimento, o Estado assumiu vários papéis:

(1) foi agente produtivo, por meio da criação, expansão e consolidação de um importante setor produtivo estatal (que será privatizado, em parte, na década de 1990); (2) foi agente financeiro, responsável pela criação, captação e centralização dos créditos de longo prazo necessários à transformação da estrutura produtiva industrial, principalmente por meio do atual BNDES; (3) foi articulador dos capitais privados nacionais e internacionais que participaram do processo de acumulação industrial e transplantaram, de forma incompleta e deformada, a estrutura industrial prevalecente nos países capitalistas centrais; (4) foi expressão e sustentáculo de um pacto de poder autoritário e excludente das camadas populares, especialmente do meio rural, que, ao mesmo tempo em que tornava hegemônico o projeto industrializante, mantinha intocada a estrutura de poder no campo e garantia mecanismos de valorização especulativa dos capitais (na época, em grande parte nacionais) instalados nas órbitas bancária, imobiliária e comercial; e (5) foi formulador e executor de políticas públicas, tanto no nível macroeconômico como setorial, que privilegiaram a constituição de uma economia urbano-industrial, protegendo a produção, subsidiando investimentos, criando mercados, mantendo os preços dos alimentos controlados e os salários reduzidos, elevando os lucros industriais, expandindo a infraestrutura de energia e transportes etc. (DELGADO, 2010, p. 33).

Esse modelo excludente e dependente de industrialização, sustentado pelo Estado, entra em colapso nos anos 1960, devido à aceleração da inflação e à baixa articulação política que o sustentava, fazendo-o recuar. Essa fragilidade motivou e deu voz aos intelectuais, aos partidos políticos que não estavam de acordo com o modelo imposto e aos movimentos sindicais e camponeses, a fim de reivindicarem a reforma agrária, o aumento dos salários e crescimento do mercado interno. Essa bandeira levantada pelo movimento, durante o enfraquecimento do governo, teve como objetivo lutar contra a elite agrária e o pacto de poder da industrialização, para tornar a agricultura familiar menos dependente e excludente e mais democrática (DELGADO, 2010). Mobilizou-se um grupo de instrumentos para atender às demandas da agricultura, tais como: a criação de incentivos fiscais às exportações;

as minidesvalorizações cambiais; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER); e o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que concedia crédito rural subsidiado (DELGADO, 2010).

Esse processo de modernização conservadora da agricultura brasileira apresenta algumas características, como a concentração do crédito rural nas regiões Sul e Sudeste do País, provocando uma desigualdade regional, sendo os grandes e alguns médios produtores os privilegiados com o crédito rural, ocasionando a concentração fundiária. Os produtos destinados à exportação eram os mais beneficiados, alavancando a diferença entre os produtos destinados à exportação e os da alimentação, gerando desigualdade na distribuição de renda no meio rural. Esse movimento levou a um colapso da mão de obra no campo, provocando a expulsão do homem rural, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, onde a modernização foi mais intensa (DELGADO, 2010).

O favorecimento ao governo e às instituições de agricultores capitalistas e grandes latifundiários fez com que os agricultores familiares, os sem-terra e os assalariados, considerados pelo governo como uma população de baixa renda, lutassem por políticas públicas. De acordo com Triches e Grisa (2015), a categoria social da agricultura familiar, que sempre esteve às margens das ações do Estado brasileiro, ganha uma nova trajetória a partir da Constituição de 1988, com novos espaços de participação e de reconhecimento de direitos, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1995, que levou à criação de outras políticas, objetivando o desenvolvimento rural. Vale ainda mencionar a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, seguido, no ano de 2001, pela formação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), fundamentando a categoria social; e em 2006 é regulamentada a Lei da Agricultura Familiar, balizando as políticas públicas.

De acordo com a referida lei, consideram-se pertencentes à agricultura familiar ou a empreendimentos familiares rurais as propriedades que praticam atividades no meio rural, atendendo aos seguintes requisitos definidos no Artigo 3 da Lei:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009).

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009). (BRASIL, 2006).

Estes conceitos, princípios e instrumentos definidos pela Lei n. 11.326/2006, estabelecem a diferença entre um estabelecimento de agricultura familiar e um estabelecimento de agricultura não familiar. Em 31 de maio de 2017 o Decreto n. 9.064 amplia as diretrizes que formulam as políticas públicas da agricultura familiar e os empreendimentos familiares rurais, destacando que:

Art. 1º As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais deverá considerar a Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, os empreendimentos familiares rurais e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA - conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele;

II - família - unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros que contribuam para o rendimento ou que tenham suas despesas atendidas pela UFPA;

III - estabelecimento - unidade territorial, contígua ou não, à disposição da UFPA, sob as formas de domínio ou posse admitidas em lei;

IV - módulo fiscal - unidade de medida agrária para classificação fundiária do imóvel, expressa em hectares, a qual poderá variar conforme o Município, calculada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra;

V - imóvel agrário - área contínua, qualquer que seja a sua localização, destinada à atividade agrária; e

VI - empreendimento familiar rural - forma associativa ou individual da agricultura familiar instituída por pessoa jurídica, admitidos os seguintes arranjos:

a) empresa familiar rural - aquela constituída com a finalidade de beneficiamento, processamento ou comercialização de produtos agropecuários, ou ainda para prestação de serviços de turismo rural, desde que formada exclusivamente por um ou mais agricultores familiares com inscrição ativa no CAF;

b) cooperativa singular da agricultura familiar - aquela que comprove que, no mínimo, sessenta por cento de seus cooperados são agricultores familiares com inscrição ativa no CAF;

c) cooperativa central da agricultura familiar - aquela constituída exclusivamente por cooperativas singulares da agricultura familiar com inscrição ativa no CAF; e

d) associação da agricultura familiar - aquela que comprove a totalidade dos associados com personalidade jurídica e com inscrição ativa no CAF e que possua o mínimo de sessenta por cento das pessoas físicas associadas com inscrição ativa no CAF ou demonstre ambas as situações no caso de composição mista.

Art. 3º A UFPA e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos:

I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;

II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;

III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e

IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

§ 1º O disposto no inciso I do *caput* não se aplica à UFPA e ao empreendimento familiar rural compostos por extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e demais comunidades tradicionais.

§ 2º Na hipótese de pescadores artesanais, de aquicultores, de maricultores e de extrativistas que desenvolvam tais atividades não combinadas com produção agropecuária, para fins do cumprimento do inciso I do *caput*, a área do estabelecimento será considerada igual a zero.

§ 3º Ato da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário disporá sobre a composição da renda familiar para fins do disposto no inciso III do *caput*.

Art. 4º Fica instituído o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, destinado à identificação e à qualificação da UFPA e do empreendimento familiar rural.

§ 1º Compete à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário a implementação e a gestão do CAF.

§ 2º O cadastro ativo no CAF será requisito para acesso às ações e às políticas públicas destinadas à UFPA e ao empreendimento familiar rural.

Art. 5º Serão cadastrados no CAF:

I - os beneficiários que se enquadrarem nos requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

II - os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

III - os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF; e

IV - as demais UFPA e os empreendedores familiares rurais que explorem imóvel agrário em área urbana.

Art. 6º O CAF substituirá a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf para fins de acesso às ações e às políticas públicas destinadas à UFPA e aos empreendimentos familiares rurais.

Parágrafo único. Até que se conclua a implementação do CAF, a Declaração de Aptidão ao Pronaf permanece como instrumento de identificação e de qualificação da UFPA e dos empreendimentos familiares rurais.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2017, <www.planalto.gov.br>)

Nesse Decreto, o Artigo 6 da Lei n. 11.326/2006 é destacado pelo fato de determinar que a identificação e a qualificação das Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) e dos Empreendimentos Familiares Rurais (EFR), para acesso às políticas públicas, ocorrerá por meio do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Neste sentido é fundamental compreender quais os parâmetros estabelecidos para a agricultura familiar, pelo fato de exercer influência na tomada de decisão dos jovens permanecer ou não no meio rural. Dessa forma e se aproveitando da lei definida, políticas públicas como o PAA e o PNAE foram criadas para o benefício e o fortalecimento da agricultura familiar, destacando-se ainda o PRONAF, que tem como benefício a promoção do desenvolvimento dos agricultores, conforme apresentado no tópico a seguir.

2.4 A colaboração da política do PRONAF para a sustentação da agricultura familiar

O Decreto n. 1.946/1996 institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o objetivo de fortalecer a produção agrícola e assegurar a viabilidade econômica das famílias da agricultura familiar, como também gerar emprego e renda e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. O programa é orientado pelas seguintes diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;

- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras. (BRASIL, 1996, <www.planalto.gov.br>)

Os critérios definidos para que os agricultores familiares possam se enquadrar nos benefícios do PRONAF estão relacionados a ter a posse da terra em que produzem na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros, não terem empregado permanente na atividade, podendo possuir, como área total, o limite de quatro módulos fiscais, sendo que 80% da sua renda bruta anual deve ser originária da exploração agrícola; além disso, devem residir na sua propriedade rural, aglomerado urbano ou rural (BIANCHINI, 2015). Esses critérios dão uma diretriz para diferenciar a agricultura familiar da agricultura patronal, do grande latifundiário, que possui outras linhas de crédito e condições para produzir em grande escala, dando acesso ao mercado industrial exportador.

A partir dessa diferenciação entre a agricultura familiar e a grande agricultura, conforme o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2013), os agricultores familiares passam a ter acesso a linhas de crédito do PRONAF, como:

- Pronaf Custeio: financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf;
- Pronaf Investimento (Mais Alimentos): financia máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;
- Microcrédito Rural: atende os agricultores de menor renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrir qualquer atividade que possa gerar renda para a família atendida;
- Pronaf Agroecologia: financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;
- Pronaf Mulher: linha oferecida especialmente para as mulheres. Financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil da mulher.
Pode ser usado para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora;

- Pronaf Eco: investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e recuperação do solo;
- Pronaf Agroindústria: financia investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;
- Pronaf Semiárido: financia projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, que priorizem infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida;
- Pronaf Jovem: financia propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras com idade entre 16 e 29 anos. Os recursos são destinados à implantação, ampliação ou modernização de produção e serviços nos estabelecimentos rurais;
- Pronaf Floresta: financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
- Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria ou de terceiros;
- Pronaf Cota-Parte: financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013, p. 11-13)

Como meio de garantia e de fortalecimento da produção agrícola dos agricultores familiares, é desenvolvido, junto com o PRONAF, um conjunto de medidas, como a criação do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (GRIZA *et al*, 2015).

Considerando as características operacionais do PRONAF, Schneider (2004) destaca que há quatro objetivos específicos que contribuem com o propósito do programa:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. (SCHNEIDER, 2004, p. 3)

O enquadramento legal da agricultura familiar e da agroindústria familiar, a partir de políticas públicas de apoio à categoria social, como retratado pelos autores, regulamenta os agricultores familiares para desenvolverem atividades que não

incluem somente a agricultura e a produção de *commodities*, mas também o processamento de outras matérias-primas produzidas dentro da propriedade, como é o caso da agroindustrialização em pequena escala.

O reconhecimento da agricultura familiar como uma categoria social e econômica importante ao meio rural, conforme retratado anteriormente, faz com que alguns autores, como Wesz Junior (2009), se preocupem em entender uma das linhas do PRONAF. No ano de 1998, foram criadas algumas linhas para atender às diferentes categorias pertencentes à agricultura familiar, sendo a linha PRONAF-Agroindústria uma dessas, que teve objetivo de promover o acesso do agricultor ao crédito para investimento. Cabe ressaltar que essa linha de crédito, no início, só podia ser acessada por projetos que se estabeleciam em uma estrutura de redes. Esse formato era falho pelo fato de os empreendimentos rurais se caracterizarem como um processo de agregação de valor à produção primária de uma determinada família e não ser, naquele momento, fomentada entre os agricultores a formação de redes para essa agregação.

Prevedo-se que essa linha não teria sustentação, no ano seguinte surgiu o PRONAF-Agregar que permaneceu com essa denominação até o fim de 2002. A relação mais intensa de interesse do agricultor familiar permitiu que o PRONAF-Agregar liberasse recursos individuais e também em redes. Com a mudança de governo no ano de 2003, o PRONAF-Agregar passou a se chamar PRONAF-Agroindústria, sendo mantidas as características dos dois formatos, o que tornou possível acessar recursos para investimentos em redes e individualmente (WESZ JUNIOR, 2009).

Essa linha de financiamento torna-se importante pelo fato de muitos agricultores familiares, como descrito por Wesz Junior (2008, 2009), estarem insatisfeitos com a volatilidade dos preços dos *commodities*, com o custo dos insumos e com as frustrações de safra, as quais também são influenciadas pela instabilidade climática. O autor cita que “os agricultores não contam com a quantidade de recursos para a construção de uma infraestrutura básica, compra de equipamentos, e até mesmo para a obtenção de capital de giro” (WESZ JUNIOR, 2009, p.7), sendo essencial o acesso às linhas de crédito disponíveis.

Em uma região como a das Missões, que possui uma característica de pequenas propriedades enquadrando-se na agricultura familiar, a linha disponível pelo PRONAF é fundamental para o desenvolvimento dessas pequenas propriedades. Essas

propriedades buscam alternativas produtivas, uma vez que a produção de *commodities* não é atrativa em baixa escala.

Considerando que, para acessar os recursos do PRONAF, o agricultor deve estar ativo com a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), vale mencionar que, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, a Região das Missões possui 7.452 estabelecimentos da agricultura familiar com DAP, sendo que o município de Guarani das Missões possui 475, seguido por Santo Ângelo, com 455, e Roque Gonzales, com 418 estabelecimentos com DAP. Esses estabelecimentos conseguem ter acesso às políticas públicas e aos programas disponibilizados pelos governos federal e estadual, como: Seguro da Agricultura Familiar; Programa de Garantia de Preços Mínimos; Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar; Assistência Técnica e Extensão Rural; Garantia-Safra; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Programa Brasil sem Miséria; Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel; Programa Minha Casa Minha Vida Rural; Benefício Especial da Previdência Social Aposentadoria Rural – Funrural; e Auxílio Emergencial Financeiro (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015). Esse acesso proporciona uma maior segurança para que os agricultores familiares rurais realizem investimentos, transmitindo ao jovem rural uma visão de desenvolvimento condições para a sua permanência no meio rural, torna-se fundamental discutir a sobrevivência desses empreendimentos familiares com a sucessão familiar, o que é abordado no próximo capítulo.

3 SUCESSÃO FAMILIAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-ANALÍTICA

Este capítulo refere-se à sucessão familiar com o debater os conceitos referentes ao tema e a sua relevância para o debate científico. Considerando que o empreendimento familiar rural se assemelha a uma empresa familiar, realizou-se um estudo dos autores da área da administração que discorrem sobre sucessão familiar, apresentando as diferentes correntes e abordagens que discutem a continuidade dos negócios familiares.

3.1 Um olhar para o processo de sucessão familiar

O meio rural brasileiro tem apresentado, ao longo dos anos, a diminuição da sua população, demonstrando que o êxodo rural é um fator relevante na transformação social da agricultura brasileira. Nas últimas décadas, porém, em especial a partir dos anos 1980, foram intensificadas as políticas públicas para atender as demandas vindas do meio rural, no intuito de manter as pessoas nesse ambiente.

Vale referir que a saída em excesso do meio rural levou Abramovay *et al* (1998) e Carneiro e Abramovay (1999) a identificarem que a masculinização e o envelhecimento do campo estavam crescendo e que as moças saíam do campo muito mais que os rapazes, pela precária perspectiva de assumirem a propriedade – se permanecessem, provavelmente teriam o papel de subalternas.

A partir de pesquisas realizadas por Stropasolas (2006, 2010) e Aguiar e Stropasolas (2010) no Oeste Catarinense, localizado na Região Sul do País, constatou-se que a masculinização e o envelhecimento vinham ocorrendo pela baixa natalidade no meio rural e pelo processo de exclusão da filha na possível transferência do estabelecimento rural, provocando, assim, o seu deslocamento para o meio urbano em busca de novas oportunidades.

Além dos autores já citados, Sacco dos Anjos e Caldas (2005), Costa (2010) e Spanevello (2008) apontam que o rural do Rio Grande do Sul também apresenta uma característica masculinizada e envelhecida. Spanevello (2008, p. 19), em sua tese de doutorado, afirma que:

As implicações do esvaziamento demográfico do meio rural, especialmente pela saída da população jovem, são a falta de sucessores para dar

continuidade aos estabelecimentos familiares, além do aumento progressivo do envelhecimento da população rural.

Stropasolas (2014), por sua vez, declara que o número de filhos por família vem diminuindo, intensificando núcleos familiares menores, impulsionando um “envelhecimento pela base”, como é chamado pelo autor, o que significa que a população idosa vem se sobrepondo à população jovem. Por consequência, em poucos anos, tende a ocorrer uma mudança no “perfil e características das demandas por políticas públicas nas comunidades rurais” (RENK; DORIGON, 2014, p. 142).

Devido a essas características é que a preocupação com a sobrevivência do rural de pequena escala tem sido palco de discussão para compreender o seu comportamento com as mudanças ocorridas. Diversos autores têm realizado investigações sobre o processo de sucessão, levando em consideração os fatores que instigam o jovem a permanecer ou não no estabelecimento familiar. Assim, Brumer e Spanevello (2008) detalham em uma pesquisa que as moças acreditam mais que os rapazes que ninguém da família ficará no estabelecimento familiar como possível sucessor.

Nesse sentido, convém citar Stropasolas (2010, p. 26-27), quando ele afirma que os jovens, principalmente as moças, têm se indagado a respeito de sua “[...] condição social marcada pela falta de autonomia e de oportunidades de renda”, recusando-se a dar continuidade à profissão dos pais como agricultores e achando melhor residir no meio urbano. Por consequência, comprometem “[...] a continuidade e o papel que os empreendimentos familiares exercem no desenvolvimento econômico e social da grande maioria dos municípios” (STROPASOLAS, 2010, p. 27).

Esse comportamento se destaca uma vez que os jovens apresentam um posicionamento de interesses e de projetos diferentes do que é visualizado pela geração que está na gestão do estabelecimento, provocando conflitos e desconforto no convívio familiar. Conforme exposto por autores como Abramovay (1998, 2001), Stropasolas (2006, 2010), Aguiar e Stropasolas (2010), os conflitos entre as gerações residentes na propriedade rural ocorrem pela forma como a gestão é realizada pelo pai.

Pode-se dizer que essas relações de conflito estão conectadas à internalidade do relacionamento familiar. Woortmann (1995) descreve que a saída do jovem do meio rural está envolvida na “dinâmica de funcionamento do meio rural e do tecido social local”, porque existe a relação de parentesco e de vizinhança, identificando que a

família não está isolada, mas construindo ao longo da vida relações de trabalho e reciprocidade (SPANVELLO, 2008). Nessa direção, Silvestro *et al* (2001) julga agravante a diminuição da população do meio rural, onde as localidades rurais se caracterizam pela agricultura familiar, provocando uma alteração na característica social, cultural, demográfica e econômica. A próxima seção visa explorar a temática para ajudar a compreender tais questões e os dilemas dos jovens rurais em relação ao processo de sucessão no estabelecimento rural.

3.2 A juventude rural na transferência do estabelecimento familiar

Por meio do processo de sucessão geracional, pode-se garantir a manutenção do estabelecimento familiar sem provocar uma distorção da característica social, cultural, demográfica e econômica da agricultura familiar. Como expresso pela autora Spanevello (2008, p. 22), “a lógica da sucessão baseia-se na necessidade de manter o patrimônio familiar representado pela terra”. Essa lógica ganha forma no momento em que o patriarca encontra um sucessor e consegue estabelecer a transmissão do patrimônio, determinando as condições econômicas e sociais ofertadas aos filhos, podendo ser efetivo ou não.

Considerando essa lógica, é fundamental fazer uma interlocução com uma passagem de Stropasolas (2014), em que afirma que o patriarca se vê dividido entre duas escolhas que definem a trajetória familiar: de um lado, ele tem o desejo de ver um dos filhos como sucessor, na finalidade de manter a tradição familiar; por outro, o filho busca novas oportunidades no meio urbano, como forma de criar possibilidades de ter uma autonomia financeira (RENK; DORIGON, 2014).

Acompanhando esse raciocínio, Abramovay *et al* (1998, p. 27) descrevem que:

Além de alimentos e matérias-primas, os agricultores do Sul do Brasil produziam, até o final dos anos 60, algo para eles ainda mais importante: novas unidades de produção familiar, seja ali mesmo onde viviam – por meio da repartição de suas terras – seja pela permanente tentativa de “colocar os filhos”.

Muitas famílias acreditavam que os objetivos do estabelecimento produtivo e as aspirações dos indivíduos do núcleo familiar estavam fundidos. Algumas vezes, porém, esses objetivos não eram colocados em prática e, esporadicamente, um dos membros familiares tinha objetivo pessoal que não ia ao encontro do planejado.

Abramovay *et al* (1998) afirmam que a sucessão familiar aparece na agricultura quando desaparece essa relação mútua dos objetivos no estabelecimento familiar. A integridade do domínio paterno e a instalação de outros filhos, configurando um duplo objetivo por parte do estabelecimento familiar, consegue ser idealizado até o início dos anos 1970, como exposto por Abramovay *et al* (1998, p. 28):

Pela instituição do minorato (também chamado de ultimogenitura) pela qual a terra paterna é transmitida ao filho mais novo que, em contrapartida, responsabiliza-se por cuidar dos pais durante a velhice;
Pelo esforço permanente de dotar os filhos mais velhos dos meios que permitam a reprodução de sua condição de agricultor;
Pela valorização da atividade agrícola como forma de realização na vida adulta;
Pela grande mobilidade espacial e um mercado de terras particularmente dinâmico entre os agricultores.

A partir desse apontamento de Abramovay, é salutar expressar também a visão de Spanevello (2008, p. 51), segundo a qual “[...] a alocação dos filhos na agricultura era amplamente favorecida pela abertura do mercado de terras disponíveis, tanto dentro dos estabelecimentos, como nos municípios, regiões ou outros estados”. Dessa forma, o patriarca conseguia fazer com que o filho se mantivesse no meio rural com a identidade de agricultor. Para Gasson e Errinton (1993), como uma tradição, a passagem do estabelecimento familiar ocorria de uma geração para outra, tendo o patriarca como desejo passar suas terras para a próxima geração, sendo assim firmada a tradição da família (SPANEVELLO, 2008).

Dos anos 2010 em diante, instituições regionais, como a Emater/Ascar-RS, a REMAF, entre outros, passa a identificar que a forma tradicional, reconhecida como minorato, no processo de sucessão, apresenta-se de forma diferente. O que tem se apresentado é que o filho mais velho possui mais chances de permanecer na propriedade do que o filho mais novo. Esse fato ocorre porque o filho mais novo possui um incentivo maior para estudar do que o filho mais velho.

Claramente, o processo de sucessão familiar dialoga com uma gama de perspectivas que provocam uma leitura muito ampla do que pode interferir positivamente ou negativamente para a efetividade da passagem do estabelecimento familiar. Spanevello (2008, p. 53) relata que “a disposição ou a predisposição em ser agricultor é adquirida pelos filhos como parte de um processo de atuação de toda a família”. Indo além, ainda complementa que:

As práticas como a socialização no trabalho e demais orientações, como os financiamentos dos estudos, a compra de outras áreas de terras para a instalação dos demais acabam tendo como objetivo garantir a continuidade do estabelecimento. (SPANEVELLO, 2008, p. 53)

Como expresso pela autora, é fundamental que a família tenha uma participação ativa no processo de sucessão e que as relações desenvolvidas tenham o cunho de manter as tradições da família. Nesse diálogo, a partir de pesquisas realizadas por Aguiar e Stropasolas (2010; 2014) e Silvestro *et al* (2001), serão apresentadas outras relações para a sucessão.

O filho, com clareza de que será o sucessor da propriedade familiar, é conscientizado de que a gestão por completo só ocorrerá quando o patriarca acreditar que é chegada a hora de se afastar das atividades e da responsabilidade ou de se aposentar. Quando o jovem integrante do núcleo familiar, sendo ou não o sucessor, tem autonomia para fazer inserções e compartilhar interesses a respeito da propriedade e da atividade familiar (como geralmente ocorre com o filho que é definido como sucessor), demonstra um envolvimento mais intenso. Já aquele filho que não quer assumir, demonstra o seu desinteresse. Pode haver ainda aquele filho que possui interesse em continuar na agricultura, mas, pela pouca quantidade de terra que a família possui e pela falta de capital para efetivar a aquisição de outros lotes, desloca-se para o meio urbano (RENK; DORIGON, 2014). Pensando na reprodução do estabelecimento familiar, a migração para o meio urbano, algumas vezes, não é somente uma decisão de sair, mas uma opção de encontrar uma atividade que proporcione a estrutura necessária para a reprodução social.

Indo ao encontro do que foi exposto anteriormente, quando se abordava a percepção dos atores regionais, vale mencionar que os jovens sabem que alguém vai ter que assumir a sucessão, tendo a responsabilidade de cuidar dos pais na velhice. Claro que a demora na definição de um sucessor faz com que o jovem tenha uma visão horizontal da profissão que pode ter no futuro, dificultando o diálogo sobre como tudo pode ocorrer na propriedade familiar. Nesse viés, a formalização de políticas públicas colabora com as famílias na condução da passagem do patrimônio entre as gerações. Igualmente, destaca-se o desenvolvimento de mecanismos para acesso à terra pelo jovem que venha a se tornar agricultor (RENK; DORIGON, 2014).

Nesse sentido, vale citar ainda Morelo *et al* (2018, p. 117), que afirmam que o governo da França prioriza a recuperação da propriedade familiar para aqueles jovens que possuem interesse de permanecer no meio rural, e não expandir as propriedades

existentes, apoiando no longo prazo projetos que julguem serem viáveis. Ainda como apoio aos jovens, o sindicato nacional dos jovens agricultores auxilia-os na formalização dos projetos. É relatado ainda pelos autores que na França e se estendendo para toda a comunidade europeia, há um apelo para que o jovem permaneça no meio rural, como uma estratégia de segurança alimentar. Para esse apoio, como política pública que visa incentivar o jovem a permanecer, o governo francês analisa se o jovem possui perfil, qualificação técnica e estrutura mínima para que possa desenvolver as atividades agropecuárias, proporcionando um grau maior de acerto nas estratégias de investimento.

Quanto a isso, as pesquisas dos autores já citados demonstram que os jovens definidos como sucessores nas propriedades do Sul do Brasil possuem um acompanhamento pelo patriarca na prática das atividades desenvolvidas no dia a dia na propriedade. Não há uma preparação determinada para assumir a gestão e as atividades da propriedade. Percebe-se também que, no meio rural, há poucos jovens na busca por qualificação profissional e muitos com um nível baixo de escolaridade (RENK; DORIGON, 2014).

É evidente que o meio rural está numa mudança constante ao longo das últimas décadas. Goodman *et al* (1990) destacam que outros processos introduzidos, como a modernização da agricultura, provocam mudanças na reprodução social dos agricultores familiares, com a lógica de expansão de mercado pelo incentivo ao aumento significativo da produção e da produtividade em escala industrial. Marsden (1989) complementa que essa modernização vem acompanhada pela inserção da tecnologia na lógica capitalista de produção, ocorrendo uma ressignificação produtiva, com foco nos mercados globais. Essa situação força os agricultores a implementarem processos formais que até então eram feitos de acordo com a sua educação familiar, levando-os a desenvolverem uma gestão profissional do estabelecimento, com qualificação e aumento da produção. Para isso são utilizados produtos químicos e artificiais (adubos, sementes geneticamente transformadas, agrotóxicos); adquiridos bens e insumos industriais; além disso, trabalha-se com políticas comerciais com base nos valores internacionais, baseados na bolsa de valores (SPANVELLO, 2008).

Silva (1982) salienta que as mudanças ocorridas na agricultura são relevantes no contexto social, econômico e ambiental, provocando, dessa forma:

A saída ou o êxodo da população do meio rural, a individualização do trabalho agrícola, devido ao uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, redução da agricultura de subsistência e desgaste dos recursos naturais, esgotamento do mercado de terras locais, concentração fundiária e o empobrecimento dos agricultores que não conseguiram adentrar na lógica produtivista. (SPANVELLO, 2008, p. 54)

São as transformações ocorridas no meio rural, de acordo com Silvestro *et al* (2001) e Champagne (2002), que tornam evidente que o processo de sucessão tem sofrido diretamente os impactos dessas alterações, pelo fato de carregar consigo as indefinições e as incertezas geradas, porque as regras e os padrões estabelecidos em anos anteriores estão sendo mitigados, sem perspectiva de surgimento de novos padrões sucessórios, gerando dúvidas e interrogações (SPANVELLO, 2008).

Procurando compreender a teoria da sucessão familiar no meio rural e mesclando as percepções que discutem a lógica desenvolvimentista no meio rural, apresentam-se, na próxima seção, os principais autores e suas contribuições para a discussão desta temática.

3.3 Uma leitura da sucessão a partir da administração

Na área da administração, a teoria da sucessão familiar continua sendo amplamente debatida, bem como Leone (2005) e Oliveira (2006) comungam da mesma base, de que a sucessão familiar acontece no momento em que a geração que está no comando transfere para a próxima geração a responsabilidade, o controle, o comando do negócio familiar. É ainda Oliveira (2006) quem afirma que a realidade da família, os valores e as crenças dos membros mais influentes devem ser percebidos pela geração sucessora.

O processo de sucessão familiar é um dos momentos mais importantes na continuidade de um negócio. Para que esse momento ocorra, é importante que a família tenha um planejamento de como irá realizar a sucessão, em que o sucedido apresentará com clareza informações aos membros familiares sobre como ocorrerá a escolha do sucessor e a sua preparação para assumir a responsabilidade do negócio familiar (LEONE, 2005). O planejamento é importante pelo fato de contribuir com uma linha de raciocínio, representando o melhor caminho para potencializar o processo de sucessão, sem comprometer a sobrevivência do negócio familiar, em virtude de os

possíveis sucessores não possuírem a mesma dedicação e experiência da geração fundadora ou presente no comando.

Essa leitura se confirma pelos dados apresentados pelo IBGE (2010), os quais registram que mais de 90% das empresas existentes nos mais diversos ramos da economia são de base familiar. A partir deste dado, Ricca (2016) afirma que as empresas familiares representam 65% do Produto Interno Bruto (PIB) e 75% da força de trabalho do País e que de cada 100 empresas familiares ativas, 30% sobrevivem à primeira sucessão e somente 5% chegam à terceira geração.

Decorrente da ausência de um planejamento de sucessão, esse fato também pode estar relacionado à disputa entre os familiares para assumir o comando do negócio familiar. Como destaca Grzybovski (2002), qualquer processo de sucessão pode sofrer intervenções negativas, motivadas pelo conflito familiar, ou também proceder de forma pacífica. Para evitar uma disputa que pode, por um momento, destruir os laços familiares, é importante que:

[...] o fundador reconheça o momento certo em que precisa começar a se afastar da empresa e delegar funções aos membros familiares. Pois, um processo de sucessão só se consolida integralmente no momento em que o fundador concede espaço para a geração futura agir, sem, no entanto, abandoná-la de forma abrupta. (ANDRADE; REZENDE; REZENDE, 2003, p. 954)

Os conflitos nas empresas familiares se dão em muitos casos por relações específicas, como a rivalidade entre irmãos, a ausência de atratividade por parte dos sucessores competentes e motivados, a falta de regras e de normativas definidas pela empresa e, principalmente a demora em passar a administração do negócio familiar ao sucessor. Oliveira (2006) afirma que esses conflitos se originam em função de o fundador ou do gestor atual do negócio familiar tomar o negócio como uma realização profissional e pessoal, não apresentando claramente a movimentação administrativa e financeira.

Nesse caminho, para que os conflitos sejam amenizados e ocorra a passagem da responsabilidade e do controle da empresa ao sucessor escolhido, é fundamental que a sucessão da gestão seja encarada como um processo formal e planejado, com atividades por período determinado, criando um conjunto de talentos que irá colaborar com a tomada de decisão no período de transição (LANCK, 2003).

Colaborando com a compreensão sobre o planejamento de sucessão familiar, Vidigal (1996) destaca algumas características básicas que o sucessor deveria ter

para assumir tal compromisso, como o conhecimento do mercado, às etapas de produção, ter competência para liderar e desenvolver o autoconhecimento.

Portanto, a sucessão familiar é um processo que pode vir a ocorrer com ou sem a presença do fundador, de forma harmônica ou conflituosa, planejada ou não, levando, por consequência, à sobrevivência ou não do negócio familiar. Com essa perspectiva, vai-se desdobrando o entendimento em relação ao processo de sucessão familiar, considerando ainda outras áreas, como a sustentabilidade dos empreendimentos rurais, a qual está descrita na seção a seguir.

3.4 Sucessão na agricultura familiar

Autores como Dupas *et al* (2003), Petry e Nascimento (2007), Leone (1992), Abramovay *et al* (1998), Sacco dos Anjos e Caldas (2006) e Stropasolas (2011) dedicam-se ao debate sobre como melhor proceder no processo de sucessão familiar nos empreendimentos ligados à agricultura familiar. A compreensão da trajetória da agricultura familiar é um dos temas que permeiam os campos de discussão no desenvolvimento rural, no desenvolvimento regional, na administração e em outras correntes teóricas que, de alguma forma, se preocupam com a sustentabilidade e a permanência da população rural no campo. Dessa forma, esta seção fará uma abordagem sobre a temática da agricultura familiar e a sucessão neste campo de análise.

Na visão de Abramovay (1998, p. 46), como já afirmado, “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são provenientes de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. A diversificação da produção é gerenciada pelos integrantes da família, podendo, de certa forma, potencializar os valores e a tradição desta na atividade desenvolvida na propriedade, estreitando os laços familiares.

Lamarche (1993, p. 15) salienta que “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão ligados à família”. Nesse caminho, pode-se dizer que o enquadramento na agricultura familiar corresponde ao desdobramento das atividades dentro da propriedade rural somente pelos integrantes da família, sendo definidas pelo patriarca as atividades que cada integrante irá realizar.

Já Tedesco (2001, p. 23) afirma que agricultura familiar é “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Desse modo, vê-se que os autores supracitados têm como característica similar a definição de que a agricultura familiar se identifica pelo trabalho da família que é portadora da gestão da propriedade. A esse respeito, vale referir que Tedesco (2001) redefine a sua compreensão sobre o tema no passar dos anos, aproximando-se mais da visão dos demais autores já mencionados. Quando se elenca uma definição para a agricultura familiar, torna-se evidente que a família é o alicerce, sendo ela a responsável pela gestão dos meios de produção e a portadora da força de trabalho desenvolvido no estabelecimento produtivo.

Convém observar a heterogeneidade em relação à organização interna da família, no aspecto do trabalho e da gestão, levando em conta a exploração familiar nas diferentes realidades; a esse respeito, Lamarche (1993, p. 18) destaca que “[...] a exploração da família não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade”. Na mesma esteira, Wanderley (1996, p. 1) também destaca a heterogeneidade na definição da agricultura familiar, afirmando que:

Agricultura familiar tem de ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age economicamente e socialmente.

Assim, em relação à agricultura familiar, verifica-se que sua legitimidade é constituída a partir de contradições teóricas, sendo que, de um lado, a lógica econômica é definida como visão hegemônica e global, por outro, a lógica social camponesa é interpretada como resistência aos preceitos hegemônicos do imperialismo econômico (ANES, 2017).

O objetivo de criar um padrão de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar poderia responder à situação que o meio rural vivenciou ao longo da segunda metade do século XX: um ambiente de crescente vulnerabilidade, com uma rápida perda de autonomia e uma redução de renda, ocasionado, tudo isso, pelo intenso processo de especialização produtiva. Essa discussão tem ganhado força pela expressividade do êxodo rural. A redução da população rural apresentada nas

estatísticas das últimas décadas tem gerado uma preocupação junto aos atores envolvidos no meio, em níveis multiescalares.

Em um universo abrangente, que envolve discussões acadêmicas e públicas em nível municipal, estadual e federal, como também em associações, cooperativas, e outras instituições, a preocupação não se dá somente pelo envelhecimento e pela masculinização do meio rural, mas pela falta de incentivo e de interesse do jovem em permanecer na atividade rural.

Em torno de termos como sucessão profissional, transferência hereditária e aposentadoria, de acordo com Abramovay *et al* (1998, p. 15), é que “[...] se desenrolam os processos sociais por que passa a formação de uma nova geração de agricultores”. Com uma representatividade de 84% dos domicílios no meio rural e com uma média de participação de 10% no Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com os dados apresentados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2014), o campo tem perdido a sua população, conforme revelado pelo Censo Demográfico de 2017, demonstrando que o êxodo rural tem ocorrido não somente pelo envelhecimento, mas também por um processo de masculinização do meio rural. Vale lembrar, nesse sentido, que, segundo Abramovay *et al* (1998), as moças saem do campo muito mais que os rapazes, pela precariedade de perspectivas de assumirem a propriedade e pelo papel de subalternas que muitas vezes ocupam.

De acordo com Spanevello *et al* (2017), essas mudanças tornam-se preocupantes em virtude do aumento do contingente de pessoas idosas⁵; entre os anos de 1970 e 2010, houve um aumento expressivo dessa população, de aproximadamente 52%, de acordo com os dados do IBGE (2010).

Conforme descreve Sacco dos Anjos e Caldas (2006), de forma compensatória, as moças recebem o dote ou enxoval, confirmando a exclusão feminina como herdeira da terra. Como processo histórico, tem-se que o filho homem mais novo das famílias

⁵ Vale aqui ressaltar que, no território brasileiro, considera-se pessoa idosa aquela que já possui 60 anos ou mais de idade. Com o jovem não permanecendo no meio rural, o envelhecimento torna-se um fator preocupante pelo fato de que: [...] para a sociedade brasileira, de forma geral, o aumento da população idosa impacta na maior demanda dos serviços públicos de saúde e dos encargos com a aposentadoria. Para o meio rural, o envelhecimento vai além das questões de saúde ou da aposentadoria, pois ainda que o recurso da aposentadoria rural seja visto como fundamental para a manutenção das pessoas idosas no campo, bem como o suporte de políticas públicas de saúde, educação e crédito rural, estas não são suficientes para garantir qualidade de vida. Desse modo, o envelhecimento tornou-se uma questão social relevante no meio rural, principalmente pelo fato de que as novas gerações visualizam as cidades como espaços de vida mais promissores, com isso, evidenciando ainda mais, especialmente de forma numérica, o envelhecimento da população rural que permanece (SPANVELLO *et al*, 2017, p. 351).

era o último a se casar, permanecendo, assim, na propriedade, com a incumbência de cuidar dos patriarcas até o fim de suas vidas e, então, receber a posse das terras (SACCO DOS ANJOS E CALDAS, 2006).

Stropasolas (2011, p. 27) reforça que a motivação das moças⁶ em não ficarem no meio rural ocorre pela alta tendência de sofrerem com “[...] a exclusão da herança da propriedade (como também da dupla jornada de trabalho e da pouca valorização dos seus esforços produtivos)”, que vai sendo transmitida de geração para geração dentro das propriedades familiares. Stropasolas (2011) comenta que há um viés de gênero marcante na divisão do trabalho na agricultura, cabendo ao homem o direito de espaço à produção e à gestão da propriedade, enquanto à mulher se reserva o direito das atividades domésticas e o cuidado com a família. Sabendo que não terá espaço no gerenciamento da propriedade, e que o direito de herança é reservado ao homem, a mulher busca meios para não permanecer na propriedade (STRAPASOLAS, 2011).

Vale ainda referir que essa redução da população rural, que afeta o desenvolvimento desse meio e a sua participação no desenvolvimento em diferentes escalas no território, pode estar sendo influenciada, por fatores endógenos à estrutura familiar. A redução da fecundidade e a fragmentação das famílias podem ser fatores que contribuem para esse esvaziamento, bem como a redução do tamanho médio das famílias. O autor ainda ressalta o olhar para os fatores exógenos à estrutura familiar, abordando que a modernização, a mecanização da agricultura e as desigualdades territoriais podem ser outros aspectos que influenciam esta disparidade (STRAPASOLAS, 2011).

Apesar de todas essas mudanças, frequentemente, a sucessão ainda é considerada um acontecimento natural, pois acredita-se que o filho será capaz de gerenciar a propriedade familiar, mesmo sem nunca ter sido preparado para tal função. A esse respeito, Stropasolas (2011, p. 27) afirma que “são diferenciadas as estratégias e as escolhas dos jovens em função da condição econômica da família, sendo que as propriedades mais capitalizadas tendem a estimular mais a permanência da juventude na agricultura”.

Para Dupas *et al* (2003, p. 71-72), é necessário que o decurso familiar seja realizado por meio de um processo “[...] formal e planejado de atividades ao longo do

⁶ A palavra “moças” é utilizada para fazer referência ao termo usado pelo autor citado.

tempo, de modo a criar um conjunto de talentos a partir do qual a decisão final de escolha do sucessor será feita, quando o momento chegar”. Petry e Nascimento (2007, p. 112-113) relatam que a sucessão:

[...] não deve ser um acontecimento repentino, um evento, pois necessita de planejamento de vários fatores para que ocorra de maneira tranquila, o que pode levar vários anos, e todo o processo anterior à sucessão pode ser um facilitador na transferência do poder e na gestão de quem assumir.

Portanto, para os autores citados, a sucessão familiar deve ocorrer a partir de uma preparação, em que o sucessor tenha as competências necessárias para gerenciar o empreendimento familiar, não sendo algo repentino. Nesse sentido, Leone (2005), que trata da sucessão no empreendimento familiar urbano, afirma que é importante que se tenha um planejamento da sucessão, para que o sucessor seja preparado, e o sucedido apresente clareza nesse processo, informando aos membros familiares como ocorrerá a escolha do sucessor, porque é possível que os membros familiares tenham interesses diferentes para o desenvolvimento de seus negócios.

Como explicitado por Dupas *et al* (2003), tendo em vista a necessidade de ampliar a zona de consenso, devem ser estabelecidos alguns elementos fundamentais, unificando os interesses de todos os integrantes da família. Sobre o mesmo aspecto, Costa e Luz (2003) defendem que é fundamental ter cuidado com o processo de sucessão, para não comprometer a sobrevivência do empreendimento familiar no futuro. Leone (2005) e Oliveira (2006), que também estudam a sucessão nos empreendimentos urbanos, pontuam que os possíveis sucessores, por não possuírem a mesma dedicação dos fundadores, acabam gerando precedentes para a inexistência do empreendimento familiar. Assim, acaba sendo muito comum que o filho não dê continuidade ao empreendimento construído pelos patriarcas, como também ocorre em muitos empreendimentos agroindustriais. Como já apontado, em média, apenas 5% dos casos de sucessão chegam até a terceira geração, sendo que a maioria é vendida ou abandonada após a primeira geração (LEONE, 2005).

Como contraponto a essas afirmações, procurando impor uma definição para os jovens rurais, Troian e Breitenbach (2018, p. 793) afirmam que “a principal característica da juventude corresponde à naturalização da continuidade do modo de vida dos pais”. Para essas autoras, os jovens da agricultura familiar acabam por se desenvolverem socialmente mais cedo, pelo fato de assumirem responsabilidades

relacionadas ao processo de trabalho no estabelecimento rural, bem antes daqueles jovens que residem no meio urbano.

Retomando a temática da sucessão, vale insistir que a ausência de diálogo entre o patriarca e os filhos a respeito de quem será o sucessor ou será preparado para tal, assim como a incerteza sobre o futuro dos demais filhos, são fatores que interferem na continuidade das atividades da propriedade (OLIVEIRA, 2006). Mello *et al* (2003, p. 19) expressam que “o processo sucessório, na maioria dos casos, pode conduzir a conflitos que vão desde as formas de remuneração dos irmãos não contemplados com a propriedade paterna até a questão do viés de gênero”. Torna-se evidente que aqueles herdeiros não contemplados com a sucessão da propriedade desejam a sua parte, no intuito de buscar outras formas para dar continuidade a sua vida. O autor ainda enfatiza que “protelar a discussão sobre essas questões acaba atrasando a definição dos arranjos familiares necessários, que envolvem tanto o herdeiro e a continuidade da unidade de produção paterna, quanto o destino dos demais irmãos não sucessores” (MELLO *et al*, 2003, p. 19).

A sobreposição de responsabilidades e de funções torna-se importante no desenvolvimento de mecanismos que possam gerar uma melhor distribuição e dar maior transparência às ações de cada membro da família. Conforme registrado por Leone (1992), a dinâmica na troca de poder e capital entre os indivíduos do núcleo familiar é o que se define por sucessão em um processo de longa duração. A interação dos filhos na realização das atividades do empreendimento pode proporcionar o processo de seguimento familiar. A esse respeito, Spanevello (2008, p. 44) afirma que “a sucessão é marcada pelo processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades do estabelecimento”. Seguindo a linha de pensamento de Mello *et al* (2003) e Dupas *et al* (2003) a respeito do ato de sucessão familiar, Spanevello (2008) reforça a importância de ter a socialização dos filhos, a compreensão das atividades e dos processos desenvolvidos pelo estabelecimento produtivo, a fim de que possam ter clareza no momento de aceitar ou não a responsabilidade de comandar o empreendimento familiar.

De acordo com Andrade, Rezende e Rezende (2003) e Grzybovski (2002), ao passar a história do empreendimento ao sucessor, o sucedido acredita que o sentimento disseminado por ele será mantido durante toda a existência do negócio familiar. Esse sentimento de preservação e de consolidação dos valores e crenças,

por meio do fundador, ocorre quando há um planejamento do processo de sucessão, sendo esse planejamento para o sucessor ou para os demais integrantes da família.

Na ausência de um planejamento do processo de sucessão familiar, as empresas, como afirmado por Andrade, Rezende e Rezende (2003), Grzybovski (2002) e Oliveira (2006), sofrem conflitos. Nesse sentido, Lank (2001) afirma que, diferente de qualquer outra empresa, os empreendimentos familiares se deparam com conflitos específicos que deixam transparecer toda a relação, como a rivalidade entre os irmãos, não conseguindo atrair sucessores competentes e motivados. Por consequência, o fundador segura a passagem da gestão do empreendimento para o sucessor, o que se agrava ainda pela fragilidade nas regras e normas estabelecidas pelo empreendimento.

Esses conflitos nos empreendimentos familiares originam-se, conforme Oliveira (2006), porque o patriarca considera o empreendimento uma realização profissional e pessoal, gerando uma série de conflitos pela falta de transparência administrativa e financeira. Assim, apresenta-se um estabelecimento de capital fechado, com modelo burocrático, com um sistema de tomadas de decisões centrado no detentor do poder, tendo os integrantes da família que seguir as regras impostas. Nesse caminho, para que os conflitos sejam amenizados e ocorra a passagem da responsabilidade e do controle do empreendimento familiar para o sucessor escolhido, Lank (2003) destaca que a sucessão na gestão deve ser encarada como um processo formal e planejado, com atividades por um período determinado, criando um conjunto de talentos que irá colaborar com a tomada de decisão na escolha do sucessor quando o período definido chegar.

Foguesatto *et al* (2016) relatam que no processo de tomada de decisão “[...] os indivíduos não são totalmente racionais, sendo impossível conhecer, avaliar ou perceber todos os elementos que estão disponíveis em determinado ambiente. Dessa maneira, destaca-se a racionalidade do ser humano” (FOGUESATTO *et al*, 2016, p. 19). A esse respeito, vale referir ainda que, em muitos casos, “os jovens convivem com um importante dilema: a tomada de decisão entre permanecer ou não no meio rural, sucedendo as atividades dos pais. Essa questão de ficar ou sair gera incertezas sobre o futuro, relacionando diversas questões” (FOGUESATTO *et al*, 2016, p. 18).

Com menção a vários autores que escrevem sobre a sucessão familiar e as relações que dificultam a permanência do jovem no empreendimento familiar, cabe referir uma análise de Foguesatto *et al* (2016) sobre o perfil de 68 jovens migrantes

do meio rural para o urbano. Os autores elencam que a falta de renda satisfatória e a ausência de políticas públicas são os dois fatores primordiais para que os jovens não permaneçam no campo e sucedam os seus pais na atividade exercida na propriedade familiar. A ausência de dinheiro nos empreendimentos e a necessidade de pedir recursos aos patriarcas é fato corriqueiro, já constatado por outros autores, como Abramovay (1992), Spanevello e Lago (2007) e alguns outros que abordam o processo de sucessão no meio rural.

Foguesatto (2016) relata alguns outros aspectos citados anteriormente por Brumer (2007) e Drebes (2014), os quais também são propulsores para que os jovens não permaneçam no campo, como é o caso de acreditar que o trabalho no campo é penoso, não haver praticamente nenhuma motivação e autonomia no desenvolvimento das atividades agrícolas realizadas e não existir renda regular. Até mesmo a instabilidade do clima é fator relevante para que ocorra a expulsão do jovem, levando-o a perceber alguns atrativos que se encontram no meio urbano, como a rede de oportunidades econômicas.

Na amostra da pesquisa realizada por Foguesatto *et al* (2016), na região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, destaca-se que não são as moças que deixam o campo em maior escala. Essa constatação contraria o que autores como Brumer (2007), Camarano e Abramovay (1999), Spanevello e Lago (2007), afirmam sobre a masculinização do campo. Essa contradição de informações entre os autores é compreendida pelo fato de Foguesatto *et al* (2016) terem realizado a sua pesquisa em diferentes espaços geográficos, destacando em sua amostra que 58,8% dos entrevistados eram do sexo masculino e 41,2% do sexo feminino. Porém, eles destacam não se evidenciar a predominância da migração feminina ou masculina, por ter sido usado o método de conveniência.

Na pesquisa também se destaca a escolaridade dos jovens, sendo constatado que 40% está cursando o nível superior, 30% já terminou esse nível e 10% desses jovens continuam se especializando, fazendo uma pós-graduação. A respeito desses percentuais, Foguesatto *et al* (2016) destacam que há dois fatores relevantes:

O primeiro é que parte da amostra foi encontrada a partir de indicações de estudantes universitários. O segundo é ressaltado pela ampliação, de modo geral, das condições dos jovens em ingressar no ensino superior nos últimos anos. Resultado semelhante é apresentado no estudo de Zago e Bordigon (2012), para o qual o ingresso no ensino superior não se constituiu como estratégia de apenas um membro do grupo familiar rural, mas se estende, em muitos casos, para os demais irmãos, motivados pelos pais. Contribuindo

com essa percepção, Medeiros e Moreira (2009) afirmam que quanto maior o nível de escolaridade do jovem, maior será o interesse em realizar o processo de migração. (FOGUESATTO *et al*, 2016, p. 21)

No que diz respeito à motivação para o jovem não permanecer no campo, além da já citada renda insatisfatória e da falta de políticas públicas, mais dois fatores são destacados e vão ao encontro das afirmações de Spanevello *et al* (2011): a falta de escolas técnicas e de universidades próximas, bem como a falta de espaços para lazer e cultura, que se tornam atrativos para levar os jovens a procurarem o meio urbano (CARVALHO *et al*, 2009).

Sobre as condições socioeconômicas, a maior parte dos jovens relata que se encontra em melhores condições, enquanto uma parcela menor, de 13%, afirma que gostaria de retornar para o meio rural. Vale destacar que:

Em muitos casos, exercem atividades de trabalho operacionais, com baixa remuneração, apenas para se manterem nas cidades estudando, visto que a família não tem condições de suprir todos os seus custos, despesas e gastos. Ainda assim, afirmam que se encontram melhores socioeconomicamente, ressaltando possuir uma remuneração fixa. Por outro lado, os jovens que atuam em áreas técnicas ou de maior hierarquia organizacional, em virtude de já terem concluído uma graduação ou pós-graduação destacam que suas condições de trabalho e remuneração atual dificilmente seriam atingidas com as atividades que a família exerce no meio rural. Nesse panorama, além dos outros fatores já destacados, os movimentos migratórios estão atrelados à autonomia financeira desvinculada do patriarca da família (REDIN, 2014).

Além disso, a falta de independência na execução das atividades agrícolas, sendo os jovens, na maioria dos casos, ajudantes, e, em alguns casos, os conflitos familiares também são fatores expressivos para que, principalmente os jovens com maior escolaridade, migrem e construam uma nova vida fora do meio rural. (FOGUESATTO *et al*, 2016, p. 25)

Os autores concluem em seu trabalho que a maioria dos jovens pretendem continuar estudando em diferentes áreas do conhecimento, com baixa frequência para as áreas voltadas ao segmento agrícola. Dialogando com essas constatações de Foguesatto *et al* (2016), as autoras Troian e Breitenbach (2018) discutem como está sendo classificada essa juventude rural.

Neste contexto e procurando impor uma definição para a juventude rural, as autoras descrevem que “a principal característica da juventude corresponde à naturalização da continuidade do modo de vida dos pais” (TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 793). Descrevem ainda – conforme já mencionado – que os jovens da

agricultura familiar acabam por se desenvolverem socialmente mais cedo, pelo fato de assumirem responsabilidades relacionadas ao processo de trabalho no estabelecimento rural, bem antes daqueles jovens que residem no meio urbano.

Vai se contextualizando, desse modo, que os jovens enfrentam diversas dificuldades no meio rural, como a falta de um modelo agrícola para os agricultores familiares. As autoras referem um posicionamento de Silva (2007 apud TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 794) segundo o qual “o modelo econômico vigente tem deixado o agricultor cada vez mais pobre, e a diminuição da renda faz com que grande parte da população do campo abandone a área rural, dirigindo-se aos centros urbanos”. É bem relevante essa percepção, e a esse respeito são apresentadas algumas particularidades e demandas em destaque para os jovens rurais:

a) muitos não são agricultores, mas assalariados em atividades agrícolas e não agrícolas (TAVARES; LEMOS, 1995); b) deveriam ser alvos de ações estratégicas no sentido de que possam ter escolhas e fazerem suas opções (TAVARES; LEMOS, 1995); c) podem ser os principais responsáveis pelo desenvolvimento rural, tendo em vista seu conhecimento e sua capacidade; os laços existentes entre os jovens rurais podem ser uma força de transformação local (TAVARES; LEMOS, 1995); d) a diferença de atratividade do campo entre os jovens e as jovens rurais, sendo que estas últimas permanecem em menor número na agricultura, uma vez que optam por estudar e migrar para o urbano (CARNEIRO, 2007). Isso ocorre porque, muitas vezes, as mulheres não são reconhecidas pelo trabalho que realizam no meio rural, e essa atividade acaba não trazendo realização pessoal; e) quando o assunto é jovem de um modo geral, os motivos de migração para o urbano podem residir no desejo do maior convívio social, além da busca de atividades remuneradas (CARNEIRO, 2007). (TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 795)

Essas particularidades não estão distantes do que se apresentou no levantamento realizado por Foguesatto *et al* (2016), o ponto discutível se refere às jovens da região Noroeste Colonial, uma vez que, na pesquisa de Foguesatto *et al* (2016), elas deixam menos o rural. Outro ponto interessante que vai ao encontro do objetivo de pesquisa deste trabalho é o levantamento realizado por Troian e Breitenbach (2018) em que o jovem rural é posto como o protagonista da sustentação do espaço em que se encontra. Tendo como perspectiva o desenvolvimento de regiões caracterizadas como sendo de agricultura familiar, deveria ocorrer, portanto, a permanência do jovem. Mas essa permanência está, ao menos temporariamente, fragilizada, devido aos seguintes fatores:

a) ampliação de horizontes profissionais alternativos no meio urbano (MELLO *et al.*, 2003); b) diminuição de terras disponíveis na fronteira agrícola, somado

à crescente mecanização no campo, que levaram a uma diminuição da mão de obra na produção familiar que levaram os jovens a serem atraídos pelos valores urbanos e o trabalho assalariado (CARNEIRO, 2001); c) mulheres e homens ainda têm direitos desiguais no campo, já que, no processo sucessório, a possibilidade de a filha ser sucessora da propriedade é pouco considerada (MELLO *et al.*, 2003); d) a sucessão da propriedade na agricultura familiar é feita tardiamente, possibilitando abrir caminhos para a escolha, por parte dos herdeiros, de possibilidades alternativas a um futuro na unidade produtiva (a profissão de agricultor acaba perdendo o caráter moral que já teve no passado, colocando-se como uma possibilidade entre as outras) (MELLO *et al.*, 2003); e) desvalorização e precarização do meio rural (SPANVELLO; DREBES; LAGO, 2011); f) ambiente onde os jovens estão inseridos não estimula seu conhecimento e favorece seus ideais (ABRAMOVAY *et al.*, 1998); g) falta de políticas públicas específicas para os jovens rurais (TROIAN, 2014). (TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 797-798)

Claro que essa migração, citada por autores como Spanevello, Drebes e Lago (2011), Redin (2009), Abramovay *et al* (1998), Troian *et al* (2009) e Alves e Marra (2009), pode ser mitigada se for estimulada a permanência através de:

a) Instituições de caráter técnico voltadas para a promoção da extensão rural com programas de extensão rural geradores de oportunidades de trabalho aos jovens. b) Cooperativas de agricultores atuando como fornecedoras de crédito, assistência técnica, aperfeiçoamento produtivo e informacional e fomento social. c) Fortalecimento de grupos locais e das organizações de agricultores. d) Iniciativas e atividades voltadas para o lazer, através de encontros que propiciem trocas de experiências, jogos recreativos, entre outros. e) Tecnologia, modernização do campo, máquinas e equipamentos que facilitem a realização das atividades agrícolas/ redução da penosidade do trabalho. f) Valorização dos espaços rurais e reconhecimento da importância da agricultura. g) Políticas voltadas para juventude rural não podem ser limitadas somente à agricultura, mas incluir, por exemplo, uma educação de qualidade, com estímulo ao desenvolvimento de projetos inovadores, que façam do meio rural uma opção de vida. (TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 798)

Por fim, vale referir que as autoras consideram fundamental que os jovens tenham um papel significativo no processo de desenvolvimento da agricultura familiar; no entanto, iniciativas nesse sentido ainda são pouco expressivas. Entende-se que trabalhar a sucessão familiar apenas academicamente não vai solucionar os problemas enfrentados pela população rural, mas a compreensão deste processo, o diálogo e a interface com os jovens rurais pode sinalizar alguns pontos-chave que provocarão a percepção do jovem ao sair do meio rural e deslocar-se para o meio urbano. Devido a essa importância é que na próxima seção será abordada sobre o desenvolvimento da família.

3.5 O desenvolvimento familiar: trajetória familiar e biografia

É fundamental, neste contexto, compreender a trajetória familiar através do tema do desenvolvimento familiar, que vai descrevendo as mudanças que ocorrem nas famílias nos diferentes estágios e ciclos da vida destas, demonstrando a transformação geracional. Essas mudanças podem ocorrer em diferentes períodos durante os estágios de vida.

Segundo Hoffmann *et al* (2005), há diferentes arranjos quando se busca o entendimento do desenvolvimento familiar, sendo primeiro conceituado como ciclo de vida, isso em meados do século XX; mais tarde passa a se conceituar como carreira de vida, como descrito por Rodgers e White (1993). Já mais adiante, ocorre uma outra mudança, dando o entendimento de estágio de vida, pelo fato de se considerarem os estágios como determinantes e invariáveis. Essas alterações foram ocorrendo pelo fato de teóricos como Paul Glick, Evelyn Duvall, Hill e Rodgers e Aldous se debruçarem em prol da teoria do desenvolvimento familiar.

Hoffmann *et al* (2005, p. 77) afirmam que “o foco principal da teoria são as mudanças significativas e padronizadas vivenciadas pelas famílias, enquanto se movem através dos estágios da vida familiar”. Destacam ainda que a família, num olhar amplo, passa ser considerada um grupo social interligando indivíduos que se articulam entre si. É composta como um núcleo semipermeável, com participação social na personificação de normas sujeitas a construir sua trajetória de vida e expectativas em relação à sociedade em que está inserida. Convém apontar que, internamente e socialmente, a família nunca para de se transformar. Percebe-se também que, no núcleo familiar, cada indivíduo encontra-se em um estágio diferente. As autoras ainda salientam que a relação das famílias no universo social ocorre de forma colaborativa, como também ocorre a reação em relação às mudanças, em que diferentes fatores intrafamiliares e societários interagem entre si.

Aprofundando essa observação, é cabível nesse contexto trazer as proposições de Hoffmann *et al* (2005), referentes à teoria do desenvolvimento da família:

- O desenvolvimento da família é processo de grupo regulado por normas das sociedades referentes ao tempo e às sequências da vida familiar. Diferentes culturas e classes sociais sugerem normas e processos de desenvolvimento familiar variáveis.
- No grupo familiar, os membros da família criam normas familiares internas. A família do ponto de vista “instituição social” provê parâmetros mais amplos entre os quais formula suas regras internas.
- As normas internas não podem ameaçar, contradizer as externas; por exemplo, maltratar os filhos, pois a sociedade criou regras maiores e sanções sobre o cuidado com as crianças.
- As interações do grupo familiar são reguladas pelas normas sociais, construindo os papéis na família;
- As interações

familiares são, de certa forma, previsíveis e uniformes entre as famílias devido a normas institucionais e expectativas relacionadas aos papéis na família; • Transições de um estágio familiar para outro são previsíveis pelo estágio atual vivido pela família e pela duração de tempo vivenciado nesse estágio. (HOFFMANN et al, 2005, p. 78)

Para complementar esse entendimento, torna-se relevante destacar um trabalho que trata da trajetória de vida e da biografia, escrito por Born (2001), o qual relata uma pesquisa realizada no Centro Especial de Colaboração da Universidade de Bremen. De acordo com a autora, a trajetória de vida está representada pelos fatos que ocorrem em uma frequência de tempo, localização e duração ao longo da vida de uma pessoa, sendo criada a estrutura da vida pela localização dos acontecimentos e períodos do tempo biográfico. A autora ainda relata que:

A localização dos acontecimentos, a duração da existência e a sua situação no transcurso de uma vida são normalmente o resultado de informações que perpassam a população como, por exemplo, a idade média para casar, a idade média para ter o primeiro filho, duração do treinamento, idade de ingresso escolar, anos de escolaridade, idade para aposentadoria e assim por diante. (BORN, 2001, p. 243-244)

Born (2001) e Mayer e Müller (1986) constatam que essas informações sociodemográficas ao longo da vida podem se apresentar, em uma sociedade moderna, como uma estrutura de maior ou menor grau em relação às diferenças e peculiaridades econômicas, sociais e culturais de um território. Como exemplo, vale citar que, na Alemanha, o extremo da política é que institucionalmente regula a trajetória de vida. Mas a trajetória de vida não está formada somente pela institucionalidade, mas também pela padronização imposta pelo indivíduo na formulação de suas próprias normas. Apesar disso, a autora escreve que, a partir do conhecimento que se detém em relação aos fatos que ocorreram com outrem, passa-se a interpretar que a trajetória de vida é previsível, sendo perceptível ao longo da vida.

Dessa forma, observa-se que a biografia é um elo fundamental na trajetória de vida, como interpretação subjetiva da vida do indivíduo: “a biografia não apenas inclui o local dos acontecimentos, mas também a sua opinião, os motivos, planos para o futuro, assim como a percepção/interpretação do passado” (BORN, 2001, p. 245). A autora ainda pontua que a biografia é seletiva e se constrói enfatizando áreas diferentes, não mudando o curso da sua vida, mas apresentando-a de formas diferentes.

Um ponto que se destaca em termos da compreensão da biografia e que se pontua nesta tese é que são “[...] interpretações subjetivas de experiências individuais” (BORN, 2001, p. 245), pelo fato de serem compostas e analisadas com informações qualitativas, considerando o relato das experiências vividas por cada indivíduo na sua trajetória.

4 O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DAS MISSÕES-RS

Este capítulo tem como objetivo descrever a realidade e as potencialidades intrínsecas relacionadas ao desenvolvimento da Região das Missões. Para esta explanação, inicialmente, foi realizada a caracterização do território assistido. Neste caminhar sobre o território, é interessante esclarecer uma compreensão sobre o conceito e espaço do território, que já é debatido há tempos pelos teóricos da geografia, mas a amplitude do tema ganha notoriedade com a globalização e a valorização da escala local (CARGNIN, 2014). Dessa forma, alguns autores, como Lefebvre, 1974; Becker, 1983; Santos e Silveira, 2003; e Santos, 2006, passam a dirigir um novo olhar para o território.

Os autores citados afirmam que o território é um espaço de uso; Cargnin (2014, p. 31), em especial, relata que é no território que ocorre a materialização das relações entre os indivíduos e grupos sociais; é, também, o espaço em que acontece a relação assimétrica de poder, servindo como gancho para o estabelecimento de uma construção hegemônica. O autor ainda salienta que “retoma-se a ideia do território enquanto local das relações sociais e da riqueza da convivência dos atores, o local do vivido e das práticas espaciais” (CARGNIN, 2014, p. 31).

Nesse contexto, a Região das Missões, desde a primeira metade do século XX, apresenta uma diversidade de etnias europeias, como alemães, italianos e poloneses, que migraram do centro político colonial e nacional, formado por Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (LANDO *et al*, 1980), para colonizar este território identificado como Rio Grande do Sul. Após os primeiros grupos se alojarem em pontos estratégicos do território, os filhos desses imigrantes europeus das chamadas “colônias velhas” vieram em busca de novas terras férteis e produtivas. A ocupação desses imigrantes europeus não ibéricos condicionou um meio rural na Região das Missões majoritariamente constituído de pequenas propriedades, tendo uma economia predominantemente familiar (WESZ JUNIOR, 2005). De acordo com Nierdele e Wesz Junior (2009, p. 78), “os colonos estabeleceram um sistema de policultura-pecuária fundado no trabalho familiar em conjunto, diversificado de produtos de subsistência”.

Esse processo familiar de produção, no período, era caracterizado pela agroindustrialização caseira, sendo exclusiva para o consumo doméstico, pois o processo mercantil acontecia na venda de excedentes agrícolas *in natura*. Essa

mercantilização ocorria, por exemplo, com a venda da gordura animal suína, que apresentava o melhor rendimento financeiro (NIERDELE; WESZ JUNIOR, 2009). Com a necessidade de dividir as propriedades rurais para que os herdeiros tivessem a sua parte, as áreas de terras na Região das Missões passaram a se caracterizar como de pequeno porte, com 12 hectares em média. Os agricultores que permaneceram no campo resgataram, de sua origem e de sua cultura, a produção artesanal a partir da agroindustrialização (transformação) da matéria-prima produzida na propriedade, transformando-a em um novo produto, seja de origem animal ou vegetal.

Assim, a caracterização do território evidencia a movimentação dos atores relacionados neste trabalho, numa relação de integração social, econômica e cultural.

4.1 Os jesuítas e os índios guaranis na Região das Missões

A colonização do Rio grande do Sul é um recorte relevante no processo de povoamento e fixação à terra. O desbravamento desta terra considerada distante do núcleo político (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) é fato preocupante para a coroa portuguesa, que detinha o domínio territorial após o Tratado de Tordesilhas, alternando-se com os espanhóis nesse domínio.

Para não deixar a área em domínio espanhol, no século XVIII, os portugueses consideraram a possibilidade de povoar o território com imigrantes europeus – italianos e alemães. Isso porque a distância dos centros de desenvolvimento econômico e político fazia com que o povo residente no Sul do País possuísse “[...] uma vida política, social e econômica própria e relativamente estável” (LANDO *et al*, 1980, p. 33).

Esse posicionamento geográfico do Rio Grande do Sul, de acordo com Lando *et al* (1980), fez com que alguns fatores, como o isolamento, a função de zona de transição e o caráter de zona fronteira, fossem a chave para a formação social, política e econômica. Em virtude de fazer fronteira com dois países dominados por espanhóis, a intenção do governo português era alocar pessoas em pontos estratégicos de fronteira, para assim proteger o território de possíveis invasões. O primeiro povoamento do Rio Grande do Sul acontece quando os padres jesuítas, com o intuito de catequizar os indígenas, ingressam no território pela rede fluvial platina, ocupando-o por completo. Os jesuítas, no desenvolvimento das suas atividades com

o povo indígena, criam grupos humanos estáveis, tornando o indivíduo pertencente àquela terra um ser produtivo. De acordo com Anes (2017, p. 36):

A dinâmica econômica desenvolvida nas Missões pelos jesuítas não era apenas uma reprodução ou uma extensão da economia mercantilista da Europa do século XVIII. O jesuíta, mesmo sendo um representante da sociedade europeia, possuía uma formação religiosa que se distinguia da lógica mercantil da Espanha, de Portugal e da Inglaterra. Ele encontrou diante de si uma sociedade indígena que realizava atividades de caça, de pesca, de coleta e, basicamente, de uma agricultura elementar para o consumo coletivo e familiar.

No processo de colonização do território, os jesuítas trazem para as Missões “[...] uma nova organização socioeconômica e política nas reduções” (ANES, 2017, p. 34), inserindo o Amambaé, que significa a propriedade particular de cada indígena, e o Tupambaé, com o intuito de ser uma propriedade de Deus, uma propriedade coletiva (KERN, 1989); (ANES, 2017).

Quevedo (1993) e Anes (2017) relatam que a introdução do gado e o desenvolvimento da pecuária são o princípio dessa nova organização trazida pelos jesuítas para a Região das Missões; a introdução do Tupambaé faz com que todo o trabalho seja realizado para a subsistência dos índios guaranis que dominavam esse território. Essa mudança torna-se uma facilitadora para a posterior introdução do arado puxado por boi, gerando o aumento da força de trabalho, proporcionando, por consequência, a modernização da lavoura, uma vez que este era considerado o avanço no século XVII, conforme usado na Europa.

Aliada a esse conjunto de fatos, a organização socioeconômica que foi implementada pelos jesuítas direcionou-se para “[...] a educação e a formação de tecelões, de curtidores, de ferreiros, de carpinteiros, de oleiros e de agricultores” (ANES, 2017, p.35). Também nesse período, constituiu-se a divisão de trabalho por sexo, idade e horário.

Entre o século XVII e o XVIII, os índios guaranis que vivem nas Missões aprendem, a partir da catequização dos padres jesuítas, o valor do trabalho e dos costumes da sociedade europeia, perdendo, em parte, a sua identidade tribal. Anes (2017) destaca que a fidelidade, a obediência e o trabalho dos indígenas eram virtudes esperadas pelos jesuítas, a partir do olhar cristão. Assim, o índio guarani aprendeu a usar de forma correta a sua liberdade e a propriedade, valorizando os bens produzidos.

Conforme relatado por Kern (1989) e Anes (2017), o auxílio dado pelos jesuítas ao desenvolvimento das atividades não tinha a intencionalidade do lucro nem do crescimento econômico dos indígenas. Até mesmo a liberdade e a propriedade se relacionavam com os conceitos religiosos dos padres jesuítas. O foco era a submissão dos índios pelos votos de pobreza e obediência.

Nesse processo, a orientação econômica contribuiu para a implementação do Amambaé e do Tupambaé, sendo que o Tupambaé obteve um maior êxito, devido aos índios já se estabelecerem em coletividade, podendo, assim, o trabalho coletivo ser controlado com maior facilidade pelos padres jesuítas. Após os padres jesuítas terem formalizado os padrões de colonização, acreditando que a organização social estava consolidada, “[...] permitiram que a lógica do colonialismo predominasse, abandonando os índios à ira dos seus inimigos” (ANES, 2017, p. 38).

A esse respeito, vale destacar, com Anes (2017), que, no ano de 1768, as forças espanholas dominaram o território, expulsando os padres jesuítas e colocando outros padres e administradores, provocando o desmonte da organização social missioneira, suprimindo-a totalmente em 1803. Em 1816, os indígenas entram em um grande conflito, buscando defender o seu território, sendo quase dizimados. Já em 1848, ocorre o regime coletivo do índio, e estes são obrigados a pagar pelo uso das próprias casas; também ocorre uma transformação na cultura, devido à inserção de novas formas de produção, articulação social e econômica, sendo mais tarde inserida a cultura europeia no território missioneiro.

4.2 Os imigrantes europeus no processo de colonização da Região das Missões

A intenção do governo português de povoar a Região Sul do Brasil se consolida em 1824, quando os primeiros imigrantes alemães, italianos e poloneses chegaram a essa terra distante do centro econômico e político. Esses colonizadores da classe agricultora, especialistas na lavoura de subsistência, promoveram uma transformação social e econômica no Rio Grande do Sul, impulsionando a pequena propriedade, alterando as características agrícolas do Estado. Após esses primeiros colonizadores se estabelecerem nas regiões ainda não habitadas, primeiramente nas regiões Norte e Sudeste, os filhos começam a migrar para regiões interioranas em busca de terras.

No final do século XIX, as primeiras colônias de europeus vão se consolidando na Região das Missões, instalando-se em pequenos lotes de terra. Essa formação

colonial é caracterizada por um meio rural dependente dos recursos naturais, como a fertilidade do solo e a mão de obra familiar. Essas famílias produziam para a própria subsistência, e o excedente era moeda de troca entre as famílias locais e regionais. Anes (2017) relata que elas eram organizadas em pequenos lotes de terras e cada família cuidava do solo manuseando ferramentas como foice, enxada, arado, bem como a carroça de tração animal, puxada por boi ou cavalo, sendo essas técnicas de manuseio herdadas dos pais e avós.

Nos anos de 1940, essa situação começa a apresentar os primeiros sinais de enfraquecimento, em virtude do esgotamento da fertilidade natural do solo, o que era fundamental para as famílias; por consequência, passa a haver uma baixa na produção. Outro fato é a redução no tamanho das propriedades, provocada pela partilha entre os herdeiros, num processo de sucessão hereditária (NIERDELE; WESZ JUNIOR, 2009). Com essa crise, o Estado e o capital externo entram em cena, como meio de alavancar a produção e a produtividade da agricultura, caracterizando um novo período para o setor.

4.3 A caracterização da Região das Missões no século XXI

Para a caracterização da Região das Missões, são usados dados que manifestam a realidade regional, com base em estudos governamentais, acadêmicos e de instituições de pesquisa como a FEE, o IBGE e o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Além destes, vale ainda citar o material denominado Perfil Socioeconômico COREDE Missões-RS, construído pela Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAN) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o qual traz excelentes contribuições a respeito do território em estudo.

Conforme a divisão estabelecida pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE)⁷, criado em 1991, a Região das Missões é constituída por vinte e cinco municípios, conforme mostra a Figura 1. São eles: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales,

⁷ Estabelecidos em 1991, mas reconhecidos em 1994, por um decreto estadual, os COREDES configuram-se como um instrumento de fomento para o desenvolvimento regional, mitigando os problemas relacionados à dinâmica territorial. O COREDE Missões está integrado à Região Funcional de Planejamento Sete (RFP7), que comporta os COREDE's Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial (SEPLAN, 2015a, p. 8).

Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

Figura 1 - Municípios da Região das Missões



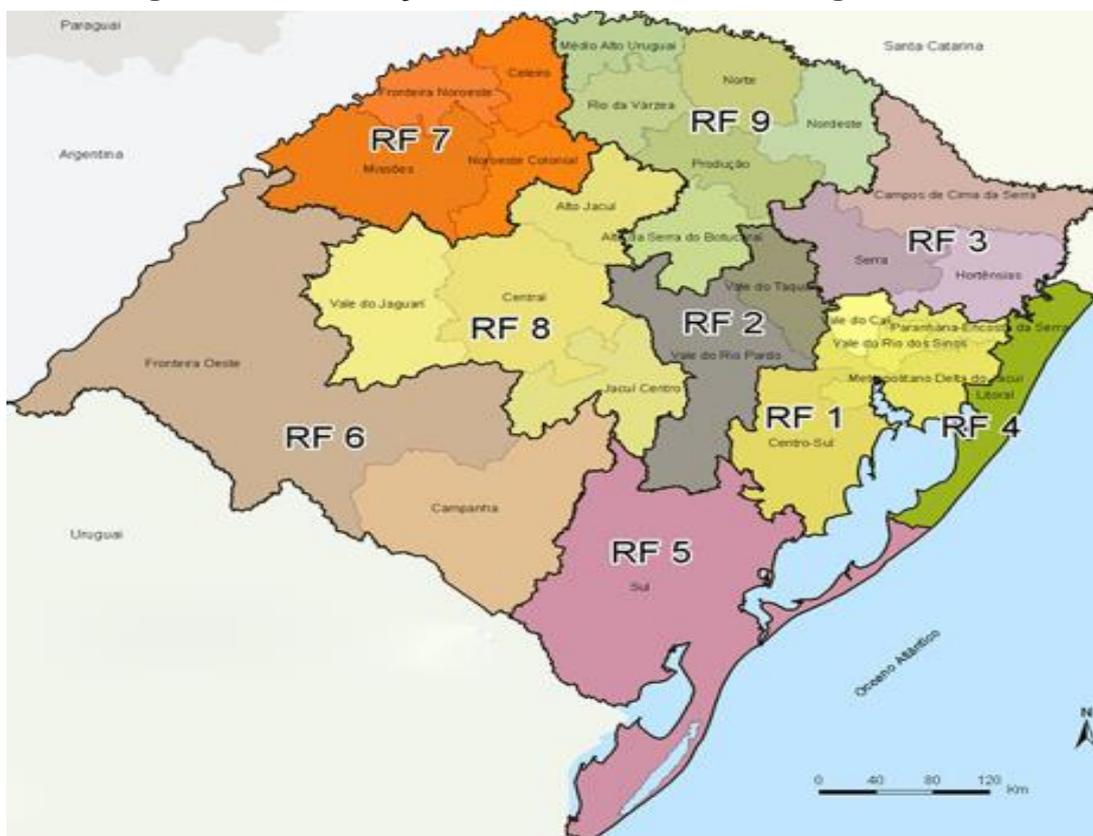
Fonte: Portal das Missões, 2020.

A Região das Missões está localizada geograficamente a 450 quilômetros de distância da capital, Porto Alegre. Demarcando a sua geografia, no oeste, a fronteira é feita com a Argentina, com a qual não possui uma ligação econômica mais firme, por não contar com uma infraestrutura rodoviária ágil⁸. Como há a separação pelo Rio Uruguai, o elo é firmado pelo transporte hidroviário (travessia por balsas), provocando um custo elevado para as transações comerciais. De acordo com a Figura 2, pode-se observar que a Região das Missões faz divisas com COREDES pertencentes à

⁸ Não possui ponte de ligação entre as fronteiras, mas existe travessia fluvial, por meio de balsas, sendo existente na Região das Missões somente uma travessia legal com um posto avançado da Receita Federal no município de Porto Xavier/RS.

mesma Região Funcional⁹, assim como com COREDES de outras Regiões Funcionais. Localizado ao norte da Região das Missões está o COREDE Fronteira Noroeste; ao Sul, o COREDE Vale do Jaguarí; ao Leste, o COREDE Noroeste Colonial; e, para fechar a referência geográfica, ao Sudeste encontra-se o COREDE Fronteira Oeste.

Figura 2 - Localização dos COREDES e das Regiões Funcionais



Fonte: SEPLAG-RS, 2019.

A base econômica da Região das Missões é sustentada pela agricultura e pela pecuária, tendo uma baixa incidência de indústrias. De acordo com o Perfil Socioeconômico COREDE Missões (2015), a agropecuária na Região das Missões destaca-se na criação de bovinos e de suínos, sendo também relevante o cultivo de *commodities* como milho e trigo, bem como as lavouras de mandioca. A indústria não é muito significativa na região, sendo mais explorada no processamento de produtos primários, como a agroindustrialização nas propriedades rurais familiares.

O Perfil Socioeconômico COREDE Missões (2015, p. 8) destaca que:

⁹ De acordo com a SEPLAG (2019), o COREDE Missões, o COREDE Fronteira Noroeste, o COREDE Noroeste Colonial e o COREDE Celeiro são pertencentes à Região Funcional 7.

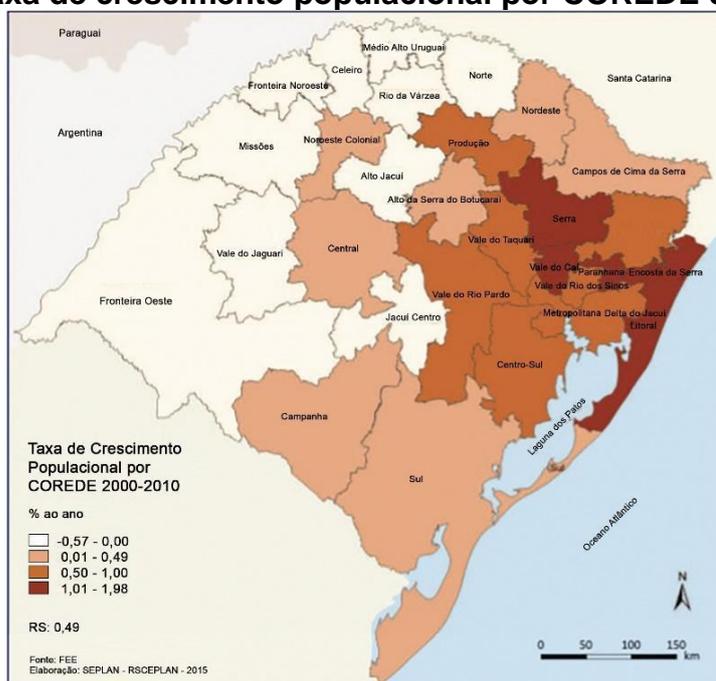
Nos indicadores sociais, a saúde e a geração e apropriação de renda se encontram em níveis preocupantes. A educação se encontra em posição melhor, embora detenha importante percentual de população adulta com Ensino Fundamental incompleto.

A infraestrutura de transporte apresenta deficiências no modal rodoviário, com cinco municípios ainda sem acesso asfáltico. O modal hidroviário é subaproveitado, pois possui potencialidades, especialmente no Rio Uruguai. A infraestrutura de saneamento também apresenta deficiências, principalmente no número de banheiros ou sanitários ligados à rede geral ou fossa séptica.

Nesse cenário apresentado sobre a Região das Missões, pode-se destacar, em relação à caracterização demográfica, que a população dos municípios tem diminuído, provocando um olhar diferenciado ao movimento do território. O IBGE, no Censo Demográfico de 2010, indicou que a população dessa região era de 248.016 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 71% residia na zona urbana e 29% residia na zona rural. Em dez anos, esse número sofreu algumas oscilações, pois, entre 2000 e 2010, a população cresceu 5% no meio urbano e despencou 24% no meio rural.

Conforme o Perfil Socioeconômico COREDE Missões (2015, p. 10), no território gaúcho, algumas regiões, como a “fronteira norte, noroeste e parte do sul”, expressam uma maior movimentação da população para outras regiões, principalmente da população rural. Essa movimentação direciona-se em maior concentração para o leste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), para os arredores da Região Metropolitana de Porto Alegre e para a Região do Litoral Gaúcho.

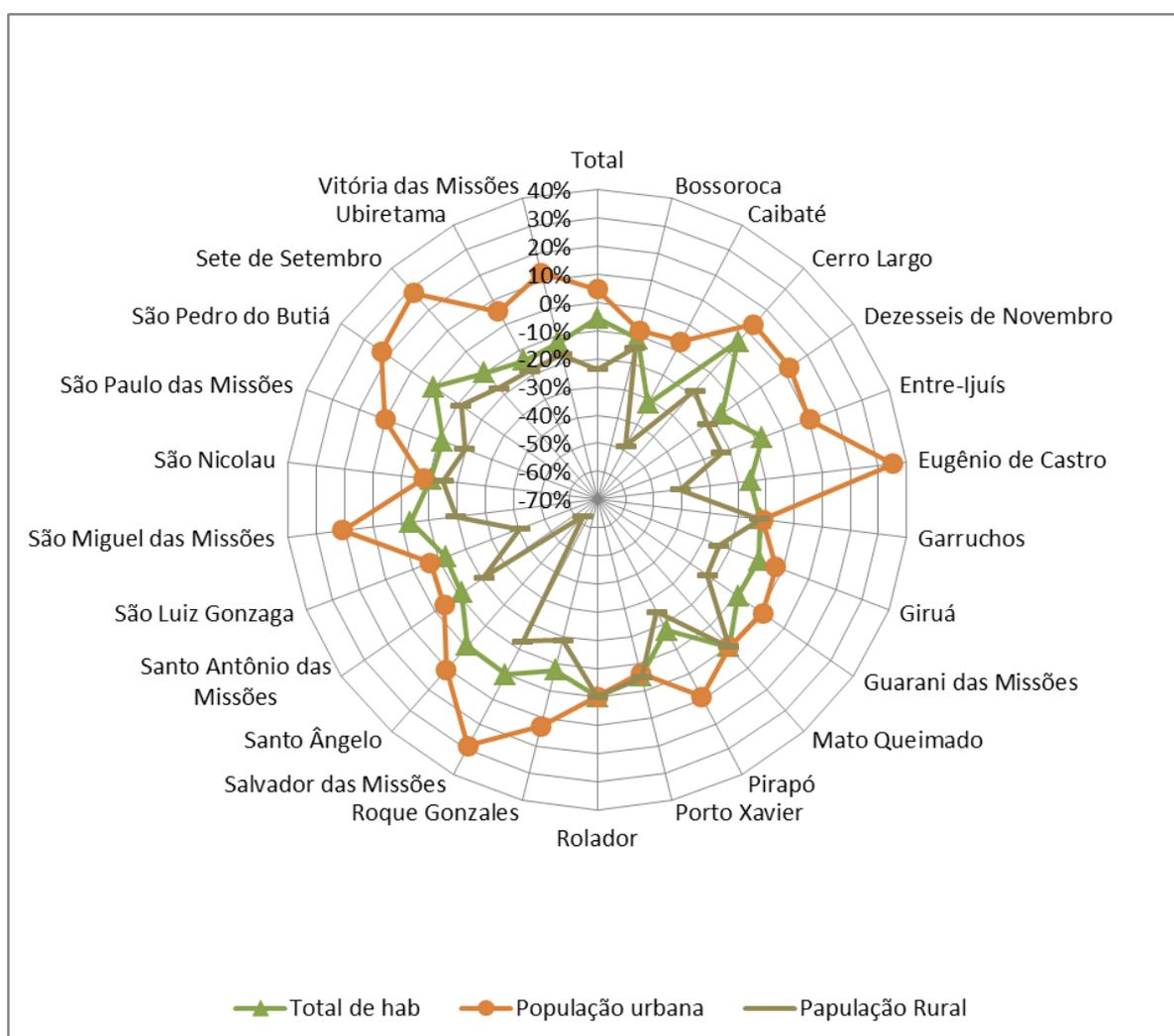
Figura 3 – Taxa de crescimento populacional por COREDE de 2000 a 2010



Fonte: Perfil Socioeconômico COREDE Missões, 2015.

Esse movimento migratório da população torna-se visível na Figura 3, elaborada pela SEPLAN/RS, a qual demonstra que as regiões em branco apresentam um crescimento demográfico negativo no período entre 2000 e 2010. Com uma elevada perda populacional, na casa de 6% no mesmo período, pode-se perceber, pelo Gráfico 1, que internamente a Região das Missões possui alguns municípios que demonstram um crescimento populacional no meio urbano e outros que verificam um decréscimo no meio rural.

Gráfico 1- Variação da população no período de 2000 a 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base em FEE-RS (2017)

Os municípios de Eugênio de Castro (+35%), Salvador das Missões (+29%) e Sete de Setembro (+28%), são os que apresentam o maior crescimento demográfico

urbano, enquanto os municípios que mais perderam população no meio rural são Santo Ângelo (-62%), Caibaté (-49%) e Eugênio de Castro (-41%).

De acordo com o Gráfico 1 e o Perfil Socioeconômico COREDE Missões (2015), alguns municípios, como Bossoroca, Garruchos, Caibaté, Pirapó, Dezesseis de Novembro, São Nicolau, Guarani das Missões e Santo Antônio das Missões apresentam uma estagnação ou perda populacional urbana e rural no mesmo período.

De acordo com os dados, essa redução da população na Região das Missões se manifesta pela baixa oferta de emprego e renda, reduzida taxa de fecundidade e baixa expectativa de vida. Os dados da Fundação de Economia e Estatística do RS (2013) mostram que a Região das Missões teve, no período de 10 anos, uma queda significativa de população na faixa etária de 0 a 4 anos de vida: em 2010, constatou-se uma diminuição de 34% em relação a 2000. Como contraponto a esse dado, a faixa etária de 65 a mais de 80 anos cresceu 30%, demonstrando que, em 10 anos, a população da Região das Missões envelheceu, pela baixa taxa de fecundidade.

Para possibilitar uma melhor compreensão sobre porque a Região das Missões apresenta dados na contramão do desenvolvimento do território e porque é uma das regiões do Estado do RS que mais perde população, apresenta-se, no Quadro 1, o desenvolvimento socioeconômico dos municípios em relação às três áreas básicas para o desenvolvimento humano.

Quadro 1- Índice de desenvolvimento humano por município da Região das Missões

Municípios	IFDM	Emprego e renda	Educação	Saúde
Bossoroca	0,7095	0,4637	0,8125	0,8522
Caibaté	0,7581	0,5648	0,8077	0,9016
Cerro Largo	0,7819	0,5843	0,8727	0,8887
Dezesseis de Novembro	0,7186	0,4515	0,8269	0,8775
Entre-Ijuís	0,6737	0,4768	0,7735	0,7707
Eugênio de Castro	0,6684	0,3534	0,7954	0,8564
Garruchos	0,7003	0,4215	0,8180	0,8614
Giruá	0,7546	0,5482	0,8916	0,8239
Guarani das Missões	0,7816	0,4904	0,8921	0,9624
Mato Queimado	0,7131	0,3844	0,8377	0,9171
Pirapó	0,6854	0,3608	0,7709	0,9245
Porto Xavier	0,6739	0,4571	0,8902	0,6745
Rolador	0,6899	0,4654	0,7053	0,8992

Roque Gonzales	0,6316	0,4798	0,7716	0,6433
Salvador das Missões	0,7876	0,5133	0,9451	0,9044
Santo Ângelo	0,7584	0,6153	0,8339	0,8260
Santo Antônio das Missões	0,7419	0,6210	0,7432	0,8614
São Luiz Gonzaga	0,7729	0,6202	0,8306	0,8678
São Miguel das Missões	0,7635	0,5818	0,8407	0,8679
São Nicolau	0,7101	0,4629	0,7572	0,9101
São Paulo das Missões	0,7145	0,4693	0,8025	0,8718
São Pedro do Butiá	0,7912	0,5988	0,8435	0,9315
Sete de Setembro	0,6745	0,4486	0,7783	0,7966
Ubiretama	0,6059	0,2561	0,7337	0,8279
Vitória das Missões	0,6291	0,3572	0,7685	0,7617
Região das Missões	0,7156	0,4819	0,8137	0,8512

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, 2018.

Conforme o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (2018)¹⁰, a Região das Missões, no ano de 2016, alcançou um nível moderado no desenvolvimento humano, com 0,7156, ficando muito próximo do nível estadual, mas superando o nível nacional, que foi de 0,6678. Dos 25 municípios da Região das Missões, Ubiretama, Vitória das Missões e Roque Gonzales são os municípios que apresentam o menor IFDM. Esses municípios precisam desenvolver políticas de fomento para aumentar a oferta, incentivando a população a permanecer no local.

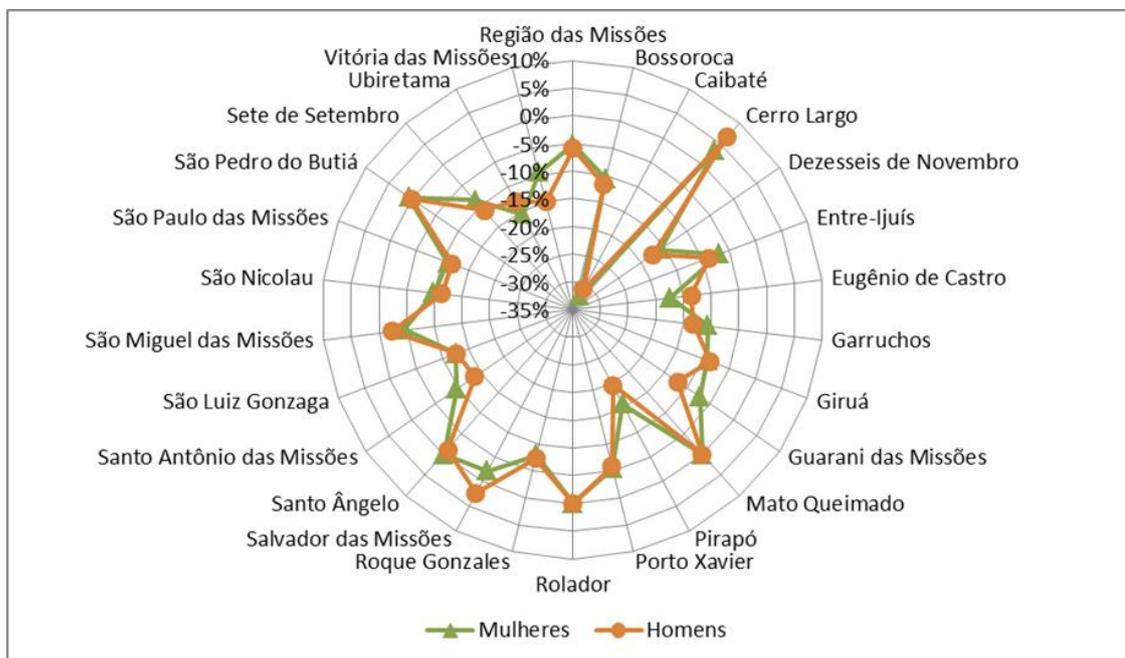
De acordo com o Quadro 1, no que se refere ao índice de emprego e renda, ele está no nível regular, podendo ser um dos fatores que contribuem para a migração da população em busca de regiões que oferecem melhores condições nesse quesito. Ainda observando esse cenário, percebe-se que 17 municípios estão no nível regular, que considera uma pontuação de 0,4 a 0,6 e somente três municípios enquadram-se no nível moderado, entre 0,6 e 0,8 – sendo que dois deles são considerados cidades estratégicas na Região. Nos critérios educação e saúde, os municípios da Região das Missões já se enquadram nos níveis moderado e alto, variando entre 0,6 a 0,8 e 0,8 a 1,0.

Ao observar a movimentação da Região das Missões, pode-se perceber, pela categoria homem e mulher, apresentada no Gráfico 2, que no mesmo período de dez

¹⁰ De acordo com a metodologia da FIRJAN, a variável IFDM, o município é classificado por quatro níveis de desenvolvimento, sendo que entre 0,0 e 0,4 considera-se baixo desenvolvimento; ente 0,4 e 0,6 regular desenvolvimento; entre 0,6 e 0,8 moderado desenvolvimento e entre 0,8 e 1,0 alto desenvolvimento. Para maior informação acessar: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

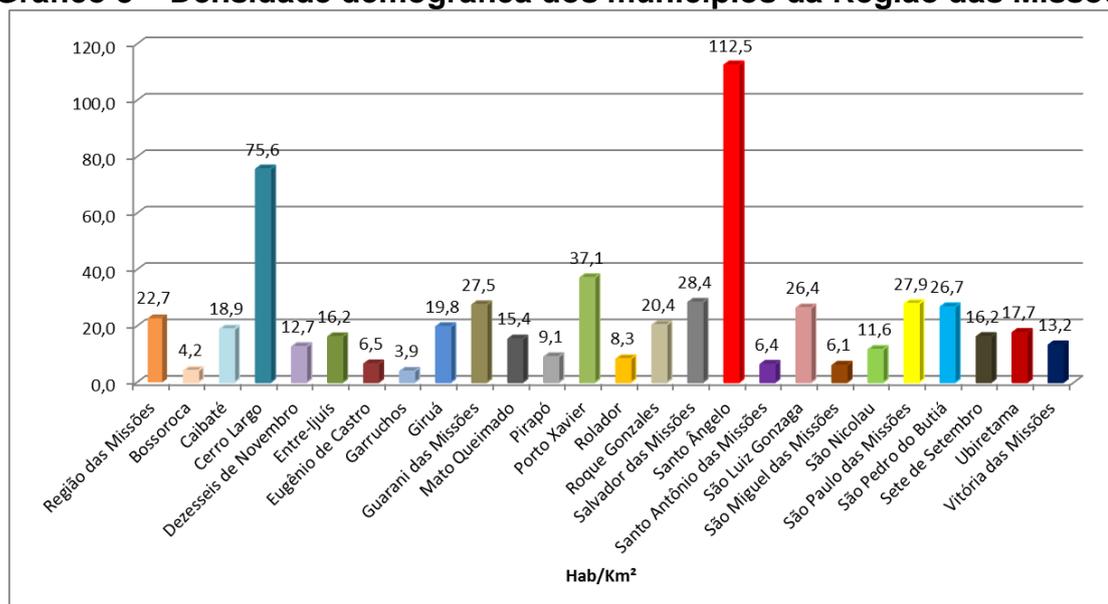
anos, a Região das Missões teve uma redução de 6% dos homens e de 4% das mulheres. Essa redução pode estar relacionada à migração da população para outras regiões, à mortalidade e à baixa natalidade. Nesse cenário, os três municípios que se destacam devido à redução da população são Caibaté (32% menos mulheres e 31% menos homens), Dezesseis de Novembro (16% menos mulheres e 18% menos homens) e Pirapó (16% menos mulheres e 20% menos homens). Nessa análise, constata-se também que os municípios que mantiveram ou aumentaram seus índices foram Cerro Largo (3% a mais de mulheres e 7% a mais de homens), Salvador das Missões (2% a mais de homens) e São Pedro do Butiá (1% a mais de mulheres).

Gráfico 2 – Variação por gênero nos municípios da Região das Missões no período de 2000 a 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base na FEE (2017).

Outro ponto a ser considerado é a densidade demográfica do território. Nesse sentido, o Gráfico 3 revela que três municípios se destacam por apresentarem a maior densidade demográfica, sendo eles: Santo Ângelo, com 112,5 habitantes/km²; Cerro Largo, com 75,6 habitantes/km²; e Porto Xavier, com 37,1 habitantes/Km². Vale referir também os três municípios com a menor densidade demográfica; são eles: Garruchos, com 3,9 habitantes/Km²; Bossoroca, com 4,2 habitantes/Km²; e São Miguel das Missões, com 6,1 habitantes/Km².

Gráfico 3 – Densidade demográfica dos municípios da Região das Missões

Fonte: Elaborado pelo autor com base na FEE (2017).

Na correlação das análises feitas no território, pode-se constatar que os movimentos em relação aos estabelecimentos rurais apresentam a transformação que vem ocorrendo ao longo dos anos. De acordo com o Quadro 2, os estabelecimentos pertencentes à agricultura não familiar cresceram 0,16% do Censo Agropecuário de 2006 para o Censo Agropecuário Preliminar de 2017. Por outro lado, destaca-se que os estabelecimentos da agricultura familiar, definidos de acordo com a Lei n. 11.326, sofreram um decréscimo de 23,33% no mesmo período. O total de estabelecimentos do território das Missões, no ano de 2006, era de 25.565 e decresceu para 20.482 estabelecimentos no ano de 2017, identificando-se, portanto, uma redução de 19,88% em uma década.

Quadro 2 – Número de estabelecimentos rurais na Região das Missões de 2006 a 2017

Municípios da Região das Missões	Ano 2006	Ano 2017	2006 a 2017	Ano 2006	Ano 2017	2006 a 2017	Ano 2006	Ano 2017	2006 a 2017
	Agricultura não familiar	Agricultura não familiar	% Variação	Agricultura familiar - Lei 11.326	Agricultura familiar - Lei 11.326	% Variação	Total propriedades	Total propriedades	% Variação
Bossoroca (RS)	381	347	-8,92%	837	587	-29,87%	1218	934	-23,32%
Caibaté (RS)	127	114	-10,24%	725	451	-37,79%	852	565	-33,69%
Cerro Largo (RS)	150	120	-20,00%	891	660	-25,93%	1041	780	-25,07%
Dezesseis de Novembro (RS)	68	150	120,59%	713	647	-9,26%	781	797	2,05%
Entre-Ijuís (RS)	156	137	-12,18%	1381	817	-40,84%	1537	954	-37,93%

Eugênio de Castro (RS)	123	112	-8,94%	567	319	-43,74%	690	431	-37,54%
Garruchos (RS)	154	182	18,18%	427	389	-8,90%	581	571	-1,72%
Giruá (RS)	245	249	1,63%	1181	1337	13,21%	1426	1586	11,22%
Guarani das Missões (RS)	54	82	51,85%	1045	848	-18,85%	1099	930	-15,38%
Mato Queimado (RS)	25	18	-28,00%	471	350	-25,69%	496	368	-25,81%
Pirapó (RS)	131	110	-16,03%	700	504	-28,00%	831	614	-26,11%
Porto Xavier (RS)	202	210	3,96%	1326	910	-31,37%	1528	1120	-26,70%
Rolador (RS)	77	103	33,77%	787	609	-22,62%	864	712	-17,59%
Roque Gonzales (RS)	150	132	-12,00%	1161	867	-25,32%	1311	999	-23,80%
Salvador das Missões (RS)	83	49	-40,96%	475	306	-35,58%	558	355	-36,38%
Santo Ângelo (RS)	291	180	-38,14%	1611	1036	-35,69%	1902	1216	-36,07%
Santo Antônio das Missões (RS)	334	377	12,87%	965	833	-13,68%	1299	1210	-6,85%
São Luiz Gonzaga (RS)	276	331	19,93%	898	934	4,01%	1174	1265	7,75%
São Miguel das Missões (RS)	260	253	-2,69%	965	826	-14,40%	1225	1079	-11,92%
São Nicolau (RS)	192	151	-21,35%	722	535	-25,90%	914	686	-24,95%
São Paulo das Missões (RS)	116	104	-10,34%	1237	992	-19,81%	1353	1096	-18,99%
São Pedro do Butiá (RS)	61	77	26,23%	482	348	-27,80%	543	425	-21,73%
Sete de Setembro (RS)	13	45	246,15%	522	306	-41,38%	535	351	-34,39%
Ubiretama (RS)	19	41	115,79%	691	623	-9,84%	710	664	-6,48%
Vitória das Missões (RS)	60	80	33,33%	1037	694	-33,08%	1097	774	-29,44%
Total	3748	3754	0,16%	21817	16728	-23,33%	25565	20482	-19,88%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos Censos Agropecuários IBGE 2006 e 2017.

Como pode ser visto, a Região das Missões caracteriza-se como um território de pequenas propriedades. De acordo com a Lei n. 11.326, identifica-se que as propriedades da agricultura familiar têm em sua estrutura fundiária um total de até 4 módulos fiscais, o que representa no máximo 80 hectares. Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2006, na época, havia 21.817 estabelecimentos da agricultura familiar e 3.748 da agricultura não familiar. Embora o número de estabelecimentos da agricultura familiar tenha diminuído, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, por outro lado, houve um pequeno aumento na agricultura não familiar.

Conforme Ortiz (2019), o Censo Agropecuário 2017 demonstra uma diminuição na participação da agricultura familiar, sendo perceptível que as estratégias de promoção territorial para a Região das Missões devem entrar em um sistema de

planejamento pautado pela necessidade de uma reprodução social e econômica que contribua para a manutenção da agricultura familiar na região. Assim, torna-se fundamental a caracterização socioeconômica das propriedades com agroindústria familiar rural na Região das Missões, o que é exposto no próximo capítulo.

5 AGRICULTURA FAMILIAR COMO PROCESSO AGROINDUSTRIAL: ANÁLISE SOCIECONÔMICA

Neste capítulo é apresentado os dados coletados na pesquisa socioeconômica e na entrevista semiestruturada realizada nas propriedades rurais familiares que possuem uma unidade de transformação da matéria-prima produzida da porteira para dentro, identificando-se como agroindústria familiar. O instrumento de pesquisa utilizado para a investigação socioeconômica tem como base o questionário utilizado por Anes (2017), que realizou um levantamento sobre a “[...] dinâmica produtiva familiar em confronto com a lógica econômica da racionalidade instrumental que se manifesta na interpretação do conceito de Arranjo Produtivo Local” (ANES, 2017, p. 94).

Esse levantamento, com base no instrumento utilizado, tem como objetivo realizar uma comparação com o perfil socioeconômico levantado por Anes em sua tese de doutorado, no ano de 2017, a partir de uma nova perspectiva, que tem como objetivo investigar de que forma a trajetória familiar das propriedades da agricultura familiar com agroindústria na Região das Missões condiciona a dinâmica do processo de sucessão.

Como um processo amplo de investigação, o questionário possibilita uma leitura do funcionamento da propriedade familiar e da agroindústria, proporcionando, desta forma, uma visão de como se dá a divisão de responsabilidades, o trabalho e o investimento em uma propriedade rural familiar que possui uma agroindústria.

Para possibilitar uma melhor compreensão das agroindústrias na Região das Missões investigada nesta pesquisa, é relevante destacar alguns dados da pesquisa realizada por Palacinski et al (2014) referente ao Arranjo produtivo Local Missões que teve como cunho investigativo identificar a localização, acesso, infraestrutura, tipo de inspeção, principais necessidades, registro, tipo de produto e investimentos realizados. Polacinski *et al* (2014) descrevem que há 263 agroindústrias ativas na Região das Missões com mão de obra direta de 639 indivíduos. Em relação aos dados quantitativos de produção das agroindústrias familiares, a pesquisa não teve êxito, devido às agroindústrias não possuírem tal informação. Mas, como forma de expressar a importância da agroindústria na Região das Missões, pode ser visto, no Gráfico 4, o número de agroindústrias por tipo de produto.

Gráfico 4 – Número de agroindústrias por tipo de produto



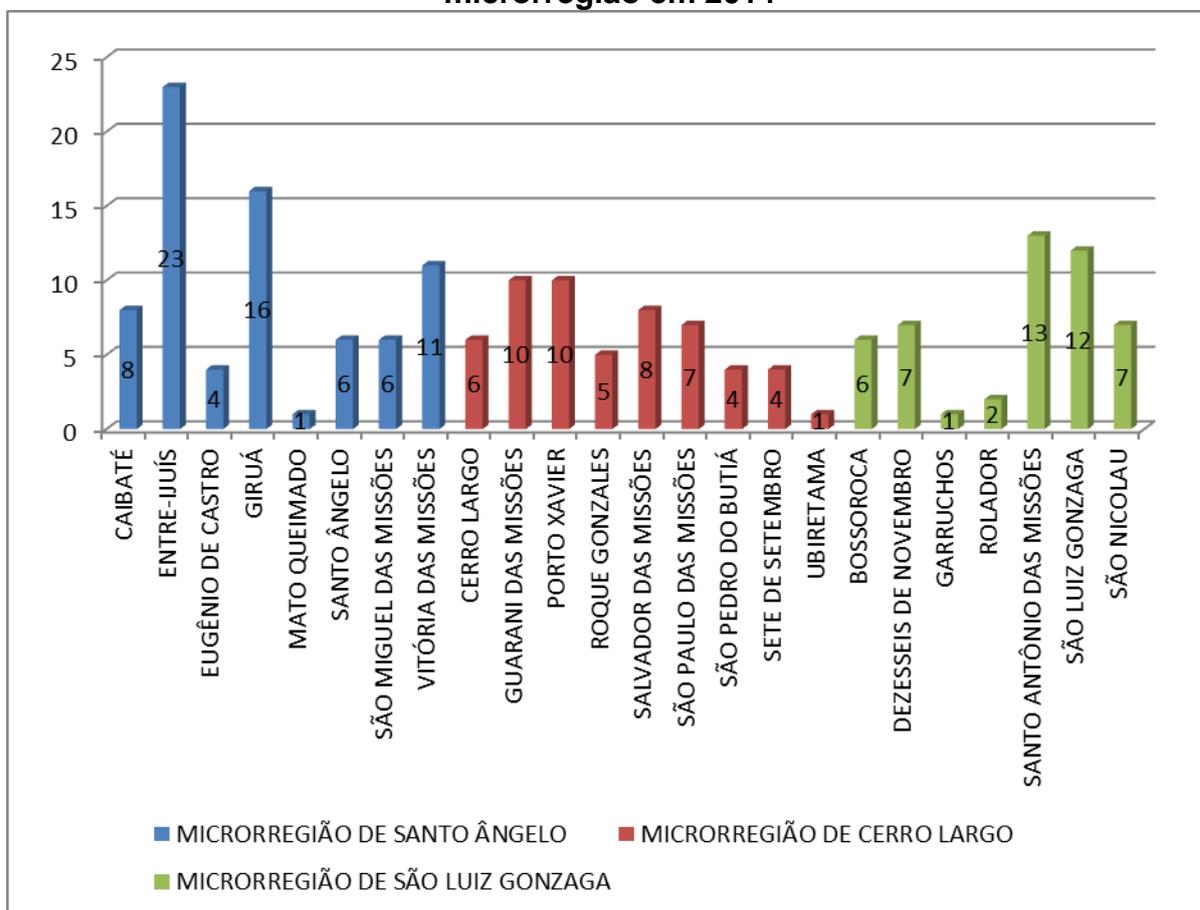
Fonte: Polacinski *et al* (2014, p. 75).¹¹

A pesquisa realizada por Polacinski *et al* (2014) relata que existem 68 agroindústrias que geram outros tipos de produtos, como polvilho azedo, *schmier* de tacho, açúcar mascavo, trigo para farinha, e outros mais.

Pelos dados da Emater/Ascar-RS (2014), há 178 agroindústrias familiares legalizadas, divididas por microrregião, de acordo com a localização geográfica dos municípios estratégicos que se caracterizam como pequenos polos regionais dentro da Macrorregião das Missões, como a Microrregião de Santo Ângelo, que integra 8 municípios e possui 75 agroindústrias familiares, a Microrregião de Cerro Largo, onde há 9 municípios e 55 agroindústrias familiares, e a Microrregião de São Luiz Gonzaga, que soma 6 municípios e 48 agroindústrias familiares, como pode ser visto no Gráfico 5, que apresenta o número de agroindústrias familiares por município.

¹¹ Alguns produtos se repetem pelo fato da agroindústria familiar produzir mais de um produto na mesma unidade de produção.

Gráfico 5 – Número de agroindústrias familiares por município em cada microrregião em 2014



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Emater/Ascar (2014).

Das 178 agroindústrias familiares cadastradas na Emater/Ascar-RS em 2014, somente 24 estavam incluídas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) e 19 possuíam o selo Sabor Gaúcho¹². Mais tarde, no ano de 2016, a Emater/Ascar-RS conseguiu ampliar a sua base de dados, identificando 341 agroindústrias no território pesquisado; nesse período, 46 agroindústrias já estavam inclusas no PEAF, o que demonstra que a atividade agroindustrial tem ganhado espaço no meio rural. De acordo com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do RS, até os primeiros meses de 2020, havia 71

¹² Trata-se de uma marca que identifica os produtos com origem na agricultura familiar. Para mais informações, acessar o site: <<http://seapi.rs.gov.br/>>.

agroindústrias inclusas no PEAf na região das Missões.¹³ Em comparação com esses dados da Emater/Ascar-RS (2014), Polacinski *et al* (2014) relatam que, em sua pesquisa, encontraram somente 10 agroindústrias cadastradas no PEAf e liberadas para utilizar o selo Sabor Gaúcho. Os autores afirmam que a adesão a esse selo é extremamente baixa, sendo provável que falte ao agricultor a informação sobre a regulamentação ou, caso detenha o conhecimento, outros motivos podem fazer com que não siga em frente para estar incluso no PEAf e obter o selo Sabor Gaúcho – como o custo com melhorias, a burocracia com as comprovações, ou ainda a demora no processo de cadastramento.

Relacionando o número de agroindústrias familiares por microrregião com a informação apresentada na Tabela 1, observa-se que o ramo de atividade que se destaca na Região das Missões é o de panificados. Somando-se as agroindústrias com atividade exclusiva neste ramo com outros setores, obtém-se o número de 63 agroindústrias; na sequência, parecem as agroindústrias de cana-de-açúcar e derivados, conjuntamente com outras atividades, chegando a 30 unidades.

Tabela 1 – Número de agroindústrias familiares por ramo de atividade em cada microrregião em 2014¹⁴

Ramo de Atividade	Microrregião Santo Ângelo	Microrregião Cerro Largo	Microrregião São Luiz Gonzaga
Aves e derivados	5	4	5
Bebida alcoólica	3	1	
Bovinos e derivados	1	3	1
Cana-de-açúcar e derivados	14	13	10
Conservas e doces	3	1	3
Farináceos e derivados	41	11	21
Frutas e derivados	3	1	3
Grãos (arroz e feijão)	1	1	3
Hortifrutigrangeiros	1	7	1
Leite e derivados	4	8	6
Mandioca e derivados	4	3	2
Mel e derivados	1	4	
Peixes e derivados	2	1	
Suínos e derivados	2	1	1
Outros		1	
Total microrregião	85	60	56
Total de agroindústrias			201

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Emater/Ascar-RS (2014).

¹³ Identifica-se que, no período selecionado para o levantamento dos dados desta tese, as entidades aqui destacadas trabalhavam com o número de agroindústrias identificadas até aquele momento, sendo a Emater/Ascar-RS a fornecedora dos dados das agroindústrias familiares para o APL Missões realizar os questionários na região.

¹⁴ Algumas agroindústrias estão classificadas em mais de uma categoria, portanto o total da tabela é maior que o número de 178 agroindústrias listadas anteriormente.

Assim, pode-se perceber que a variedade de produtos nas 178 agroindústrias é expressiva, tendo em vista que somente 24 unidades deste total estão inclusas no PEAFA e três municípios têm um número alto de agroindústrias. Pelos dados apresentados por Polacinski *et al* (2014) e pela Emater/Ascar (2014), é evidente que a Região das Missões possui um incentivo para a formalização de agroindústrias familiares, mas não especificamente para um único produto, tendo algumas agroindústrias produzido duas ou mais variedades.

Para Berwanger e Pellegrini (2014), o que motiva os consumidores a adquirirem produtos vindos da agroindústria é o fato de considerarem que sejam produtos de qualidade, saudáveis, naturais, de apoio ao agricultor e de bom preço; em geral, também se acredita que esses produtos sejam melhores do que aqueles que vêm de fora da região. Esses pontos motivacionais se destacam no decorrer da caracterização socioeconômica desta pesquisa, contribuindo para o esclarecimento de como as propriedades com agroindústria familiar rural se comportam socioeconomicamente, o que é exposto no tópico a seguir.

5.1 Perfil socioeconômico da propriedade com agroindústria familiar rural

Inicialmente, convém registrar que o entrevistador solicitou que o responsável pelo processo de agroindustrialização fosse o respondente do questionário. Conforme os dados levantados na pesquisa socioeconômica e apresentados na Tabela 2, o comando das agroindústrias é realizado por integrantes da família com idade entre 30 e 69 anos, sendo que 40,6% desses integrantes têm entre 45 e 54 anos de idade.

Tabela 2 - Idade dos responsáveis pela agroindústria familiar

Idade	Frequência	%	% Acumulado
30 a 34 anos	1	3,1%	3,1%
35 a 39 anos	3	9,4%	12,5%
40 a 44 anos	3	9,4%	21,9%
45 a 49 anos	7	21,9%	43,8%
50 a 54 anos	6	18,8%	62,5%
55 a 59 anos	4	12,5%	75,0%
60 a 64 anos	5	15,6%	90,6%
65 a 69 anos	3	9,4%	100,0%
Total	32	100,0%	

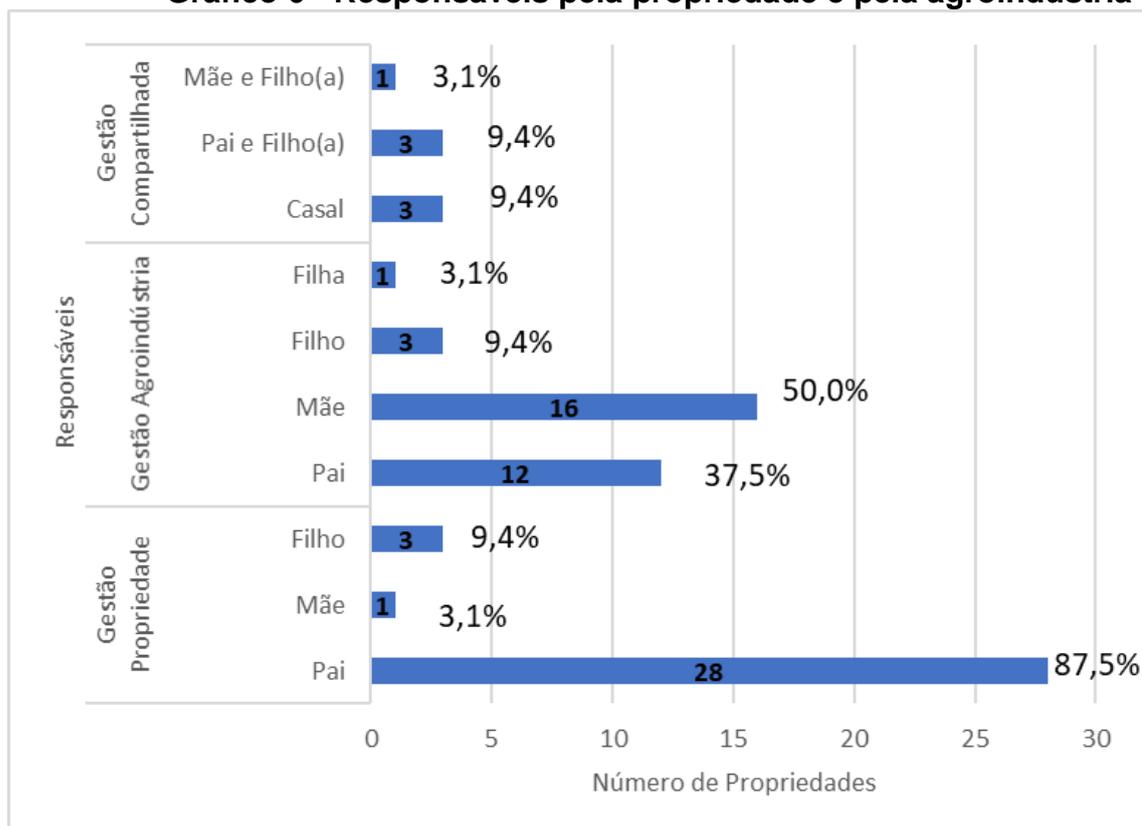
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2019).

Com o apoio do diário de campo, foi possível registrar que as propriedades rurais familiares com agroindústria possuem características peculiares. Identificou-se, por exemplo, que, de acordo com o que é produzido, a gestão da agroindústria é realizada ou não pelo mesmo indivíduo que gerencia a propriedade. Pode-se dizer que 87,5% das propriedades são administradas pelo patriarca, e 3,1% são comandadas pela matriarca¹⁵. Ainda em relação ao comando da propriedade, pode-se destacar que os filhos são uma minoria à frente das propriedades rurais familiares, representando 9,4% no comando. Esses dados dialogam com o que Abramovay (1998; 2001), Strapasolas (2006; 2010) e Aguiar e Strapasolas (2010) trazem quando relatam que o conflito entre as gerações ocorre pela forma como a gestão é conduzida pela geração que está no comando, demonstrando nessa leitura que às propriedades são comandadas pelo pai. Das 32 propriedades rurais familiares investigadas, somente 3 são gerenciadas pelos filhos, fato esse que se destaca pelos seguintes motivos: os pais estarem com uma idade elevada e terem decidido aproveitar a aposentadoria e dar suporte para o filho quando necessário; doença que impossibilita estar no comando ou falecimento do patriarca.

Destaca-se também que, em 37,5% das propriedades familiares rurais familiares com agroindústria, a gestão da agroindústria familiar está a cargo do patriarca e, em 50%, com a matriarca. No comando dos filhos, esse percentual é bem mais baixo, sendo que o filho aparece no comando em 9,4% dos casos e a filha em apenas 3,1% das agroindústrias familiares. Quando se avalia o gerenciamento da propriedade e da agroindústria no processo de compartilhamento – entre o casal ou entre pais e filhos – o cenário é de 21,9% nas propriedades rurais familiares com agroindústria na Região da Missões¹⁶.

¹⁵ É relevante o fato de a matriarca aparecer como gestora da propriedade após o companheiro ter falecido. Devido a essa realidade, ela assume o controle do núcleo familiar.

¹⁶ O processo de gestão das atividades da propriedade separadamente da agroindústria está diretamente ligado ao que é produzido e transformado na propriedade. Quando a propriedade trabalha com produtos de origem animal e vegetal, é de praxe que a gestão da propriedade e da agroindústria esteja a cargo do patriarca. Quando a propriedade trabalha com o processo de transformação de cereais, é perceptível que a gestão da propriedade fica a cargo do patriarca e a gestão da agroindústria com a matriarca.

Gráfico 6 - Responsáveis pela propriedade e pela agroindústria

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2019).

Considerando os dados coletados sobre os fatores que levam os filhos a assumirem a responsabilidade da agroindústria, vale referir a afirmação de Anes (2017, p. 95-96):

Um dos motivos pelos quais os filhos passaram a ser responsáveis pela administração da agroindústria reside na constatação de que a idade dos pais está aumentando, não dispendo de vitalidade suficiente para o trabalho e as atividades do dia a dia das agroindústrias. O outro motivo constatado foi de que os pais estão voltados para a agricultura familiar (produção primária), não tendo tempo disponível para a agroindústria, cuja administração passa a ser responsabilidade dos filhos.

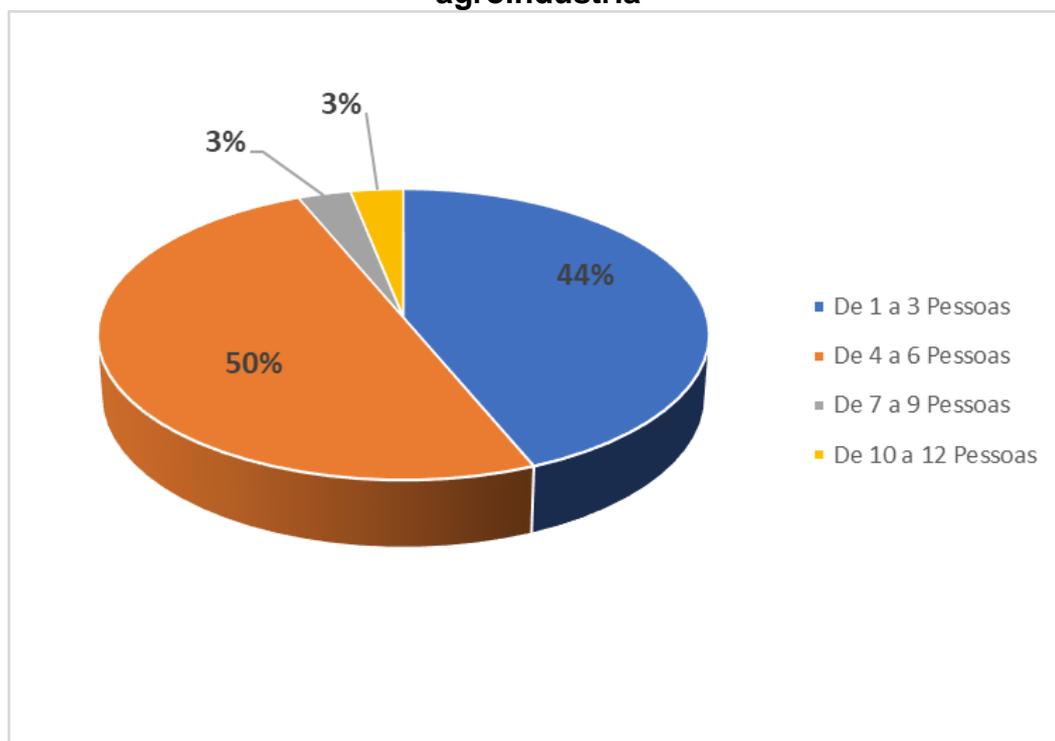
O que se percebe, fazendo um complemento à pesquisa de Anes (2017), é que há um interesse do patriarca em retornar à produção primária, pelo fato não ter a mesma disposição de quando iniciou o processo de agroindustrialização, ofertando ao filho a responsabilidade de continuar esse processo. Mas, de acordo com os entrevistados, esse fato só se concretiza quando há o interesse do jovem em permanecer no meio rural.

Anes (2017, p. 96) refere que “a agroindústria familiar vem da agricultura familiar e o trabalho é compartilhado entre os membros da família ao longo do tempo”. Em

conexão com o que vem sendo descrito – e como destacado por Gazzola (2009), Mior (2005), Presotto (2002) – a agroindústria familiar é um meio alternativo de subsistência da propriedade da agricultura familiar, promovendo como estratégia a agregação de valor na transformação do que se produz, tendo como possibilidade promover a manutenção e a reprodução social, por meio da comercialização do produto no mercado local e regional, ocasionando um retorno econômico constante.

Devido a essa possibilidade de segurança financeira, o núcleo familiar, nas propriedades rurais familiares com agroindústrias, apresenta-se, em média, com 4,03 integrantes, conforme o Gráfico 7.

Gráfico 7 - Núcleo familiar das propriedades rurais familiares com agroindústria



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

O histórico das famílias indica um percentual de 50% para as que possuem de 4 a 6 integrantes. Esse número de integrantes se deve ao fato de a propriedade familiar não conseguir manter todos os envolvidos; por outro lado, considera-se que um dos filhos deve permanecer para auxiliar no desenvolvimento da propriedade e cuidar dos patriarcas no momento em que a vitalidade destes para executar as atividades já não for mais a mesma. Por consequência, como processo natural, o filho que permanece forma a sua família e assim mantém um núcleo familiar de 4 a 6 pessoas.

Nas palavras do Entrevistado 1:

A minha permanência ocorreu porque gosto do interior e a minha irmã mais velha saiu para estudar, e eu já ajudava o pai nas atividades da propriedade. Sempre gostei e não me via morando na cidade. Então o pai foi me passando aos poucos a responsabilidade da propriedade. Eu logo casei e depois de um tempo tive dois filhos.

Neste caso pode-se destacar a indagação que às moças fazem a respeito da sua “[...] condição social marcada pela falta de autonomia e de oportunidades de renda” (STRAPASOLAS, 2010, p. 26-27).

Já o Entrevistado 9 relata que:

Eu fiquei na propriedade porque eu sempre gostei do que o meu pai faz, desde pequeno, muito novo, sempre ajudei e cresci com o sonho dele (pai). Como ele não sabia se daria certo, seria viável para sustentar a família, ele incentivou eu e meus irmãos a estudar, para ter uma segunda opção de trabalho. A minha irmã se formou e foi atuar na carreira dela, eu e meu irmão optamos por ficar com o pai e com a mãe. Hoje eu sei tudo como funciona e o pai vai lidar mais um tempo e quer diminuir o ritmo, sendo eu a assumir todo o processo.

De acordo com esses relatos e outros mais, pode-se perceber que há um processo de permanência na propriedade pelo fato de, no futuro, os integrantes da família que estão na administração da propriedade e da agroindústria terem que passar essa responsabilidade para outros. Nesse viés, também se percebe que as propriedades rurais familiares com agroindústria, na sua maioria, possuem de uma a duas famílias residentes, sendo evidenciado que 96,9% das propriedades se enquadram nessa categoria e 3,1% possuem três ou mais famílias.

Pode-se afirmar, neste momento, que a investigação apresenta essa característica das propriedades rurais familiares com agroindústria na Região das Missões devido ao número de filhos que as famílias tinham no passado (de 30 a 50 anos atrás), considerando que permanecem nessas propriedades os filhos que hoje apresentam a idade média dos responsáveis pela tomada de decisão na propriedade ou na agroindústria. É relevante, ainda, destacar o percentual de idosos que residem nas propriedades rurais familiares com agroindústria na Região das Missões: em média, há, atualmente, 1,6 idoso por propriedade¹⁷.

¹⁷ Cabe ressaltar que, de acordo com a legislação previdenciária vigente até 2019, a população rural se enquadra da seguinte forma: o homem se aposenta com 60 anos e a mulher com 55 anos, com no mínimo de 15 anos de contribuição. Para mais informações, acessar o site: <<https://www.inss.gov.br/tag/rural/>>.

No desenvolvimento do questionário, foi perguntado a esses responsáveis o seu grau de escolaridade. De acordo com a Tabela 3, percebe-se como se caracteriza a formação escolar dos tomadores de decisão.

Tabela 3 - Grau de escolaridade dos responsáveis pelas propriedades e agroindústrias

	Frequência	%	% Acumulado
Ensino Fundamental Incompleto	19	59,38%	59,38%
Ensino Fundamental Completo	2	6,25%	65,63%
Ensino Médio Incompleto	2	6,25%	71,88%
Ensino Médio Completo	5	15,63%	87,50%
Ensino Superior Incompleto	1	3,13%	90,63%
Ensino Superior Completo	3	9,38%	100,00%
	32		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo (2019).

É compreensível que o grau de escolaridade dos responsáveis pelas propriedades familiares e pelas agroindústrias seja baixo, devido à sua idade. Trata-se de indivíduos nascidos entre 1950 e 1979, período em que as famílias eram mais numerosas e os filhos tinham que deixar de lado a escola para ajudar os pais nas atividades da propriedade, perdendo, muitas vezes, o ano letivo. Outro fator que influenciou a escolaridade foi o baixo número de escolas rurais nas décadas de 1950 e 1960, seguida ainda pelo fechamento de alguns estabelecimentos anos mais tarde, provocando um deslocamento do jovem até outra comunidade, ou mesmo até a escola do perímetro urbano. Como nesse período não era fácil o acesso do jovem à escola, as famílias acabavam por não fazer esforço para que ele estudasse.

Anes (2017) retrata claramente que o desmonte das escolas rurais é um fator determinante para que o responsável pela agroindústria e/ou pela propriedade não consiga terminar os estudos, por ter que se deslocar para longe de sua propriedade, “perdendo” muito tempo no deslocamento. Nesse sentido, o que ocorre é que esse indivíduo possui um vínculo diário e quase que ininterrupto com os afazeres da agroindústria e da propriedade, os quais tomam muito do seu tempo.

Isso pode ser percebido no relato dos indivíduos que possuem um baixo grau de escolaridade, quando questionados até que ano escolar estudaram. A Entrevistada 24 afirma que:

Eu não concluí os estudos por ser de difícil acesso, antigamente. O meu pai só tinha uma carroça de boi, e a escola ficava na comunidade vizinha. Mas chegou uma época em que tive que ficar mais em casa para ajudar, aí parei de ir na escola. Porque não dava tempo dos meus pais me levarem e me buscarem todos os dias.

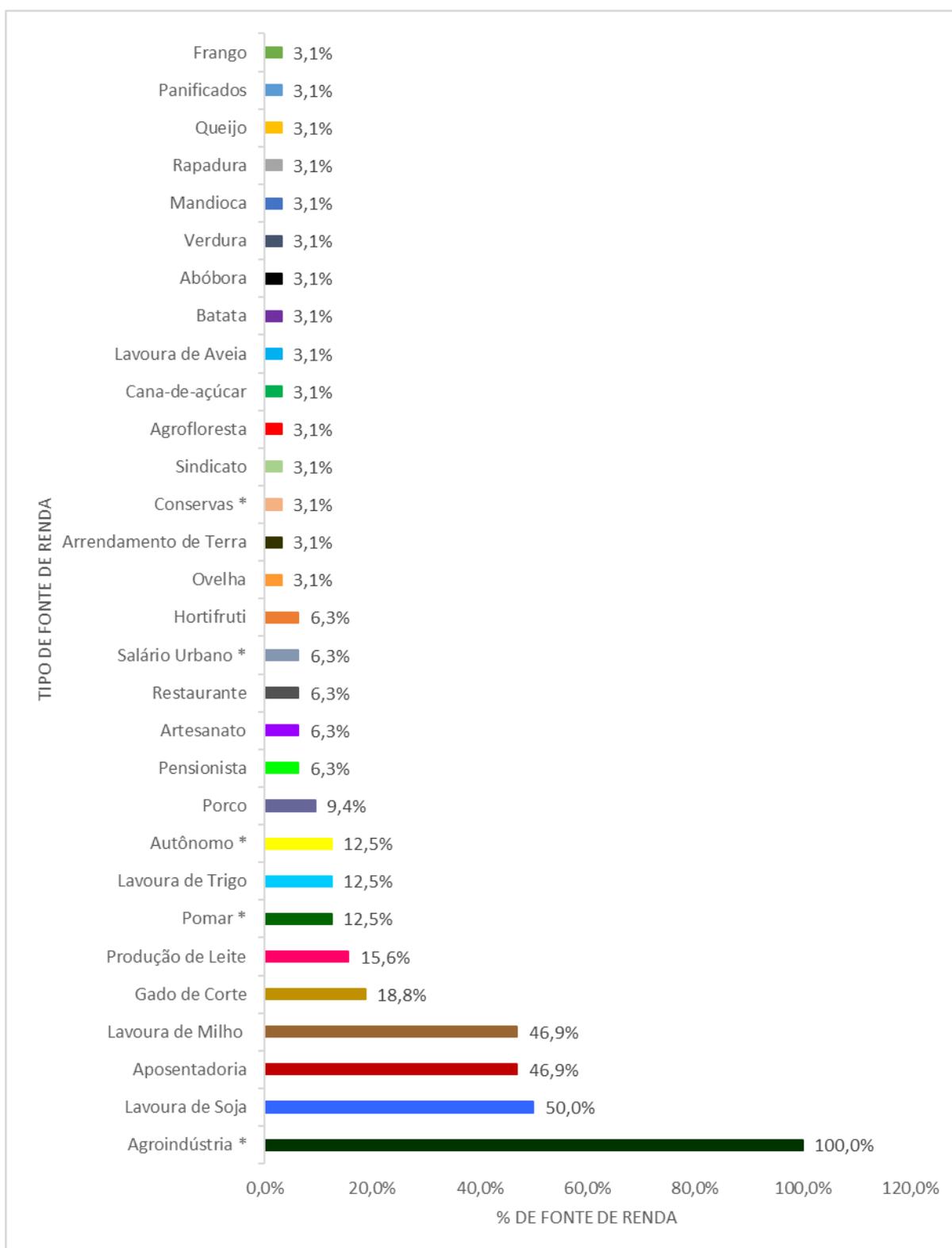
A debilidade referente aos próprios estudos reflete no anseio de incentivar que os filhos estudem, a fim de que busquem algo diferente. Torna-se evidente que a falta do conhecimento escolar, para esses responsáveis pela gestão, é um gatilho para buscar alternativas de reprodução social e econômica. É o que se percebe no relato da Entrevistada 11:

Como eu não tenho muito estudo, não gosto de participar de eventos, cursos, e outros momentos em que precisa escrever muito, porque eu sou horrível escrevendo. Outra é os calotes que as pessoas passam na gente, por saberem que não temos muito estudo. Até para pensar em coisas que poderíamos fazer diferente, não sabemos muito como buscar as informações mais corretas, tendo que confiar em algumas pessoas.

Esse depoimento deixa transparecer que o baixo grau de escolaridade dos gestores das propriedades com agroindústria dificulta o desenvolvimento do seu empreendimento, sendo ressaltada, em especial, a dificuldade de lidar com o aspecto financeiro. Quando indagados em relação à fonte de renda do grupo familiar, a totalidade dos entrevistados justifica que não tem condições de sobreviver de uma única fonte de renda, devido à agricultura familiar não ser valorizada, tendo que diversificar o máximo possível para dar uma renda justa para o sustento do núcleo familiar. Assim, pode-se observar, no Gráfico 8, as diferentes fontes de renda – destaca-se que o percentual supera 100%, devido à diversidade da fonte de renda.

Além da fonte de renda da agroindústria, as propriedades rurais familiares possuem uma diversidade de produtos para a comercialização. Nesse viés, o cultivo da lavoura de soja representa 50% da renda das propriedades com agroindústrias, seguido pela lavoura de milho, com 46,9%.

Gráfico 8 - Fonte de renda do grupo familiar¹⁸



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

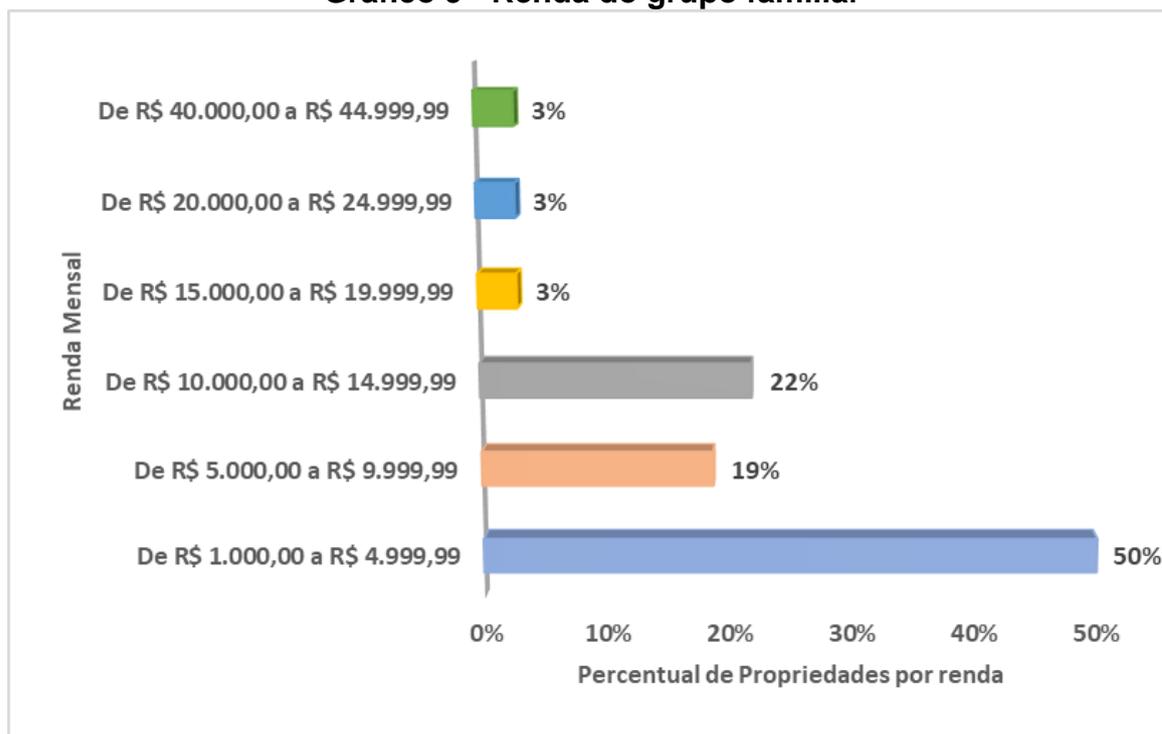
¹⁸ * Agroindústrias: mandioca descascada, ovos, farináceos, derivados de cana, embutidos, frango, gado, peixe, derivados de uva, laticínios, hortaliças. * Pomar: laranja, pêssego, bergamota. * Salário urbano: diarista, gestor(a) de empresa. * Conservas: pepino, cebola, beterraba, cenoura. * Autônomo(a): serviços gerais, veterinário(a), advogado(a), entretenimento.

Esses dois cultivos (soja e milho) constituem a fonte mais expressiva, o que pode estar relacionado ao que Anes (2017) afirma e o diário de campo revela sobre o interesse do patriarca em retornar para a atividade primária e não permanecer à frente da agroindústria. Outro ponto que pode ser destacado é o número de propriedades com agroindústrias que ficam a cargo da matriarca, enquanto a atividade do patriarca é cultivar as terras da propriedade familiar, em muitos casos para produzir a matéria-prima que é utilizada na agroindústria.

Como aspecto relevante, vale mencionar ainda, como indicado no Gráfico 8, o alto percentual de propriedades com agroindústrias que possuem a aposentadoria como complemento de renda. Esse índice chega a 46,9%, quase metade das propriedades rurais familiares com agroindústria. Esse fator confirma o que Spanevello *et al* (2017) abordam em termos da transformação que o meio rural brasileiro vem sofrendo. Da mesma forma, Sacco dos Anjos e Caldas (2006) afirmam que o campo está envelhecendo, devido à redução do número de integrantes das famílias rurais, ao processo de exclusão da mulher e ao aumento da masculinização do campo.

O Gráfico 8 demonstra a variedade de atividades que as propriedades realizam para ter um complemento na renda gerada pela agroindústria. Na pesquisa ficou evidente o quão importante é para eles possuírem outros produtos para comercialização; quando se deslocam para o meio urbano, percebem que as pessoas adquirem outros produtos, caso tenham para oferecer. Dessa forma, a maioria dos agricultores utilizam o saber-fazer para produzir outros produtos.

Conforme registrado no diário de campo, 95% dos responsáveis pela agroindústria justificam ter mais de uma fonte de renda e uma diversidade de produtos para comercializar em conjunto com o produto da agroindústria, porque é difícil concorrer com as grandes fábricas. Por terem que cumprir as mesmas regras de um empreendimento maior e competir em preço, a produção torna-se muitas vezes onerosa. Essa dificuldade de ter um lucro maior na comercialização dos produtos industrializados torna-se perceptível no momento em que se analisa a renda do grupo familiar, como ocorre no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Renda do grupo familiar

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Pode-se perceber, pelo Gráfico 9, que 50% das propriedades rurais familiares com agroindústria na Região das Missões possuem uma renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 4.999,99 por mês, sendo esse montante o somatório das diferentes fontes de renda. A maioria dos responsáveis afirmam que o rendimento financeiro da agroindústria cobre os custos de produção e sobra um pouco para adquirir produtos pessoais e domiciliares.

Por outro lado, as propriedades que apresentam uma renda de R\$ 10.000,00 para cima possuem como fonte principal a agroindustrialização, sendo as demais atividades um complemento e não o inverso. Alguns relataram que a agroindústria é o que sustenta a família e, dependendo do desenvolvimento das outras atividades, o valor ganho na agroindústria é utilizado para cobrir os prejuízos, como exemplo da lavoura de soja.

É salutar, neste momento, destacar a relevância dessa caracterização socioeconômica da propriedade rural familiar com agroindústria, permitindo compreender melhor quem são os responsáveis pelas agroindústrias familiares, sua idade, o número de pessoas no núcleo familiar, o número de famílias residentes na propriedade, o grau de escolaridade, a fonte de renda e a renda mensal do grupo

familiar. Nesse sentido, será explorado, no próximo tópico o destino do recurso financeiro.

5.2 Reservas financeiras e uso de crédito

A propriedade rural familiar possui uma característica diferenciada: o que é produzido na propriedade geralmente serve para atender à necessidade alimentar da família, e o excedente é comercializado. Dessa forma, a propriedade rural familiar consegue apresentar uma diversificação da fonte de renda, sendo explorado, neste tópico, como é utilizado esse recurso, se há ou não uma separação entre as receitas e as despesas na agroindústria e na propriedade e a reprodução social da família no meio onde vive.

Considerando os valores de renda apresentados no capítulo anterior, quando questionados se a agroindústria possuía reservas financeiras, 50% dos entrevistados responderam que conseguem guardar um pouco do que faturam e 50% responderam que não conseguem fazer reserva. Uma justificativa daqueles que fazem reserva é que conseguem fazê-lo pelo fato de a agroindústria garantir uma margem de lucro maior na comercialização do produto. Essa afirmação colabora com o que foi visto por Anes (2017) em relação à comercialização do produto *in natura*, que não agrega uma margem de lucro como o produto processado.

Outro ponto que merece ser citado é que a agroindústria é a principal compradora dos produtos na propriedade, obtendo-os por um custo mais baixo. Dessa forma, “a margem de ganho da propriedade passa para a agroindústria familiar (ANES, 2017, p. 148). As agroindústrias que não conseguem criar uma reserva de recursos afirmam que o que faturam com a comercialização dos produtos produzidos não é suficiente para criar uma reserva financeira, devido aos gastos constantes com investimentos de melhoria na agroindústria, como em estrutura, máquinas e equipamentos, precisando ainda cobrir as despesas do núcleo familiar.

Aproveitando o depoimento de alguns respondentes, o questionamento seguinte buscou identificar se a agroindústria familiar apresenta rendimento suficiente para o pagamento das despesas e dívidas geradas pela agroindústria e pela propriedade. Do total de entrevistados, 90,6% responderam que a agroindústria familiar consegue gerar receita para cobrir os gastos, e 9,4% declararam que não conseguem obter uma receita suficiente para essa finalidade.

Para 30% das propriedades rurais familiares com agroindústria, a fonte de renda gerada pela agroindústria é o recurso principal para o sustento do núcleo familiar, cobrindo todas as despesas e dívidas da propriedade. Como relatado pela Entrevistada 3: “Com o faturamento que a agroindústria tem mensalmente, cobre todas as despesas da família, e ainda o meu marido pega dinheiro da agroindústria para a lavoura”.

A partir desse resultado, questionou-se se ocorre uma separação das receitas e das despesas da agroindústria em relação às demais receitas e despesas da propriedade. A separação das receitas e despesas ocorre em 46,9% das propriedades rurais familiares com agroindústria familiar; já em 53,1% dos casos, essa separação não acontece. Considerando os dados apresentados, percebe-se que os recursos financeiros gerados pelas agroindústrias e propriedades são, em geral, postos em um único caixa, criando, assim, a dependência financeira.

De acordo com Anes (2017, p. 148):

As agroindústrias e as propriedades rurais se complementam financeiramente. Por isso, apesar de alguns produtores terem controles de gestão separados e resultados financeiros diferentes, devem ser vistas em conjunto na apuração dos resultados. A viabilização de uma depende da outra e, quando isso acontece, essa dinâmica produtiva gera maior renda às famílias produtoras e maior autonomia em relação ao mercado fornecedor.

Esse ponto leva a uma leitura substancial, pelo fato de se tratar de dois empreendimentos, num processo de integração, com gestão separada ou compartilhada. Ocorre, portanto, um processo de troca, quando há uma oscilação de mercado ou valor em relação à comercialização. Para que se tenha um bom andamento das atividades realizadas na propriedade e na agroindústria, deve haver uma preocupação com a manutenção das estruturas físicas, utensílios utilizados e demais recursos necessários. E isso fica claro pelas entrevistas realizadas, como também indica a Tabela 4.

Tabela 4 - Investimentos realizados com recursos próprios ou de terceiros

	Recurso próprio		Recurso de terceiro	
	Frequência	%	Frequência	%
Equipamentos e máquinas	12	37,5%	14	43,8%
Construção e melhoria fundiária	6	18,8%	14	43,8%
Automóvel/ utilitário/ caminhão	1	3,1%	5	15,6%

Aquisição de trator e implementos agrícolas	0	0,0%	4	12,5%
Lavoura de soja, milho, trigo, cana-de-açúcar	1	3,1%	3	9,4%
Pecuária de corte/ Leite	0	0,0%	2	6,3%
Matéria-prima	3	9,4%	1	3,1%
Rede de energia	1	3,1%	1	3,1%
Paisagismo	1	3,1%	0	0,0%
Total da frequência	25	78,1%	44	137,5%
	32		32	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

De acordo com a Tabela 4, pode ser observado que as propriedades com agroindústria familiar utilizam mais recursos de terceiros do que próprios em suas aquisições: 137,5% utiliza o recurso para investimento em mais de uma finalidade. Os responsáveis pela propriedade e pela agroindústria utilizam 87,5% desse recurso de terceiros para aquisição de equipamentos e máquinas e/ou para a construção e melhoria das instalações da propriedade e da agroindústria. Justifica-se que a agroindústria necessita fazer investimentos constantes em melhoria, para que esteja enquadrada na legislação em vigor.

O mesmo ocorre no que se refere à utilização de recurso próprio, sendo que 56,3% das propriedades investem em equipamentos e máquinas e/ou em construção e melhorias das instalações da propriedade e da agroindústria. Em relação ao investimento com o recurso próprio, pode ser observado, ainda, que 9,4% dos entrevistados o utilizam para a aquisição de matéria-prima. O mesmo percentual de entrevistados utiliza recursos de terceiros para investimento em lavoura de soja, milho, trigo e cana-de-açúcar. Esses fatos podem ocorrer porque a matéria-prima utilizada no processo de agroindustrialização, em geral, é produzida na propriedade; por outro lado, adquire-se de terceiros o que não se consegue produzir.¹⁹

Com o objetivo de manter as estruturas em pleno funcionamento, as propriedades com agroindústria realizam alguns investimentos com recursos de terceiros, ficando com dívidas por períodos que normalmente vão de 5 a 10 anos. Na Tabela 5 são indicados os principais credores, sendo destacado que a maioria das propriedades possuem mais de um credor.

¹⁹ A aquisição de matéria-prima de terceiros se refere ao que não se consegue produzir e é essencial para a formulação do produto, como: açúcar ou tripa de porco para embutidos.

Tabela 5 - Credores da propriedade rural familiar com agroindústria

	Frequência	%
Não possui credores	10	31,3%
Outros	10	31,3%
Banco	7	21,9%
FEAPER	5	15,6%
Pronaf Investimento	5	15,6%
Pronaf Custeio	4	12,5%
Crédito pessoal	2	6,3%
Total da frequência	43	134,4%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Na Tabela 5, mostra-se que há uma diversidade de credores, ao passo que 31,3% das propriedades não possuem dívidas. Convém referir que 31,3% dos agricultores relatam possuir outros credores, destacando-se o Pronaf Agroindústria, o Pronaf Mulher, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Cáritas²⁰.

Outro credor que se destaca são os bancos, mencionados em um total de 21,9% das propriedades, em que se obtém recursos como o Pronaf Mais Alimentos. A terceira maior forma pela qual os agricultores obtêm auxílio financeiro é por meio dos recursos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) e do Pronaf Investimento, perfazendo 15,6% das propriedades cada um. O Pronaf Custeio representa 12,5% dos credores. Por fim, com um percentual bem baixo, 6,3% das propriedades rurais familiares com agroindústria possuem crédito pessoal como dívida.

5.3 A participação social da família rural com agroindústria

Pretende-se, neste tópico, descrever a relação social da família rural com agroindústria, como ocorre o envolvimento da família no negócio e qual o direcionamento dado para a renda familiar. As relações sociais das famílias se consolidam pelo fato de seus integrantes participarem de associação comunitária, sindicato, cooperativa, associação de mulheres/ clube de mães, associação vinculada

²⁰ Para saber mais sobre a Cáritas, basta acessar o *site*: <<http://www.caritas.org.br/#>>.

a igreja e clube esportivo, como pode ser visto na Tabela 6. Todos os 32 entrevistados relatam que possuem mais de um vínculo social.

Tabela 6 - Participação social

	Frequência	%
Sindicato	28	87,5%
Cooperativa	19	59,4%
Associação comunitária	16	50,0%
Associação vinculada a igreja	16	50,0%
Associação de mulheres/ Clube de mães	12	37,5%
Clube esportivo	6	18,8%
Outros	2	6,3%
Total da frequência	99	309,4%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Observa-se na Tabela 6 que 87,5% dos entrevistados afirmam que as propriedades são vinculadas ao sindicato que as representa e que é a entidade com que mais a família se envolve. Como Anes (2017) já havia constatado, a cooperativa está em segundo lugar, com 59,4%. Os respondentes afirmam que a cooperativa é um elo importante de relação entre as famílias associadas.

De acordo com o Entrevistado 21, o vínculo com a cooperativa local “é fundamental para a comercialização dos produtos produzidos na propriedade, bem como o apoio no desenvolvimento dos integrantes da família, por meio de cursos de aperfeiçoamento, confraternizações, palestras, dia de campo e outros”. O Entrevistado 31 afirma que “o vínculo com a cooperativa é importante, devido ao apoio que a cooperativa dá ao pequeno agricultor”.

Em relação a essas instituições, Anes (2017, p. 100) assevera que o “[...] envolvimento das famílias produtoras com essas duas entidades está dentro da lógica cooperada e, ao mesmo tempo, preocupada com a defesa dos interesses coletivos”.

Na sequência das relações sociais, destaca-se que 50% das propriedades com agroindústrias possuem um relacionamento direto com associação vinculada à igreja da comunidade. Considerando que a estrutura da igreja é o alicerce para a confiança entre os integrantes de cada comunidade, as famílias se relacionam e compartilham do espaço comum promovido pela instituição, como salão de festa e escola. O vínculo com a igreja local é, para o agricultor, o pertencimento a uma comunidade que propicia

a participação do mesmo nas decisões de desenvolvimento local e no compartilhamento de benefícios adquiridos para a comunidade.

De acordo com a pesquisa, destacou-se a importância da igreja na comunidade e percebeu-se que esta se reúne para discutir o que pode ser feito para melhorar o bem-estar coletivo local e o que será promovido para a integração das famílias, bem como o compartilhamento de equipamentos e implementos agrícolas. O agricultor que não possui um bom relacionamento com os integrantes da igreja local não é bem quisto para participar das decisões e do compartilhamento dos equipamentos.

Com 50%, destaca-se a participação das famílias na associação comunitária, que se identifica popularmente como clube da comunidade²¹. Esse espaço é administrado por uma diretoria eleita pelas famílias associadas, que mantém uma estrutura para atender eventos promovidos por uma família, como casamento e aniversário, e eventos realizados pela diretoria e associados, como jantar-baile, almoço da padroeira e jogos sol a sol²². Como relatado pelo Entrevistado 1, o clube da comunidade é o local de encontro dos agricultores. “Diariamente, é frequentado para jogo de carta, como canastra, e jogo de bocha, sendo esta a oportunidade de colocar a conversa em dia e trocar experiências”.

No que se refere às mulheres e sua participação nos espaços comuns da comunidade, destaca-se a associação das mulheres/ clube de mães, que conta com a adesão de 37,5% delas. As mulheres rurais se organizam para analisar melhorias para a comunidade, promover eventos voltados para o bem-estar da mulher do campo, realizar cursos, como jardinagem, artesanato, culinária e gestão rural.

O clube esportivo é referido por 18,8% das famílias. A relação social ocorre por meio de campeonatos esportivos que ocorrem entre as comunidades locais e regionais. O Entrevistado 4, por exemplo, relata que é integrante do time de bocha da comunidade e participa de campeonatos regionais. A pesquisa ainda mostra que 6,3% das famílias possuem outros meios de participação social. Um deles é o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), onde as famílias vivenciam a cultura gaúcha. Participam do grupo de dança e das promoções realizadas pela entidade, como jantar-baile.

²¹ Clube da comunidade é a associação comunitária ou salão de festas da comunidade, que é composto por um salão para acomodação sentada e espaço para dançar, cancha de bocha, campo de futebol, churrasqueiras, cozinhas, bilheteria, bem como um espaço para a galeria dos presidentes da comunidade.

²² Sol a sol é um dia de jogos, promovido com atividades diárias do interior, como serrar um tronco de árvore, jogo de bocha, etc.

Também foi identificada a participação das famílias junto às escolas da comunidade e de outras maiores que oferecem capacitação especializada para os jovens rurais, como por exemplo, a Escola Técnica Guaramano, localizada no centro urbano do município de Guarani das Missões/RS. Essa escola oferece formação técnica no ensino médio, formando o jovem em técnico agrícola. Outra escola que se destaca é a Escola Técnica Aquilino de Santis, localizada no meio rural do município de Santo Antônio das Missões/RS. Anes (2017, p. 102) descreve que, “[...] além de servirem para a formação dos filhos das famílias produtoras, oferecem espaço para o envolvimento dessas famílias em eventos festivos, esportivos e reuniões”.

Essas propriedades rurais familiares com agroindústria ainda possuem outro meio de participação social, tanto local como regional, que é através das Organizações Não Governamentais (ONGs)²³. Essas instituições são formadas para promover a comercialização dos produtos das famílias e agregar um espaço para que sejam realizadas reuniões, eventos voltados para o interesse no desenvolvimento da família. O Entrevistado 9 afirma que é “vinculado à Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústria da Agricultura Familiar do Território Missões, para comercializar os seus produtos e estar por dentro dos assuntos e soluções para o agricultor familiar”.

5.4 A estrutura e a organização da propriedade rural familiar com agroindústria

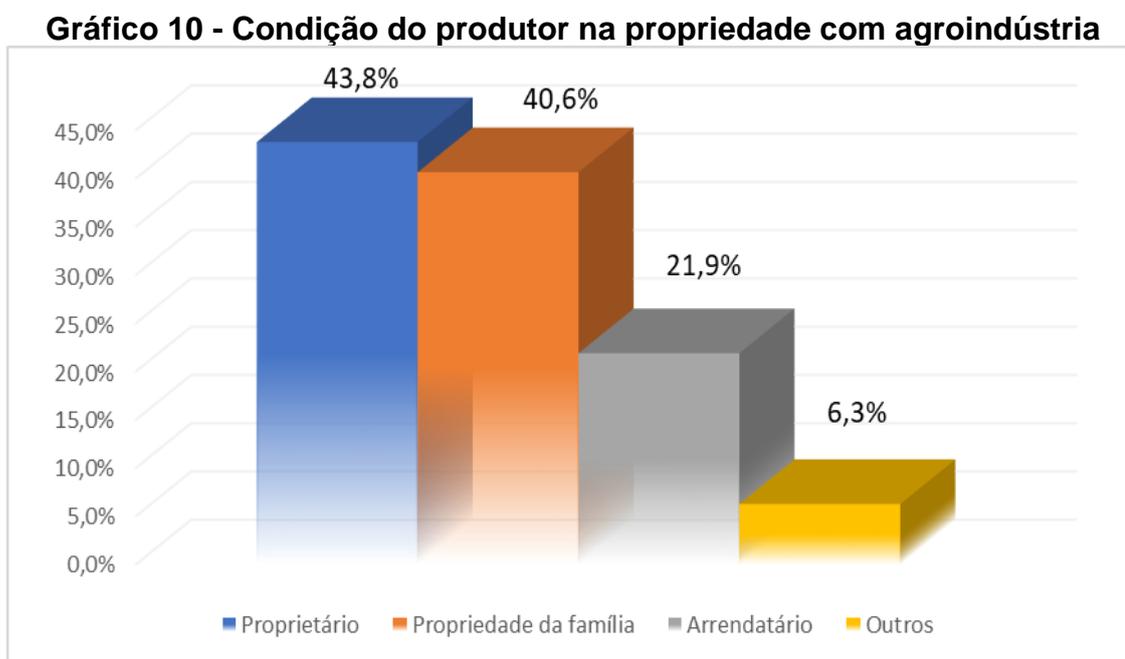
Neste capítulo será apresentado o levantamento realizado junto às propriedades rurais, identificando a localização da agroindústria, qual a condição dos produtos, o tamanho da propriedade, como ocorreu a aquisição da terra, para que é utilizada a área, qual tipo de energia é utilizada e qual a fonte de água que abastece a propriedade e a agroindústria, assim como qual é o destino do esgoto e como se procede com o lixo gerado. Também se investigou quais são as máquinas e os

²³ Anes (2017, p. 102) esclarece que “as ONGs Associação Regional de Desenvolvimento e Pesquisa (AREDE) Santa Rosa; Políticas Públicas “Outro Mundo é Possível” (PPOMP) de Santo Ângelo; a Associação Sepé Tiaraju de São Luiz Gonzaga; a Rede de Cooperativas, Associações e Agroindústria da Agricultura Familiar do Território Missões (REMAF) de Cerro Largo; e a Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços (ASTRF) de Porto Xavier são organizações não governamentais (ONGs) com que as famílias produtoras estabelecem relações sociais para reivindicar recursos, comercializar produtos, trocar experiências, participar de cursos de capacitação e organizar eventos relacionados a temas da agricultura e agroindústrias familiares”.

equipamentos da propriedade e da agroindústria e quais os bens que o grupo familiar possui.

De acordo com a identificação da pesquisa, 81% das agroindústrias familiares estão localizadas no meio rural, enquanto 19% se concentram no meio urbano. Essa diferenciação ocorre devido a algumas famílias residirem no meio urbano e produzirem seus produtos na estrutura construída junto à residência, mas manterem a produção da matéria-prima na propriedade rural da família. Outro fator que justifica a agroindústria estar no meio urbano é o desenvolvimento do perímetro urbano, fazendo com que a propriedade passe a ter uma identificação urbana e não mais de meio rural.

De acordo com a pesquisa, as agroindústrias familiares urbanas possuem como atividade principal a produção de farináceos; os demais tipos de produtos são mais raramente fabricados no meio urbano. O Gráfico 10 revela a condição de produtor em que o respondente se encontra.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

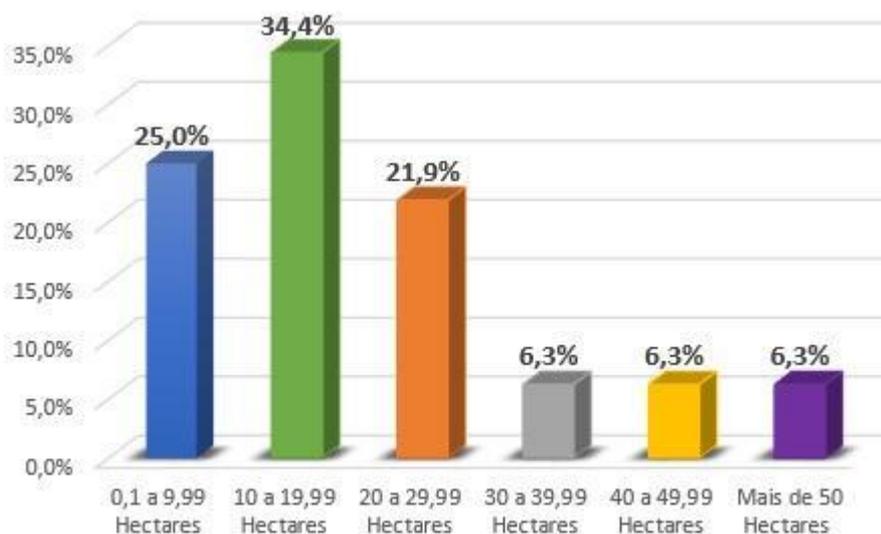
Observa-se que 84,4% dos produtores são proprietários ou atuam em propriedade da família. Essas duas condições se destacam pelo fato de a propriedade passar de geração para geração. Para Spanevello (2008), essa passagem vai acontecendo durante a vida do filho, sendo este socializado com as atividades desenvolvidas na propriedade. Quando comparado esse percentual com o encontrado

por Anes (2017), na mesma região de investigação, percebe-se que houve uma diminuição de 5,4% no referido percentual. Isso porque, de acordo com Anes (2017), 89,8% dos produtores se encontravam na condição de proprietários ou de propriedade da família.

Observa-se ainda, no Gráfico 10, que 21,9% dos entrevistados são arrendatários, enquanto Anes (2017) havia identificado apenas 8,2% nessa situação. Esse número aumentou, devido ao filho arrendar do pai uma parte da propriedade para instalar a agroindústria, arrendar terra de vizinhos para aumentar a área de plantio da matéria-prima, ou até mesmo variar a produção, arrendar uma área para ficar mais próximo da família, ou então, para ficar mais próximo do acesso às rodovias. Já 6,3% dos agricultores afirmam se encontrar em condição diferente, por não serem os donos da terra que cultivam, ou seja, foram assentados em propriedades divididas para o Movimento Sem Terra, e ainda não se finalizou o período de 20 anos, para que, então, sejam os donos definitivos.

Em relação ao tamanho das propriedades por hectares, percebe-se, no Gráfico 11, que a soma dos 3 maiores resultados é igual a 81,3%, destacando que a maioria das propriedades com agroindústria na Região das Missões não passam de 2 módulos fiscais²⁴.

Gráfico 11 - Tamanho das propriedades com agroindústria



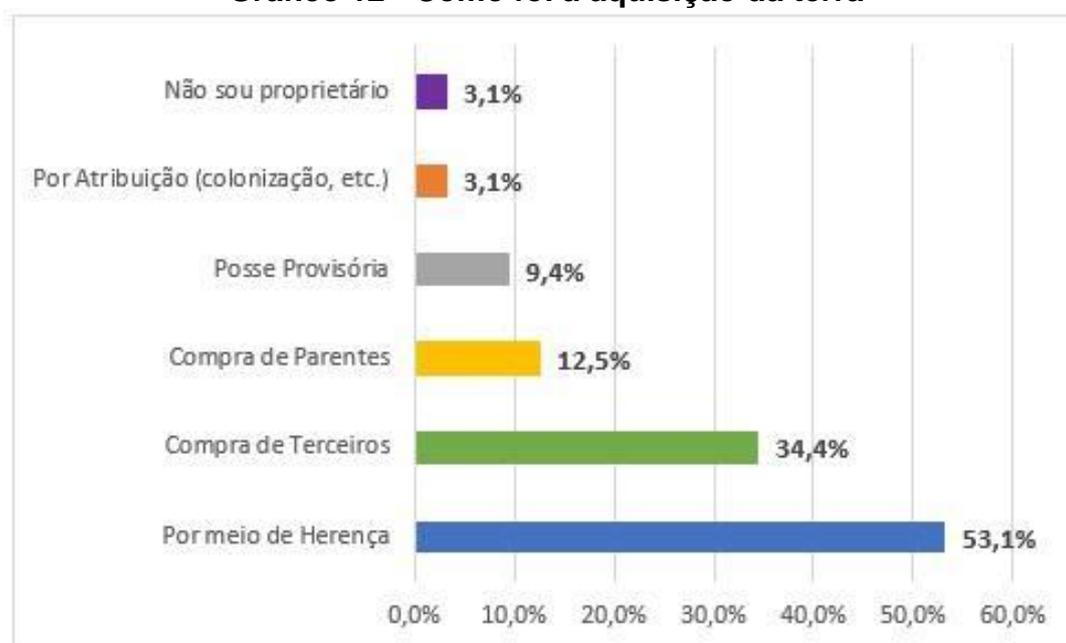
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

²⁴ **Módulo fiscal** é um conceito introduzido pela Lei n. 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/64), a norma que regula os direitos e obrigações relativos a imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola nacional. Para mais informações, acessar a Lei n. 8.629/93. Fonte: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27421-o-que-sao-modulos-fiscais/>>.

Observa-se que 59,4% das propriedades não ultrapassam os 20 hectares de área e, de acordo com a Lei n. 8.629/93, no artigo 4º, II, considera-se pequena propriedade aquela de 1 a 4 módulos fiscais, podendo-se classificar o imóvel rural abaixo desse valor como minifundiário. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2020), 1 módulo fiscal corresponde a 20 hectares para os municípios pertencentes à Região das Missões/RS.²⁵

Observando o Gráfico 11, constata-se que as propriedades com 30 ou mais hectares, quando somadas, chegam a 18,9%. Esse fenômeno pode ser analisado pela ótica da divisão de terras entre as pessoas do núcleo familiar, conforme indica o Gráfico 12, que revela como ocorreu a aquisição da terra.

Gráfico 12 - Como foi a aquisição da terra



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

A terra é passada de geração para geração em 53,1% das propriedades, sendo seguida pela compra de terceiros, que ocorre em 34,4% dos casos. A compra de terceiros possui uma representação alta, pelo fato de 20% justificar que saiu de casa para estudar e trabalhar na cidade, mas o desejo de retornar para o campo fez com que adquirissem terra para iniciar as atividades desejadas. Vale ainda referir que 80% afirmam que a compra de terras ocorreu por motivos como o desejo de aumentar a área produtiva da propriedade; porque o vizinho estava indo morar na cidade; pelo

²⁵ Conferir Apêndice C.

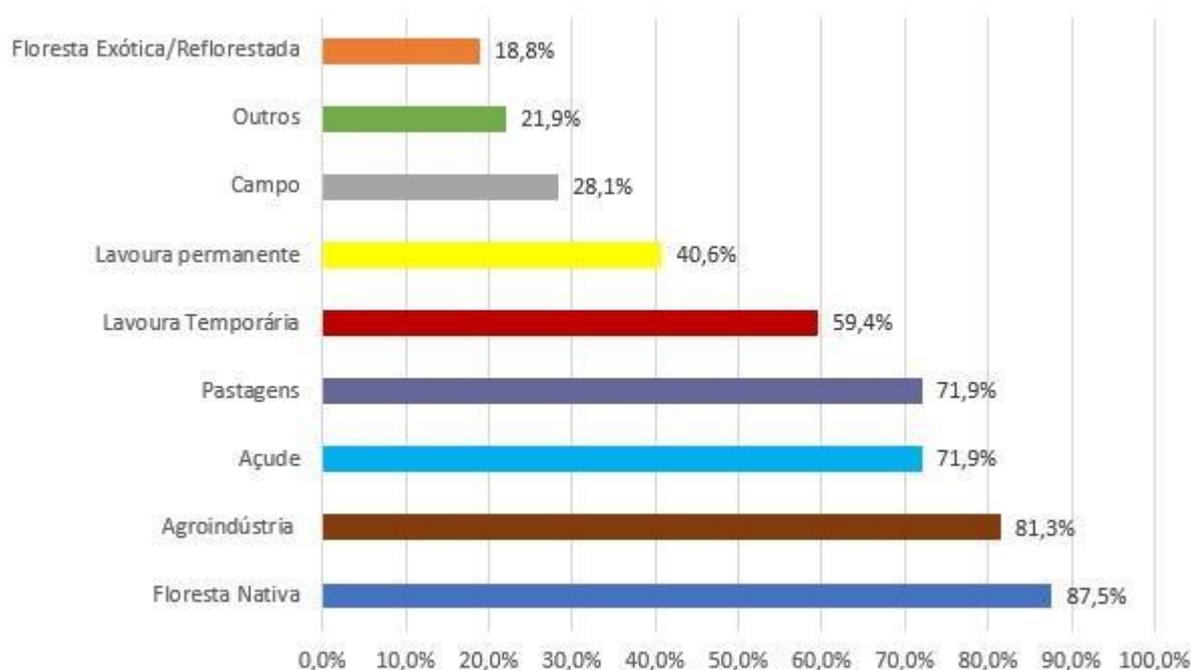
falecimento dos patriarcas da propriedade, sem que os herdeiros tivessem interesse de assumir; ou ainda para dar uma quantia de terras ao filho, no propósito de que permanecesse na propriedade.

Já a compra de terras de parentes ocorre em 12,5% dos casos, devido à divisão de área que ocorre no momento em que os patriarcas não se encontram mais presentes, como relatado por alguns entrevistados. O Entrevistado 30 declara que permaneceu na propriedade para cuidar dos pais, e os irmãos saíram e não queriam retornar, por terem se consolidado em trabalhos na cidade. Como constituiu família na propriedade e considerando que era o que sabia fazer, comprou a parte dos irmãos, para poder manter a quantidade de terras.

Outro percentual se refere às propriedades com agroindústrias que se encontram dentro de assentamentos²⁶, em que os trabalhadores ainda não são os donos da terra, e possuem a posse provisória; estes representam 9,4% do total.

Quando se indaga de que forma se divide a área da propriedade, identifica-se que 87,5% delas possuem uma parte da área ocupada por floresta nativa²⁷, como pode ser visto no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Utilização da área da propriedade



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

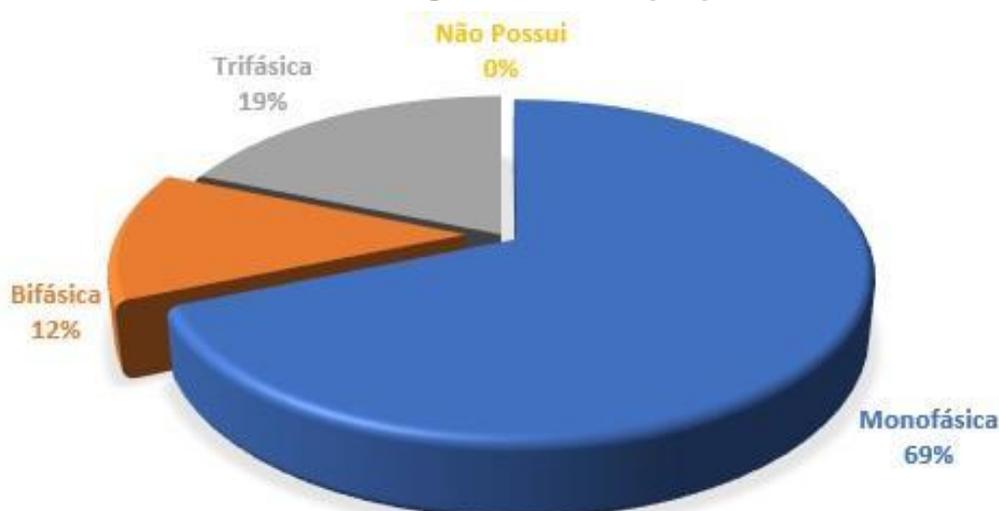
²⁶ Na Região das Missões existem 25 assentamentos. Para mais informações, acesse o *site* <<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>>.

²⁷

Já 81,3% das propriedades possuem uma parte da área ocupada pela estrutura predial da agroindústria. O açude e as pastagens dividem espaço em 71,9% das propriedades. Em 59,4% delas utiliza-se uma área para a lavoura temporária; já para a lavoura permanente, esse percentual cai para 40,6%. Percebe-se que 100% das propriedades utilizam uma parte da área seja para lavoura permanente seja para temporária. Quanto ao campo, 28,1% das propriedades utilizam uma parte da área para essa finalidade. Para 21,9% das propriedades, uma parte da área é utilizada para outra finalidade, como restaurante ou área de lazer. Como forma de barreira ecológica ou preservação de nascente, 18,8% das propriedades utilizam parte da área da propriedade com floresta exótica, reflorestada.

As propriedades rurais familiares com agroindústrias, no desenvolvimento da atividade de processamento, utilizam diversos equipamentos eletrônicos que necessitam de uma energia de qualidade, mas o que pode ser percebido no Gráfico 14 é que 69% da energia elétrica das propriedades com agroindústrias é monofásica. Em 19% é trifásica e em 12% é bifásica.

Gráfico 14 - Energia elétrica da propriedade



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

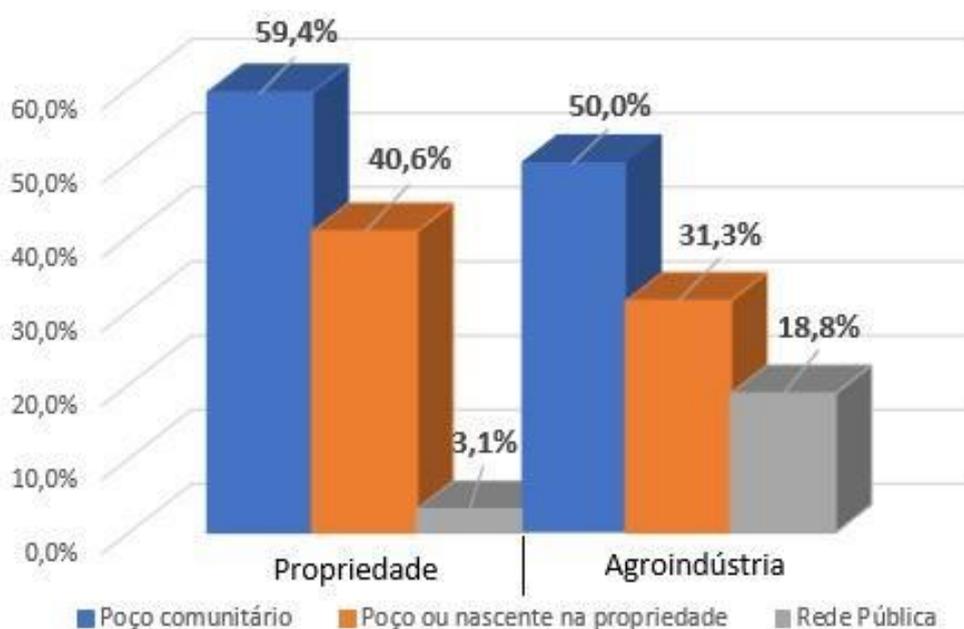
Os agricultores que possuem energia elétrica trifásica relatam que, pelo número de equipamentos utilizados na agroindústria e na propriedade, uma rede de energia mais forte é fundamental, pois os equipamentos, tanto para a agroindústria quanto para a propriedade, estão mais desenvolvidos tecnologicamente. O Entrevistado 28

justifica que o forno utilizado na agroindústria é trifásico, assim como o resfriador e as ordenhadeiras para a retirada e o armazenamento do leite. Antes da instalação trifásica, quando os todos estavam em funcionamento ao mesmo tempo, a queda de energia na propriedade era constante, tendo-se que optar por qual seria utilizado primeiro.

Outro ponto que se destaca em relação à energia elétrica é o custo que o agricultor tem para conseguir colocar uma energia que atenda a sua necessidade, como uma bifásica ou trifásica. Como alternativa de investimento, os agricultores analisam energias alternativas para instalar na propriedade, como a energia solar. A esse respeito, vale citar que somente 3,1% das propriedades possuem energia solar.

Como forma de identificação da estrutura das propriedades rurais familiares com agroindústrias, é importante compreender como funciona o saneamento básico, identificando qual a fonte de abastecimento de água, o sistema de esgoto e o destino do lixo gerado. Os questionamentos feitos sobre o saneamento da propriedade e da agroindústria visam verificar se há um único sistema ou se ocorre uma separação entre propriedade e agroindústria. Assim, pode-se perceber, no Gráfico 15, que o abastecimento de água nas propriedades e nas agroindústrias possui mais de uma fonte.

Gráfico 15 - Principal fonte de água que abastece a propriedade e a agroindústria



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Conforme indicado, 59,4% da água que abastece as propriedades rurais é oriunda de poço comunitário, em seguida aparecem os poços ou nascentes na propriedade, representando, 40,6% do total. Algumas propriedades possuem mais de uma fonte de abastecimento, sendo exposto que 3,1% é de rede pública. Esse meio de abastecimento se caracteriza como fonte alternativa, sendo utilizado para a residência da propriedade, já as demais fontes são usadas para as atividades desenvolvidas, como abastecimento dos recipientes do gado, aviário, galpão de suínos, hortas, etc. Como nem todas as agroindústrias estão localizadas dentro da propriedade rural, o abastecimento dessas unidades de produção é feita por poço comunitário em 50,0% dos casos; já em 31,3% das unidades, há poço ou nascente na propriedade, e 18,8% das agroindústrias usam água da rede pública.²⁸

Em relação ao esgoto da propriedade e da agroindústria, estes foram investigados separadamente, com o intuito de identificar as diferenças existentes. Isso porque algumas agroindústrias são obrigadas por lei a ter um destino e tratamento correto dos dejetos gerados. Assim, o Gráfico 16 apresenta os tipos de esgoto nas propriedades e agroindústrias.

Gráfico 16 - Esgoto da propriedade e da agroindústria



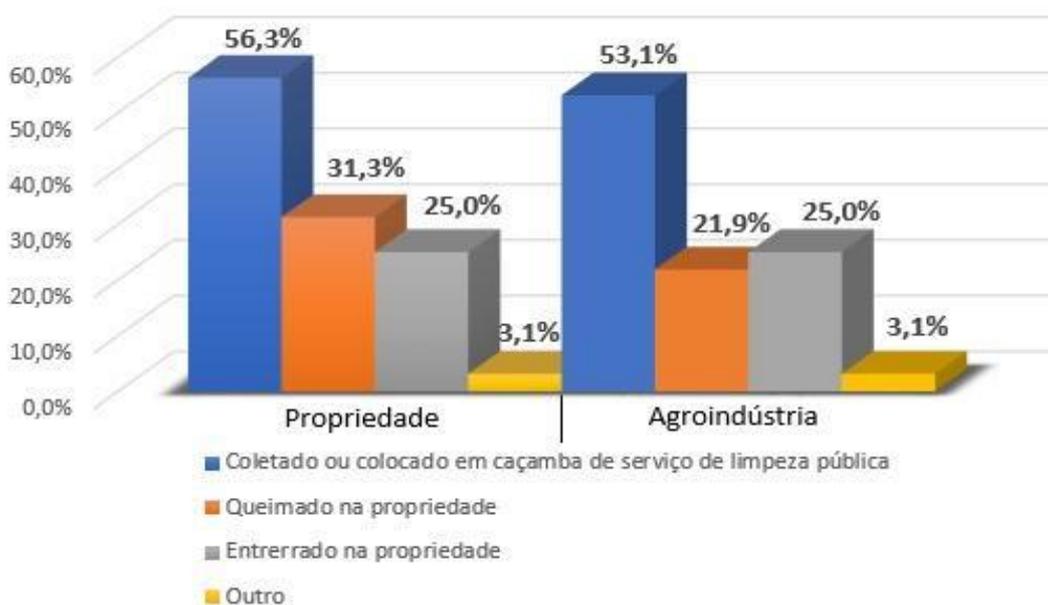
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

²⁸ Um dos pontos de cuidado no processo de agroindustrialização é a qualidade da água que é utilizada pela agroindústria. Algumas agroindústrias, como de bebidas e conservas, necessitam ter um laudo de qualidade da água, emitido por um laboratório licenciado para o respectivo teste, como o de coliformes.

Tanto na propriedade quanto na agroindústria, 84,4% do esgoto é coletado por fossa séptica. Na propriedade, 15,6% da coleta ocorre em fossa rudimentar, e na agroindústria esse percentual é de 12,5%. Em um processo arcaico de destinação do esgoto, em 3,1%, tanto das propriedades quanto das agroindústrias, ocorre o despejo em fossa rudimentar e água a céu aberto. Como exigência para algumas agroindústrias, como por exemplo as agroindústrias de embutidos, peixes e derivados de leite, o esgoto de 6,3% dessas unidades é destinado a uma lagoa de tratamento.

Outro ponto é o destino dado ao lixo gerado pela propriedade e pela agroindústria. O Gráfico 17 mostra qual o destino que as propriedades e as agroindústrias dão para o lixo que geram.

Gráfico 17 - Destino do lixo da propriedade e da agroindústria



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Com base em dados do IBGE, nos anos 2000, apenas 20% dos estabelecimentos domiciliares rurais brasileiros possuíam coleta de lixo, o que demonstra que esse serviço era insuficiente. Pode-se dizer que, duas décadas depois, o cenário encontrado em relação à coleta de lixo nas propriedades rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul melhorou, de modo que, atualmente, 56,3% das propriedades e 53,1% das agroindústrias têm o seu lixo coletado ou colocado em caçamba de limpeza pública. Pela dificuldade de acesso e pela distância do centro urbano, onde está a estação de tratamento do lixo gerado no território municipal, 31,3% das propriedades e 21,9% das agroindústrias ainda queimam parte do lixo

produzido. Além disso, 25% das propriedades e das agroindústrias enterram o lixo gerado. De acordo com as dificuldades encontradas, 3,1% das propriedades buscam outro meio para dar destino ao lixo.²⁹

Detalhando a estrutura e a organização da propriedade rural familiar com agroindústria, identifica-se que há um conjunto de fatores que intervêm na dinâmica de desenvolvimento dessas propriedades. Como ponto de aprofundamento dessa estrutura e organização, no tópico a seguir será detalhado outro aspecto investigado nesta pesquisa, que são as máquinas e os equipamentos, bens e veículos que o núcleo familiar possui.

5.5 A utilização de máquinas, de equipamentos, de bens e veículos na propriedade

Como forma de melhor conhecer a estrutura e a organização das famílias da agricultura familiar, buscou-se compreender quais máquinas e equipamentos são utilizados na propriedade e na agroindústria para a realização das atividades. De acordo com Anes (2017, p. 116), a propriedade rural é interpretada como o local em que a família produz os produtos primários que vão servir de matéria-prima para os produtos produzidos na agroindústria familiar.

No cenário que se apresenta, os entrevistados declararam possuir em sua propriedade as máquinas e equipamentos relacionados na Tabela 7. Nota-se que 78,1% dos entrevistados declaram possuir trator, pelo fato de ser um instrumento essencial para o desenvolvimento das atividades dentro da propriedade. Outro equipamento que se destaca é a roçadeira costal, presente em 53,1% das propriedades. Na sequência, como instrumentos necessários para a realização do trabalho, destaca-se o pulverizador (46,9%), a plantadeira (43,8%), o arado (28,1%), a roçadeira (28,1%), o arado de tração animal (18,8%), o reboque (18,8%), a colheitadeira (18,8%), o subsolador (12,5%) e a niveladora (12,5%). Os demais itens aparecem em uma escala menor, de acordo com os entrevistados.

²⁹ Outros - O agricultor separa o lixo seco do úmido (embalagens, sacos plásticos, vidros, baterias, etc.) e coloca em seu veículo próprio e leva até o centro de recolhimento. Em relação ao que coletado pelo serviço público de limpeza, os agricultores separam o lixo seco, reciclável. O lixo queimado são madeiras, papéis, caixas de papelão, folhas. O lixo enterrado são os restos de alimentos, animais, etc.

Tabela 7 - Máquinas e equipamentos na propriedade

	Frequência	%
Trator	25	78,1%
Roçadeira costal	17	53,1%
Pulverizador	15	46,9%
Plantadeira	14	43,8%
Arado	9	28,1%
Roçadeira	9	28,1%
Arado de tração animal	6	18,8%
Reboque	6	18,8%
Colheitadeira	6	18,8%
Subsolador	4	12,5%
Niveladora	4	12,5%
Pulverizador manual	3	9,4%
Pé de pato	3	9,4%
Reboque de tração animal	3	9,4%
Plantadeira manual	2	6,3%
Semeadeira	2	6,3%
Ensiladeira	2	6,3%
Rede de pesca	2	6,3%
Carreta agrícola	1	3,1%
Trilhadeira	1	3,1%
Concha	1	3,1%
Triturador	1	3,1%
Guincho	1	3,1%
Caçamba	1	3,1%
Carretão	1	3,1%
Triturador	1	3,1%
Lâmina	1	3,1%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Já as máquinas e os equipamentos utilizados pelas agroindústrias variam de uma propriedade para outra, pelo fato de serem instrumentos específicos de acordo com o produto produzido. Na Tabela 8 podem ser visualizadas as máquinas e os equipamentos da agroindústria.

Tabela 8 - Máquinas e equipamentos da agroindústria

	Frequência	%
Mesa inox	23	71,9%
Balança	20	62,5%
Utensílios de cozinha	15	46,9%
Forno elétrico	12	37,5%
Batedeira	12	37,5%
Cilindro industrial	11	34,4%

Liquidificador	10	31,3%
Massadeira	8	25,0%
Fogão	8	25,0%
Forno industrial	8	25,0%
Geladeira	8	25,0%
Freezer	8	25,0%
Sovadeira	7	21,9%
Forno a lenha	7	21,9%
Câmara fria	5	15,6%
Seladora a vácuo	5	15,6%
Estufa aberta	5	15,6%
Tacho inox	4	12,5%
Prensa	4	12,5%
Ovoscópio	3	9,4%
Estufa fechada	3	9,4%
Engenho	3	9,4%
Moenda	3	9,4%
Padeiro noturno	3	9,4%
Selador	2	6,3%
Batedor	2	6,3%
Fatiador	2	6,3%
Tanque	2	6,3%
Arrolhador	2	6,3%
Extrusora	2	6,3%
Fritadeira elétrica	2	6,3%
Forno micro-ondas	2	6,3%
Cortadora/picotadora	1	3,1%
Termômetro	1	3,1%
Modelador	1	3,1%
Filtros	1	3,1%
Bomba elétrica	1	3,1%
Esterilizador	1	3,1%
Despolpadeira	1	3,1%
Embaladeira	1	3,1%
Dosadora	1	3,1%
Chaleira elétrica	1	3,1%
Filtros/peneira	1	3,1%
Serra fita	1	3,1%
Serra carcaça	1	3,1%
Caixa d'água	1	3,1%
Fábrica de gelo	1	3,1%

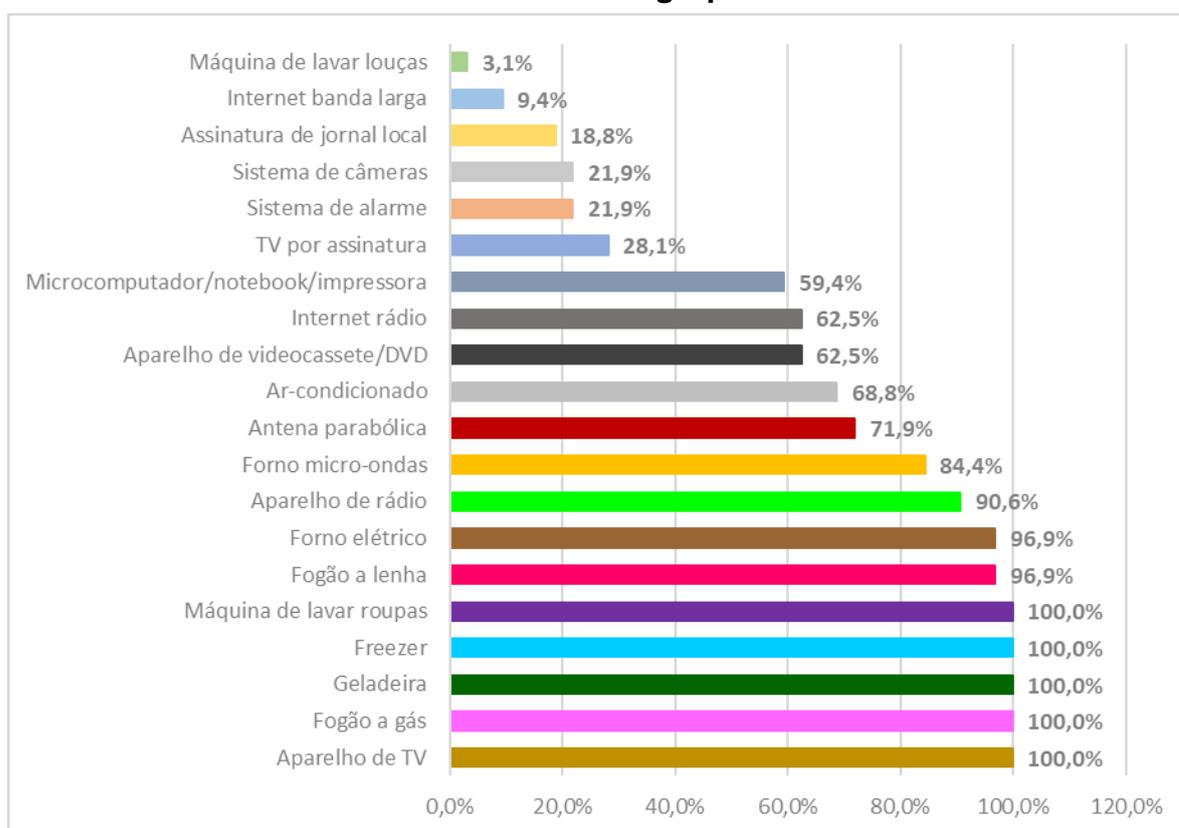
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Pelo fato de existir uma legislação que legaliza as agroindústrias, liberando-as para comercializar o produto produzido no mercado local, regional ou nacional,

podendo elas, portanto, ser fiscalizadas pelos órgãos competentes, o investimento em máquinas e equipamentos específicos se faz necessário. Assim, percebe-se que 71,9% das agroindústrias possuem mesa de inox, 62,5% têm balança, 46,9% contam com utensílios de cozinha³⁰, 37,5% das instalações possuem forno elétrico, 37,5% possuem batedeira, 34,4% contam com cilindro industrial e 31,3% têm liquidificador.

Com relação aos bens que a família possui para atender as necessidades pessoais, eles estão relacionados no Gráfico 18, destacando-se, de antemão, que 100% das propriedades possuem no mínimo um aparelho de TV, um fogão a gás, uma geladeira, um *freezer* e uma máquina de lavar roupa.

Gráfico 18 - Bens do grupo familiar



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Além dos já mencionados itens presentes em todas as propriedades, vale ainda referir o fogão a lenha e o forno elétrico, que estão presentes em 96,9% delas. O aparelho de rádio se faz presente em 90,6% das residências e, conforme o diário de campo, foi identificado como o meio de comunicação mais importante para os

³⁰ Utensílios de cozinha são talheres, bacias plásticas e inox, formas, pegador, espumadeira, tábuas, etc.

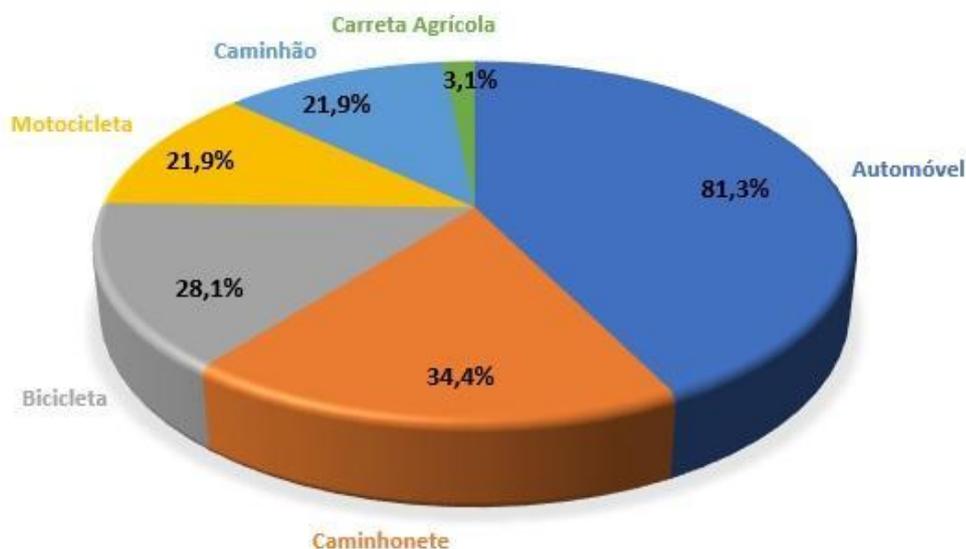
agricultores. O forno micro-ondas é outro utensílio que se destaca, com 84,4% de presença, sendo prático para aquecimentos rápidos, como relatado pelo Entrevistado 12. A antena parabólica está em 71,9% das propriedades rurais, e o ar-condicionado em 68,8%. Como dito pelo Entrevistado 22, “de dia não ficamos dentro de casa, e de noite é fresquinho, não precisa de ar-condicionado”. Com o acesso à tecnologia possibilitando outros meios de assistir filmes, documentários e séries, como o cadastro no Netflix, os aparelhos de videocassete e DVD já não são mais tão utilizados, mas 62,5% das propriedades possuem esses itens.

A internet está presente em 62,5% das propriedades e um pouco abaixo desse percentual está o microcomputador/notebook/impressora, identificado em 59,4% das residências. Como revelado na fala de alguns entrevistados, como é o caso do Entrevistado 11: “não temos muito estudo e já estamos (casal) com uma idade avançada para mexer com isso, mal sabemos mexer no WhatsApp”. Para o Entrevistado 18: “não temos internet, irá demorar para chegar aqui, então o computador neste momento não terá utilidade”. Com a intenção de dar mais conforto para a família, principalmente para os filhos, 28,1% possui TV por assinatura; quando foi perguntado qual, os respondentes informaram assinar a SKY.

Preocupados com a segurança, 21,9% dos entrevistados informaram que possuem sistema de alarme e sistema de câmeras na propriedade. Vale ainda referir que, do total de propriedades, 18,8% afirmam que possuem a assinatura do jornal local, como meio para se manterem informados sobre o que acontece no município e na região. Aquelas propriedades que se localizam às margens do perímetro urbano, que representam 9,4%, confirmam que a internet que utilizam é a banda larga. Em 3,1% das propriedades, há máquina de lavar louça.

De acordo com a pesquisa realizada, em relação ao meio de transporte, pode-se dizer que o núcleo familiar possui, em média, 1,9 veículo como meio de locomoção, seja para trabalho seja para lazer. No Gráfico 19 podem ser observados os tipos de veículos utilizados pelas famílias.

Gráfico 19 - Veículos utilizados pelo núcleo familiar



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Seja para uso particular seja para trabalho, 81,3% das famílias possuem automóvel, 34,4% têm caminhonete e 21,9% contam com motocicleta. A bicicleta está presente em 28,1% das propriedades e é mais utilizada pelos filhos ou pelos proprietários que não possuem outro tipo de veículo. Em relação ao caminhão, 21,9% dos entrevistados relatam possuir exclusivamente para trabalho, o que também ocorre com os 3,1% que informam possuir carreta agrícola. Alguns entrevistados relataram que não queriam disponibilizar para o trabalho o veículo que é utilizado para o lazer em família, mas, por não possuírem condições de manter um veículo específico, como é recomendado pela legislação, colocam o seu para realizar tal função.

Em síntese, neste tópico destinado a apresentar a estrutura e a organização da propriedade rural familiar com agroindústria, evidenciou-se a localização da agroindústria familiar, a condição do produtor na propriedade com agroindústria, o tamanho dessa propriedade, como ocorreu a aquisição da terra, a utilização da área da propriedade, a energia elétrica que abastece a propriedade, a principal fonte de abastecimento de água da propriedade e da agroindústria, o tratamento de esgoto, o destino dado ao lixo da propriedade e da agroindústria, as máquinas e os equipamentos da propriedade e da agroindústria, os bens do grupo familiar e os veículos utilizados.

Após esse detalhamento da estrutura e da organização, a próxima seção tem como objetivo elucidar o processo de produção, comercialização e logística da agroindústria familiar.

5.6 O processo de produção, de comercialização e de logística da agroindústria familiar

No decorrer desta seção, será descrito como se desenvolve a dinâmica de produção da agroindústria familiar, identificando a mão de obra envolvida, a organização do trabalho, de onde vem o conhecimento, qual a tecnologia utilizada, quais os produtos produzidos, se possuem embalagem, rótulo e código de barras. Na comercialização, busca-se esclarecer como ocorre o relacionamento do agricultor com o seu cliente, qual o canal de comercialização, como são realizadas as vendas, como são transportados os produtos e se há troca. A logística evidencia se a matéria-prima é produzida na propriedade ou se é comprada de terceiros, quem são os fornecedores, qual a origem e como é realizado o transporte da matéria-prima.

Cabe recordar as palavras de Gazolla (2009), quando se refere à agroindústria familiar, afirmando que a agregação de valor na transformação da matéria-prima produzida no interior da propriedade familiar é uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar. Mior (2005) complementa essa ideia quando declara que a agroindústria familiar é uma forma de organização na qual o núcleo familiar processa a produção primária, transformando-a em um produto com valor agregado para comercialização.

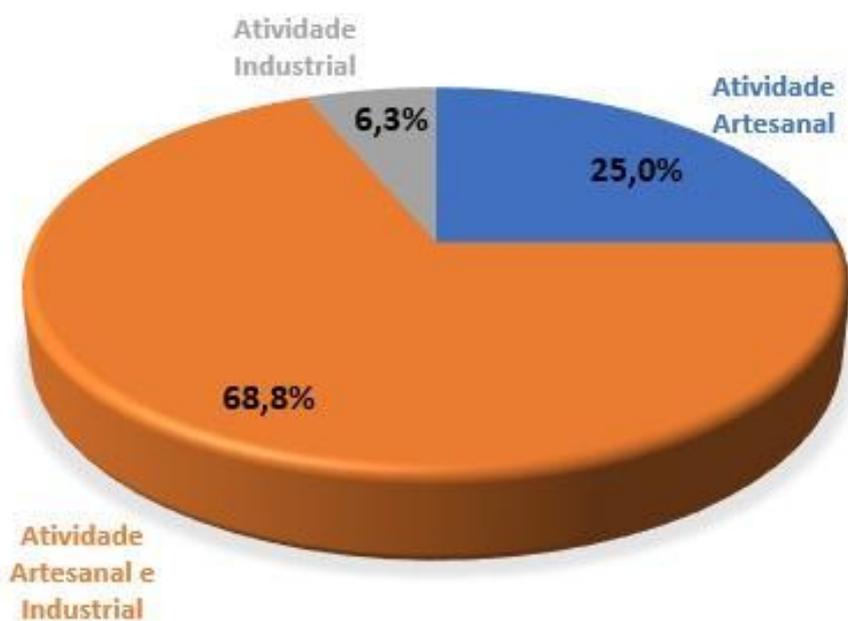
Como meio de reprodução social, sustentação no meio rural, intrinsecamente ligado às normativas da agricultura familiar, a agroindústria familiar se enquadra na perspectiva de Abramovay *et al* (1998, p. 46), segundo a qual “a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são provenientes de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. No sentido de dialogar com os autores citados, cabe salientar que a mão de obra a serviço da transformação da matéria-prima nas propriedades com agroindústria familiar rural é prioritariamente familiar, correspondendo a 96,6%.

De acordo com o diário de campo, alguns entrevistados relatam que, pela falta de mão de obra familiar, necessitam contratar eventualmente vizinhos ou pessoas de outra comunidade para auxiliar em atividades específicas. Como exemplo, citam o

período da colheita de soja, milho e trigo. Outro ponto a destacar é o volume de demanda do produto, de modo que a família não consegue dar conta da produção sozinha. No caso, 9,4% das agroindústrias possuem mão de obra terceirizada e não só familiar, e a justificativa é precisamente que o seu processo cresceu e os familiares não conseguem atender toda a demanda.

Para melhor compreender esse cenário, pode-se observar o Gráfico 20, no qual se apresenta a organização do trabalho produtivo, destacando que grande parte do processo ainda é feito de modo artesanal mesclado com industrial, necessitando da mão de obra familiar.

Gráfico 20 - Organização do trabalho produtivo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

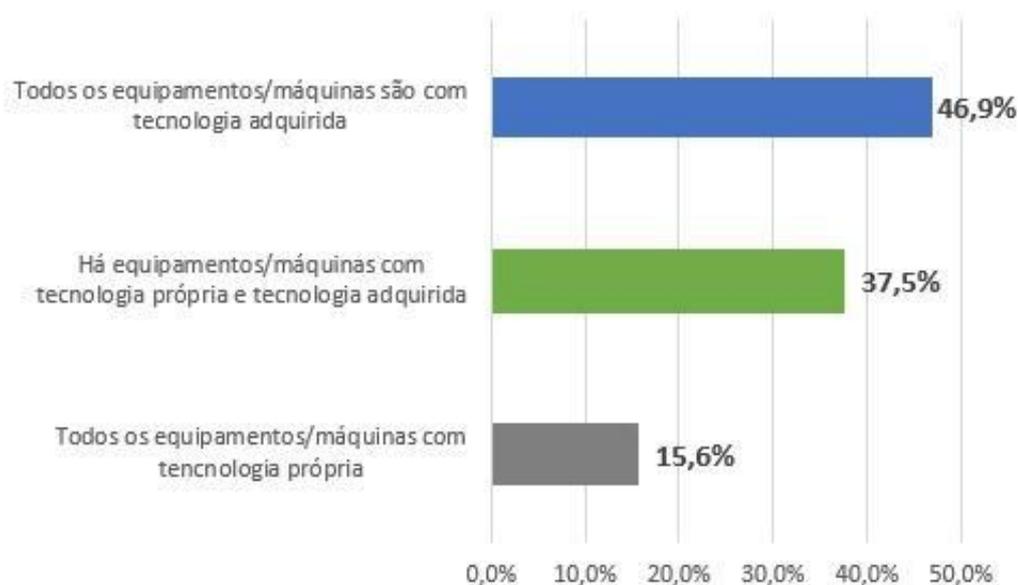
Nesta análise, é importante evidenciar a afirmação de Anes (2017, p. 121), quando expressa que, na agroindústria familiar rural, “[...] a produção não segue a lógica da economia de escala, que visa à concepção de produtos em série e em grandes escalas”.

A atividade artesanal e industrial está presente em 68,8% das agroindústrias. Destaca-se ainda que 25% das agroindústrias desenvolvem o seu trabalho de forma puramente artesanal, e uma minoria de 6,3% é totalmente industrial. Se somadas as agroindústrias com atividade artesanal e as com atividade artesanal e industrial,

chega-se a 93,8%, representando um número alto de agroindústrias que precisam se desenvolver tecnologicamente para não permanecerem dependentes de familiares.

Anes (2017) ainda ressalta que as agroindústrias que apresentam a lógica industrial no desenvolvimento das suas atividades têm por objetivo contribuir com o aumento da quantidade produzida e minimizar o trabalho manual exercido pelos membros familiares. Essa observação de Anes (2017), vai ao encontro do que se visualizou sobre as agroindústrias que investem em máquinas e equipamentos para auxiliar na produção, uma vez que encontram baixa colaboração de familiares e de terceiros para transformar a matéria-prima e atuar no processamento do produto. O incentivo para o processo de agroindustrialização por parte dos agentes³¹ envolvidos no desenvolvimento da agricultura familiar é um ponto-chave para o investimento em tecnologia. Assim, pode-se perceber, no Gráfico 21, a tecnologia utilizada na agroindústria.

Gráfico 21 - Tecnologia utilizada na agroindústria



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Em 46,9% das propriedades, todos os equipamentos e máquinas são com tecnologia adquirida; em 37,5% delas, há equipamentos e máquinas com tecnologia própria e com tecnologia adquirida e, em 15,6%, todos os equipamentos e máquinas possuem tecnologia própria. Vale reforçar que, no desenvolvimento das atividades

³¹ Emater/Ascar, REMAF, entre outros.

das agroindústrias, as máquinas e os equipamentos auxiliam na agilidade da produção.

A esse respeito, Anes (2017) declara que parte desses equipamentos e máquinas com tecnologia adquirida não possuem capacidade elevada, por se caracterizarem mais para uso doméstico do que industrial, como é o caso de batedeiras e liquidificadores. Como constatado e exposto anteriormente, também há máquinas e equipamentos de maior porte, como caldeiras. É preciso considerar que a tecnologia adquirida pela agroindústria, mesmo que tenha características de uso doméstico, atende a sua necessidade de produção. Assim, à medida que a produção aumenta, os itens utilizados vão sendo substituídos por equipamentos e máquinas com poder industrial, como cilindro industrial, forno industrial, serra carcaça, padeiro noturno, amassadeira, etc.

Além da tecnologia adquirida, a maioria das agroindústrias desenvolvem suas próprias tecnologias, devido à falta de recursos para fazer a aquisição de algo pronto. Em relação à criação e à adaptação de tecnologia, Anes (2017) identifica o batedor de melado e o cortador de palha de milho adaptado ao trator. É bom lembrar que essas criações ocorrem a partir das necessidades da agroindústria, visando dar maior qualidade e agilidade ao seu trabalho e/ou produto.

Essas facilidades criadas ou adquiridas pelas agroindústrias atendem a uma variedade de produtos que são produzidos, conforme pode ser visto no Quadro 3.

Quadro 3 - Produtos produzidos pelas agroindústrias

Produtos produzidos por agroindústrias familiares				
Bacon	Costela defumada	Massa de <i>pizza</i>	Pão de sanduíche	Sucos
Banha	Cuca	Massa para macarrão	Pastel	Torresmo
Biscoito	Doce de leite	Melado batido	Peixe limpo	Tortas
Bolachas diversas	Espumante	Melado fino	Queijo	Vinhos
Cachaça	Filé de peixe	Morcilha preta	Queijo temperado	
Calça-virada	Frango	Ovos	Rapadura	
Carne bovina	Iogurte	Palitos salgados	Risole	
Compotas de frutas	Linguiça toscana	Pão caseiro	Salame	
Conservas de legumes	Lombo	Pão de cachorro-quente	Salame italiano	
Copa	Mandioca descascada	Pão de milho	Salsichão	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Na Região das Missões, a maior parte das agroindústrias está relacionada à produção de derivados da farinha de trigo, sendo identificadas como agroindústrias

de farináceos, as quais representam 43,8% das entrevistadas. É bom lembrar que o meio rural da região assistida se constituiu de pequenas propriedades, caracterizando-se um rural de economia familiar (WESZ JUNIOR, 2005). É importante salientar que esse processo familiar de transformação da matéria-prima, no período da colonização, era considerado uma agroindustrialização caseira, em que se comercializava apenas o excedente. No decorrer das décadas, com o processo de desenvolvimento, como meio de permanência no meio rural e forma de contribuir com a renda familiar, as mulheres rurais empreendem justamente na atividade que já traziam de casa, destacando-se, assim, as agroindústrias de farináceos.

Em relação ao saber-fazer, 56,3% dos respondentes confirmam que o saber-fazer foi adquirido na família. O Entrevistado 9 relata: “o meu avô ensinou o meu pai, e cresci vendo o pai produzir o produto e sempre que podia ajudava o pai na produção, assim o pai foi me passando o conhecimento”. Já a Entrevistada 28 afirma que, diante da necessidade de obter renda para a família, pediu ajuda para a mãe ensiná-la a produzir as receitas de família, que aprendera na infância.

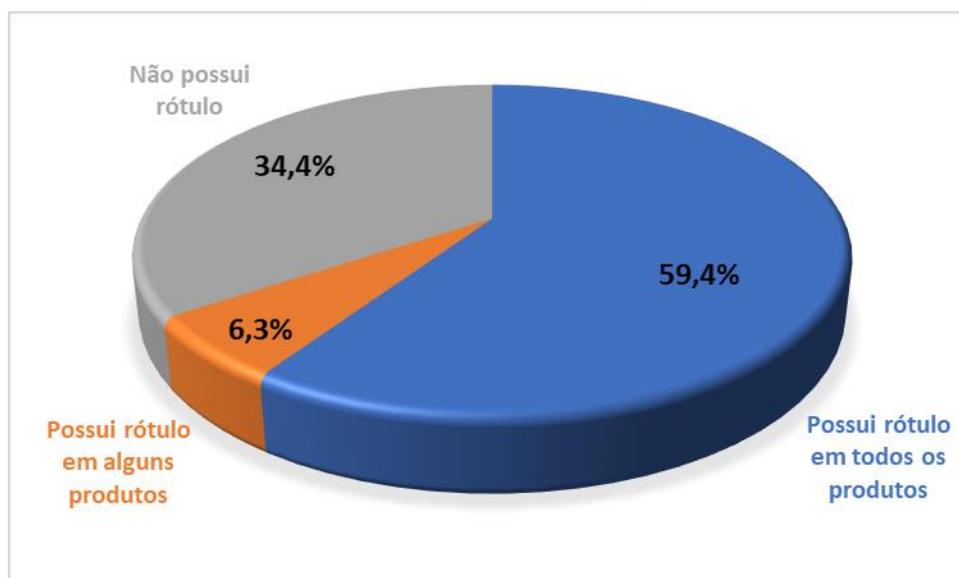
Outros 43,8 % dos entrevistados relatam que até possuíam uma noção de como fazer, mais foi por meio de orientação, como cursos, palestras e acompanhamento técnico, que aprenderam como produzir.

Considerando esse cenário do saber-fazer, é preciso recordar que os produtos comercializados pelas agroindústrias necessitam de alguns cuidados, como a embalagem, a identificação e um meio de rastreabilidade, como um código de barras, pelo fato de serem comercializados de diferentes maneiras. Evidencia-se que 96,9% das agroindústrias possuem embalagens para os produtos que produzem. Dos entrevistados que afirmam possuir embalagem, 78,1% salientam que colocam o produto na embalagem mesmo que seja uma venda realizada na área da agroindústria ou aquela venda feita por encomenda. Os 3,1% dos entrevistados que dizem não possuir embalagem justificam que não estão legalizados e ainda não sabem se irão dar continuidade à agroindústria.

Anes (2017) relata que os produtores se preocupam mais com a embalagem quando levam os produtos para serem comercializados na feira municipal e nos quiosques missioneiros, porque é frequente a fiscalização sanitária e também devido às exigências de comercialização das cooperativas e da prefeitura, que coordenam esses espaços. Além da embalagem, é exigido o rótulo no produto exposto para comercialização, no entanto, como pode ser observado no Gráfico 22, somente 59,4%

dos entrevistados confirmam possuir rótulo em todos os produtos produzidos na agroindústria. Outros 6,3% dizem possuir rótulo em alguns produtos.

Gráfico 22 - Rótulo nos produtos

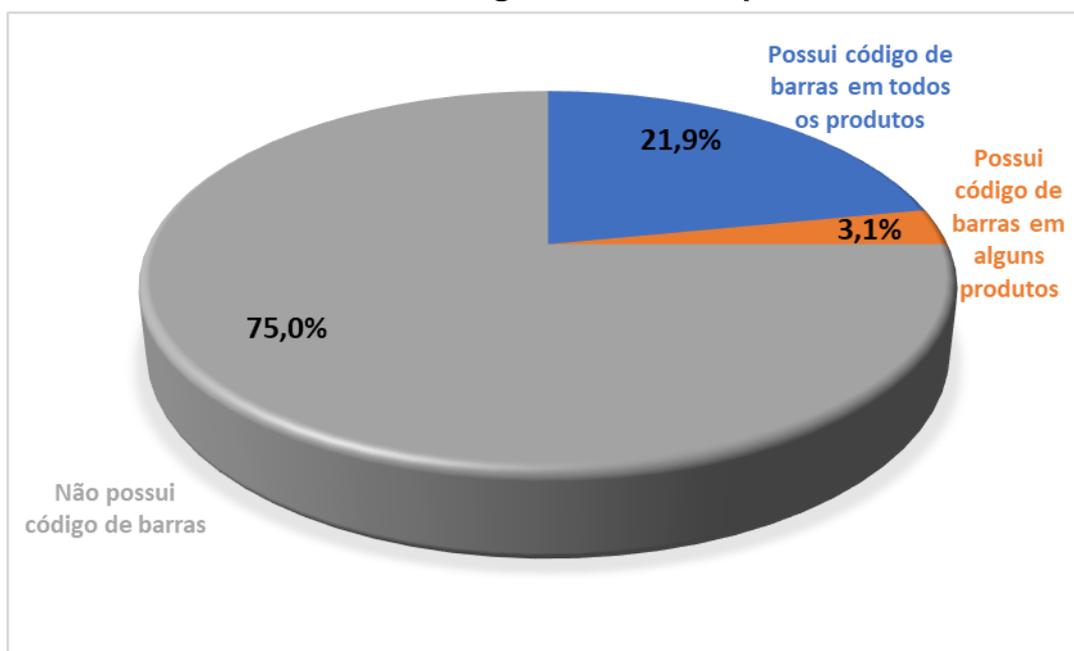


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

O que chama a atenção é que 34,4% dos entrevistados declaram não possuir rótulo em seus produtos. Cabe lembrar que 31,3% dos entrevistados não são legalizados. Justificam que a falta de incentivo por parte do poder público, a morosidade para a legalização, as exigências e as mudanças solicitadas pela fiscalização são pontos que os levam a não se legalizarem e não colocarem rótulo no produto que é comercializado, fazendo, assim, uma venda direta ao cliente.

De acordo com os dados levantados na pesquisa, 68,8% dos entrevistados estão legalizados. Se somados aqueles que possuem rótulo em todos os produtos e os que possuem rótulo em alguns produtos, chega-se ao total de 65,7%, destacando que 3,1% dos legalizados não possuem rótulo em algum produto.

Outro ponto que se destaca no processo de cuidado com a sanidade do produto é ter uma forma de rastreabilidade, que é o código de barras; no entanto somente 21,9% dos entrevistados confirmam possuir código de barras em todos os produtos, já 3,1% possuem código de barras em alguns produtos, enquanto 75% dos entrevistados afirmam não possuir código de barras em seus produtos.

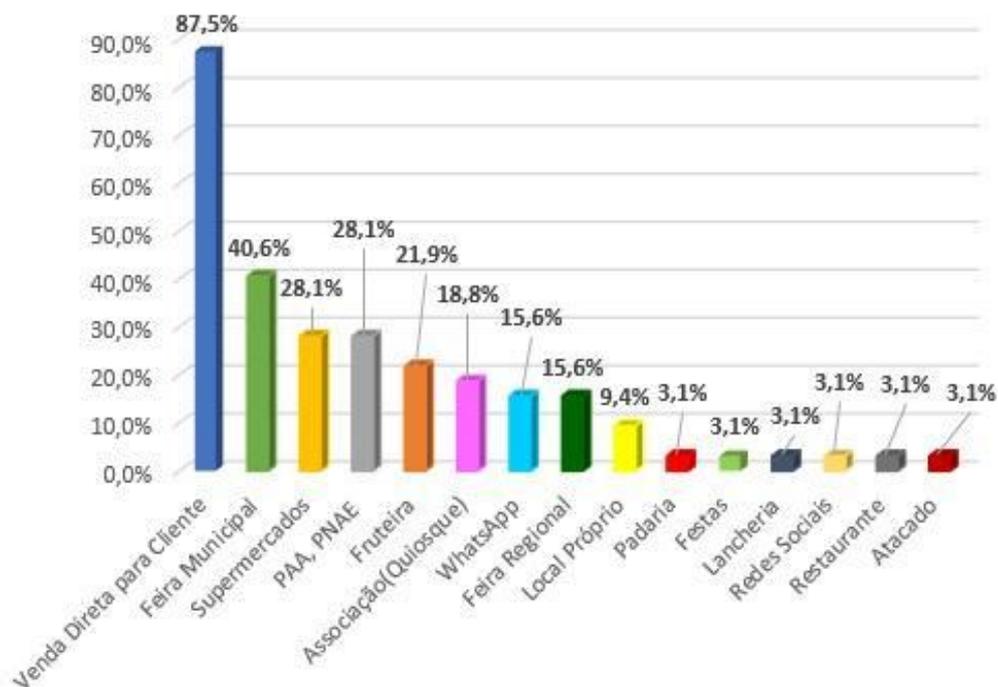
Gráfico 23 - Código de barras no produto

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Em relação ao código de barras, Anes (2017), em sua pesquisa, já relatava que é baixa a escala de comercialização em supermercados dos produtos produzidos pela agroindústria familiar; por esse motivo, justifica-se o alto percentual de produtos sem código de barras. É preciso considerar que há uma elevada diversidade de produtos que são produzidos pelas agroindústrias familiares e, com isso, o produtor pode acabar priorizando aqueles que são comercializados em pontos comerciais, como supermercados, quiosques, feiras municipais e regionais de grande circulação de pessoas. Outro ponto que se destaca na fala do Entrevistado 14 é a “quantidade de rótulos que precisam ser feitos para um único produto, 15 mil unidades, então aguardo um tempo para ver se o produto será bem aceito, para depois mandar confeccionar e já vir com o código de barras”.

Essas padronizações sobre como o produto se apresenta ao mercado consumidor, com uma embalagem, rótulo com as informações pertinentes ao conhecimento do cliente e com código de barras para facilitar a entrada e a saída dos estoques são fundamentais para a comercialização do produto.

Nesse viés, o Gráfico 24, apresentado na sequência, indica os canais de comercialização utilizados pela agroindústria.

Gráfico 24 - Canais de comercialização da agroindústria

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Em relação aos canais de comercialização informados pelos entrevistados, é possível dialogar com Anes (2017), quando afirma que a agroindústria familiar localizada na Região das Missões comercializa os produtos produzidos pelo sistema de venda direta, contatando o cliente onde ele estiver, no trabalho, em casa, na rua, etc. Outras formas de comercialização são: o espaço público comercial disponibilizado pelo setor administrativo municipal, popularmente conhecido como feira do produtor rural; os quiosques coloniais, localizados às margens da rodovia que passa pelo município e que são administrados por uma cooperativa ou associação local dos produtores rurais; o varejo local e regional, como supermercados, atacados, padarias e fruteiras; locais de lazer, como restaurantes, festas e lancherias; e instituições públicas que adquirem os produtos da agricultura familiar para atender a demanda de programas como o PAA e o PNAE.

É relevante destacar que, ao se perguntar aos respondentes quais os canais de comercialização utilizados pela agroindústria, 15,6% responderam que o aplicativo de troca de mensagens WhatsApp é um dos canais de comercialização. Não se pode deixar de frisar que um dos respondentes destacou como canal de comercialização as “redes sociais”, como Facebook e Instagram. Em sua pesquisa, Anes (2017) já havia evidenciado que um dos canais de comercialização é a venda externa à região,

e o Entrevistado que se refere ao WhatsApp, Facebook e Instagram diz que, por meio do seu trabalho de divulgação nesses meios de comunicação, recebe solicitações de seus produtos de localidades externas à região.

No Gráfico 24, destaca-se ainda que 87,5% das agroindústrias têm como principal canal de comercialização a venda direta. No decorrer da pesquisa, de acordo com o diálogo com os responsáveis pela agroindústria, registrou-se que, no início da venda, a clientela vai sendo formada de porta em porta, na casa, no trabalho, na rua. E, com a consolidação do produto e a formalização da agroindústria, é que se vai avançando para os outros meios de comercialização.

O relato do Entrevistado 29 confirma essa perspectiva:

Como forma de ter uma renda extra, pedi ao meu pai um hectare para plantar a matéria-prima, e ele me concedeu. Na primeira colheita, se conseguiu tirar uma quantidade muito boa, e fui para a cidade vender de porta em porta. As pessoas gostaram do produto e assim comecei a formar uma clientela, que comprava semanalmente. Com a visibilidade que o meu produto estava tendo, devido à qualidade e à capacidade de abastecimento, a demanda começou a vir dos mercados locais e, mesmo não tendo uma agroindústria formalizada, comecei a entregar nos mercados locais. O negócio estava crescendo e eu expandindo a produção, mas veio a primeira crise, foi quando a vigilância sanitária barrou o meu produto. Como já havia feito investimentos em área plantada com a matéria-prima, senti a necessidade de legalizar a minha produção, construindo a agroindústria. Hoje posso vender para qualquer estabelecimento, mas não deixo de atender os meus clientes de porta em porta.

Outro canal de comercialização importante para as agroindústrias, conforme relatado pelo Entrevistado 29, é a feira municipal, que é citada por 40,6% dos entrevistados, mas para vender nesse ambiente é preciso estar legalizado. O Entrevistado 30 relata que a feira municipal é um ponto comercial importante para o agricultor, porque é um espaço social, onde os clientes valorizam o produto que está sendo comercializado. Como destacado por Anes (2017), nos 25 municípios que compõem a Região das Missões, há um espaço específico para a feira municipal da agricultura familiar.

No levantamento sobre a forma como a venda dos produtos da agroindústria familiar se efetiva, percebe-se, no Gráfico 25, que 75% das vendas são a vista e a prazo. Em um percentual menor, 18,8% é efetivada no ato da venda, ou seja, a vista. Somente 6,3% das vendas ocorrem somente a prazo. Convém observar a relação que o agricultor estabelece com o cliente, sendo expresso pela maioria dos agricultores que vendem a vista e a prazo, o que cria um elo de confiança com o cliente, anotando

na sua frente a quantidade que ficou para receber em uma data futura, como também, apagando na sua frente o valor quando pago.

Gráfico 25 - Vendas da agroindústria

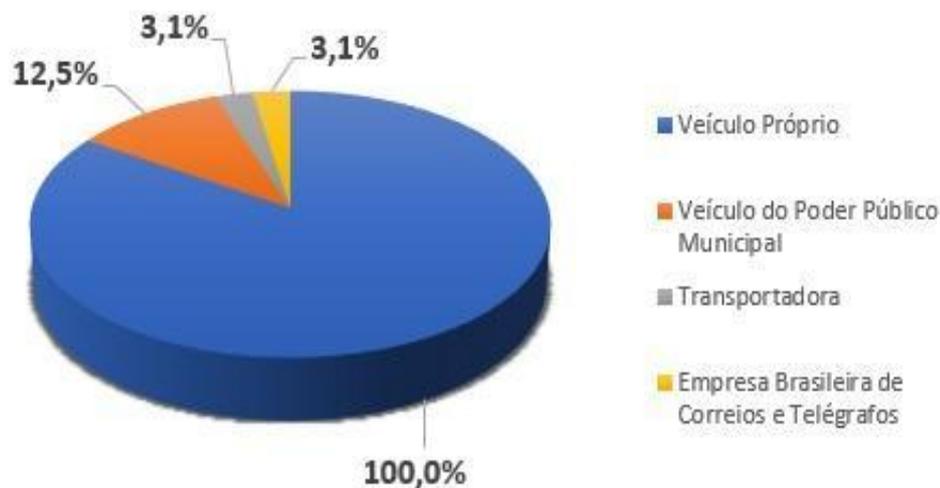


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Alguns entrevistados relatam que, no início, até tentaram manter a política de venda somente a vista, mas perderam clientes. Outros confirmam que já tiveram clientes inadimplentes e que foi difícil para receber, assim, para não passarem pelo mesmo processo, adotam a venda somente a vista. As agroindústrias que comercializam os seus produtos nos quiosques e entregam para os programas governamentais são os declarantes de vender somente a prazo.

No processo de comercialização, procurou-se identificar como ocorre o transporte dos produtos produzidos na agroindústria e, conforme indicado pelo Gráfico 26, 100% dos produtores fazem transporte em veículo próprio. Além disso, é preciso mencionar que, em 12,5% dos casos, ocorre o transporte em veículo do Poder Municipal. Esse transporte ocorre pelo fato de a agroindústria fornecer produtos para os programas governamentais, não precisando, para esse fim, utilizar veículo próprio. Cabe salientar que não é em todos os municípios que ocorre esse transporte do poder municipal. Os outros dois meios de transporte ocorrem pelo fato de algumas agroindústrias utilizarem meios alternativos como canal de comercialização, como é o caso de WhatsApp, Facebook e Instagram.

Gráfico 26 - Transporte dos produtos produzidos na agroindústria



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Nessa relação comercial, com deslocamento ao encontro do cliente e com uma política de venda definida no processo de comercialização, também se buscou saber se há uma relação de troca de produtos. Conforme o Gráfico 27, ocorre uma relação mínima na troca de produtos produzidos pelas agroindústrias familiares.

Gráfico 27 - Troca de produtos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Os entrevistados relatam que não se deve ficar trocando produtos e sim tentar vender o seu produto e comprar o que é necessário. Dessa forma, 78,1% dos entrevistados declaram que não realizam troca de produtos por outros. Quanto aos

demais, 3,1% declaram que realizam trocas com familiares; 12,5% confirmam que trocam produtos por serviços com vizinhos; 6,3% trocam produtos com clientes, recebendo arroz, feijão, carne, banha, ovos, frutas, etc. Já outros 6,3% trocam produtos pela matéria-prima que é utilizada na fabricação.

6 SUCESSÃO FAMILIAR NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA REGIÃO DAS MISSÕES

Ao longo do tempo, autores como Abramovay (1998, 2001), Brumer e Spanevello (2008), Carneiro (2001), Gasson e Erington (1993), Silvestro *et al* (2001), Spanevello (2008), Spanevello *et al.* (2010), Stropasolas (2004), Weisheimer (2007, 2009), Woortmann (1995), Mattei (2011), entre outros, têm relatado que a agricultura familiar vem sofrendo uma transformação relativa à ausência de sucessores, provocando não só uma debilidade no que diz respeito ao desenvolvimento da trajetória familiar e das atividades produtivas, como também uma nova dinâmica no que se refere ao território rural assistido. Os autores citados destacam alguns pressupostos que influenciam na tomada de decisão dos integrantes das famílias, no sentido de permanecerem ou não na atividade rural, como a dificuldade de execução das atividades, a falta de renda e a falta de incentivo dos pais.

Como destacado por Brumer (2000), as condições econômicas e sociais da família têm grande influência na permanência do jovem no estabelecimento familiar. Nesse viés, são determinantes a renda gerada pelo empreendimento, a oportunidade de se qualificar profissionalmente para atender as exigências do mercado, a introdução da pluriatividade na propriedade, a interação com os demais integrantes da família e ainda a relação profissional e familiar estabelecida com o patriarca.

Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo apresentar a trajetória familiar dos indivíduos ligados à agricultura familiar que desenvolvem uma atividade específica para a sua permanência e reprodução social, destacando as peculiaridades encontradas na pesquisa realizada. Outro ponto consiste em descrever se há outros fatores, além dos já verificados anteriormente por outros autores que identificaram elementos que influenciam a permanência ou não do jovem no estabelecimento familiar. Após esses destaques, pretende-se descrever a relação entre a trajetória familiar e o processo de sucessão.

6.1 O desenvolvimento da trajetória familiar: como ocorre e suas peculiaridades

O desenvolvimento da trajetória familiar – intrinsicamente relacionado com a trajetória de vida de cada indivíduo pertencente ao núcleo familiar – pode ser descrito como um conjunto de eventos que vão, ao longo do tempo, fundamentando a biografia

e caracterizando a frequência dos acontecimentos, como sua duração e localização. Conforme descrito por Mayer e Müller (1986), as informações sociodemográficas, ao longo da vida, podem ser estruturadas, em uma sociedade moderna, num maior ou menor grau, com as diferenças e peculiaridades econômicas e socioculturais de um determinado espaço. Nesse sentido, as mudanças vivenciadas pelas famílias, conforme Hoffmann *et al* (2005), as expõem a uma visão de grupo social, com indivíduos que, de forma harmônica, interagem entre si, idealizando uma trajetória de vida em que se participa das regras da sociedade a que se pertence.

Nesse sentido, a trajetória das famílias investigadas nesta pesquisa demonstra que há pontos em comum na realidade vivida, sendo que o modo de vida dos indivíduos, enquadrado em uma categoria social, não se dispersa, podendo-se dizer que no meio rural os indivíduos desenvolvem o conhecimento e a prática nas atividades da propriedade desde criança, como expresso por Lamarche (1993, p.18): “[...] a exploração da família não é, portanto um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade”. Essa passagem de Lamarche expressa que a heterogeneidade em relação à organização interna da família, no que diz respeito ao trabalho e à gestão, leva à exploração da família nas diferentes realidades.

Conforme informado pelos entrevistados que possuem a gestão da propriedade com agroindústria, 90% das propriedades começaram com os pais ou avôs, e os filhos e netos se criaram na propriedade, desenvolvendo as competências necessárias para assumirem a propriedade na ausência do patriarca, por motivo de morte ou afastamento pela idade avançada, período caracterizado como aposentadoria. Como afirmado por Gasson e Errington (1993), a efetividade da sucessão familiar pode ocorrer com a passagem dos negócios para os filhos sucessores; ou com a passagem do patrimônio entre os sucessores e demais filhos; numa terceira hipótese, a sucessão ocorre pela retirada ou aposentadoria dos pais. Mantendo-se uma produção diversificada de produtos na propriedade familiar, dentro da lógica da subsistência, produz-se para o consumo e vende-se o excedente, também podendo ocorrer trocas de produtos entre a vizinhança.

Identificou-se, na pesquisa, que as propriedades da Região das Missões que possuem o processo de agroindústria estão na terceira ou quarta geração. A esse respeito, pode-se dialogar com Ricca (2016), quando afirma que “de cada 100 empresas familiares, apenas 30 sobrevivem à primeira sucessão e 5 chegam à terceira geração. Contrariando essa perspectiva, pode-se dizer que, do total de

propriedades familiares pesquisadas, 59% estão na terceira geração e 6,25% estão sendo administradas pela quarta geração.

Essa trajetória é marcada por estágios, sendo que, nos anos 1960, surge a cultura da soja no território noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente no município de Santa Rosa. Rapidamente, essa cultura se espalha para outros territórios, como é o caso da Região das Missões. Introduzida pelos agricultores em suas pequenas extensões de terra, a cultura da soja traz uma nova realidade para as famílias. No início, todo o plantio era realizado de forma manual e com força animal, utilizando o arado de tração animal, a matraca plantadeira manual e enxadas; somente anos mais tarde é introduzido o processo mecanizado em diversas propriedades, seguindo a lógica da modernização da agricultura.

Conforme relatos, nesse período de novas culturas, os homens da família trabalhavam no desmatamento, para aumentar a área produtiva da propriedade familiar. Períodos difíceis, por ser tudo feito com a força humana. No final da década de 1960, como relatado pelo Entrevistado 1 – que inicialmente havia assumido a propriedade dos seus pais e, com o tempo, foi adquirindo parte da herança dos irmãos – começou-se a produzir soja, mas com uma pequena área para plantio e com algumas frustrações de safra ao longo dos anos, tornou-se inviável continuar com essa cultura, por não apresentar um valor satisfatório para honrar as dívidas criadas, como os financiamentos de safra e a subsistência da família. Ele relata que, para se recuperar e salvar a propriedade, voltou a produzir legumes e verduras, ampliando para outras culturas, com venda direta ao consumidor final, bem como para estabelecimentos comerciais no meio urbano. No início do século XXI, com a intensificação das leis e exigências sanitárias para os produtos da agricultura familiar, percebeu a agroindústria como uma nova fonte de renda para a família. Nesse período, o filho estava quase adulto e passou a ser incentivado pelo pai a tocar junto com ele esse novo processo. Assim, eles identificaram que era necessária uma união entre pai e filho para que a nova proposta desse certo.

Essa realidade não é desconexa daquela das demais propriedades, em que 81% dos entrevistados relatam que a agroindustrialização começou como uma alternativa para obter renda e manter a estrutura familiar, mas ganhou espaço na propriedade quando os atores envolvidos no apoio, assistência técnica e fiscalização começaram a exigir uma formalização mínima para que se continuasse com a atividade.

A Entrevistada 30, assim como os demais, relata que acompanhou todo o processo de desenvolvimento da sua propriedade ao longo dos anos, percebendo que, da forma como eram conduzidas as atividades produtivas naquele espaço pela geração que estava à frente das decisões, não haveria atividade e renda para todos os parentes, sendo normal um dos filhos permanecer para cuidar dos pais e assumir a propriedade, enquanto os demais precisavam buscar uma alternativa para seu sustento e desenvolvimento pessoal.

Nessa lógica, Sacco dos Anjos e Caldas (2006) descrevem que essa permanência se dava exclusivamente entre os rapazes, sendo as filhas excluídas de participar na transmissão do patrimônio rural. O mesmo é expresso por Abramovay *et al* (1998), segundo o qual as mulheres abandonam o campo bem mais que os homens, por não terem perspectiva de assumir a propriedade. Contribuindo com essas afirmações, Paulilo (2003) expõe que a filha só irá se tornar a herdeira da propriedade em casos excepcionais, como a morte do pai e a ausência de irmãos. A autora ainda afirma que, caso a família tenha mais de um filho, em que um seja homem e outro mulher, se a filha for solteira e permanecer com os pais, o irmão será o responsável pela propriedade na ausência do pai, e a irmã desempenhará as atividades executadas pela mãe (que são as atividades domésticas) e auxiliará na lavoura quando se fizer necessário.

Na Região das Missões, essa lógica exposta pelos autores se mantém; e ainda se pode complementar que, caso a filha suceda os pais pelo fato de ter casado com um homem do campo e ficar com a responsabilidade de cuidar dos progenitores, é o marido que se torna o responsável pela administração da propriedade. Isso vai ao encontro do que afirma Abramovay *et al* (1998), segundo o qual, as mulheres que permanecem no meio rural, geralmente, têm o papel de subalternas.

Conforme relatado pelo Entrevistado 29, a propriedade em que fixou residência faz parte da trajetória familiar de sua esposa. Como filha única, a propriedade foi passada para ela pelo fato de estar casada, caso contrário, o patriarca teria vendido a propriedade para terceiros, não possibilitando a continuidade, mesmo que fosse um desejo pessoal da filha manter a propriedade familiar. Nesse caminho, percebe-se que 87,5% das propriedades com agroindústrias na Região das Missões são administradas por homens que sucederam os seus pais ou seguiram a reprodução tradicional do “minorato”, como exposto por Abramovay *et al* (1998).

O Entrevistado 8 cita que, em várias localidades rurais, conseguia-se formar dois ou três times de futebol, pela quantidade de jovens residentes, porque as famílias, até os anos 1980, tinham um número expressivo de filhos, chegando algumas a ter uma dúzia ou até mais. Com o passar dos anos, as famílias reduziram o número de filhos para 2 ou 3, provocando uma nova realidade social, cultural e econômica nas comunidades rurais.

Os entrevistados ainda relataram que, a partir dos 8 anos de idade, iam com os pais para a lavoura (roça) para capinar com uma pequena enxada construída pelo pai, o qual precisava da ajuda de todos os integrantes da família para a manutenção da lavoura e o cuidado das diversas áreas que possuíam produtos para o consumo familiar, como as hortas, os pomares, o chiqueiro de porcos e a estrebaria e sala de ordenha, uma vez que, conforme a lógica da agricultura familiar, cada família era geradora do seu próprio sustento.

Vale frisar que esse processo de os filhos participarem desde sua infância nas atividades da propriedade é considerado trabalho infantil, não sendo permitido por lei³² que a criança trabalhe, a fim de que preserve o seu direito de ir à escola. Pelo fato de terem que colaborar com as atividades da propriedade, muitos abandonaram os estudos, pois não conseguiam conciliar os dois, como relatado pela Entrevistada 24. Segundo ela, a escola da comunidade ficava distante da sua propriedade, e o pai não podia levar e buscar todos os dias, então a opção foi largar os estudos ainda no ensino fundamental.

A maioria relata que a família participava da feira do agricultor na cidade, e os filhos precisavam ajudar a arrumar os produtos e, muitas vezes, ainda iam junto para ajudar o pai nas vendas. Na época, era muito bom ajudar, porque se tinha a oportunidade de ir para a cidade, como relatado pela Entrevistada 18.

A trajetória vai sendo marcada pelos vários estágios que a agricultura familiar vai vivenciando, como a inserção da mecanização, provocando a amplitude de produção, proporcionada pela facilidade da máquina. Nesse contexto, as famílias da agricultura familiar foram tendo acesso a essas melhorias, mas, com uma baixa escala de produção de *commodities*, como a soja, a alternativa foi desenvolver a propriedade através da produção de outros produtos, como a formação de matriz para criação de suínos, maternidade suína, produção de ovos caipiras, gado leiteiro, etc. Com a

³² Para mais informações, acessar o Projeto de Lei n. 6.895/2017.

participação na feira, muitos agricultores foram transformando os seus produtos *in natura* em processados, agregando valor e, conseqüentemente, tendo um maior retorno financeiro.

E é nesse momento que o saber-fazer entra em ação, uma vez que, em 90% dos casos, o aprendizado foi com os integrantes da família, ou seja, passado de pai para filho, de mãe para filha. Como percebido nas entrevistas, a produção dos itens de origem animal, como embutidos, foi ensinada de pai para filho, já os produtos vegetais estão mais relacionados às mulheres, com transmissão de mãe para filha, como é o exemplo dos farináceos.

Na pesquisa, procurou-se analisar o saber-fazer que vinha sendo passado de geração em geração, identificando quem começou sendo quase unânime que as primeiras lições foram desenvolvidas pelos familiares mais antigos, como avôs. É o caso dos produtores de farináceos, uma vez que as mulheres, desde crianças, já aprendiam com a vó as receitas e, mais tarde, acompanhadas pela mãe, começavam a colocar em prática o conhecimento adquirido. Já os produtos de origem animal e as bebidas alcoólicas sempre tiveram uma predominância masculina, como é o caso da produção de embutidos de gado e porco, cachaça e vinho. O filho, no momento em que começava a auxiliar nas atividades da propriedade, já ia acompanhando e aprendendo as etapas de produção.

Seguindo nessa compreensão do saber-fazer, 87,5% dos entrevistados relatam que o avô ou o pai já realizavam atividades de agroindústria de forma artesanal no porão ou na cozinha da casa. Como descrito por Mior (2005, p. 190): “o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras”, e “a agroindústria familiar rural se constitui um novo espaço e um novo empreendimento social e econômico”. Os demais entrevistados relatam que aprenderam a produzir com vizinhos, em cursos oferecidos pela Emater ou pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-RS), em sindicatos e associações.

Seguindo a trajetória familiar, alguns entrevistados relatam que o processo de agroindústria já estava constituído, o que mudou quando a sua geração assumiu as decisões no estabelecimento familiar foi a criação de processos de acordo com o que a legislação exige, sendo necessário sair do porão ou da cozinha e ir para um espaço específico de produção. Caso contrário, eles não poderiam mais comercializar os seus produtos. Por outro lado, as novas instalações e a ampliação das atividades constituem um incentivo para a próxima geração permanecer no campo, devido aos

investimentos realizados. Torna-se claro, pelas respostas dos entrevistados que mantiveram ou criaram do zero uma agroindústria, que a principal motivação é ter uma renda extra para colaborar com o orçamento da família, uma vez que o tamanho da propriedade não permite acompanhar a lógica do mercado da soja. Assim, a agroindústria cria novos cenários e dá condições para os filhos permanecerem no meio rural.

Como relatado pela Entrevistada 12, que possui uma agroindústria de derivados de leite, os pais produziam queijo para o consumo e uma ou duas unidades (peças) eram produzidas a mais para serem vendidas, não se considerando essa dinâmica um processo de agroindústria. Como sucessora na propriedade da família, percebeu que poderia produzir esse queijo em uma maior quantidade e vender na cidade, trazendo, assim, uma nova fonte de renda para a propriedade, além de possibilitar que os filhos participassem no processo de produção, percebendo que há alternativas diferenciadas para agregar à renda familiar e permanecer no setor. Contribuindo com esse relato, na seção a seguir é tratado sobre os fatores que influenciam na permanência do jovem no campo.

6.2 Fatores que influenciam a permanência ou não do jovem no estabelecimento rural

Diversos autores já fizeram pesquisas sobre os fatores influentes, ou seja, que podem ou não levar o jovem a tomar a decisão de permanecer no meio rural. A esse respeito, Brumer (2001) destaca que a fixação do jovem no meio rural está ligada à garantia de ter uma renda mensal, a partir dos ganhos das atividades agrícolas realizadas na propriedade familiar. Outros, como Abramovay *et al* (1998) e Carneiro (2001; 2007), destacam que, para ocorrer o processo de sucessão familiar, é preciso trabalhar alguns elementos que atendam a necessidade dos jovens, como a renda, as relações familiares, políticas públicas inclusivas, comunicação digital e formação educacional. Esses pontos podem ser percebidos através de uma leitura geral da propriedade caracterizada como de agricultura familiar.

Troian e Breitenbach (2018, p. 798) destacam autores como Spanevello, Drebes e Lago (2013), Abramovay *et al* (1998), entre outros, pontuando que os jovens são estimulados a permanecer no campo por fatores como: instituições de caráter técnico voltadas para a promoção da extensão rural, com programas de extensão rural

geradores de oportunidades de trabalho aos jovens; cooperativas de agricultores atuando como fornecedoras de crédito, assistência técnica, aperfeiçoamento produtivo e informacional e fomento social; fortalecimento de grupos locais e das organizações de agricultores; iniciativas e atividades voltadas para o lazer, através de encontros que propiciem trocas de experiências, jogos recreativos, entre outros; tecnologia, modernização do campo, máquinas e equipamentos que facilitem a realização das atividades agrícolas, com redução da penosidade do trabalho; valorização dos espaços rurais e reconhecimento da importância da agricultura; além disso, as políticas voltadas para a juventude rural não podem ser limitadas somente à agricultura, devendo incluir, por exemplo, uma educação de qualidade, com estímulo ao desenvolvimento de projetos inovadores, que façam do meio rural uma opção de vida.

Com base nessas leituras anteriores, a pesquisa procurou identificar se as propriedades com agroindústria familiar rural apresentam fatores diferentes para definir a permanência ou não do jovem no estabelecimento rural. Questionando os pesquisados sobre o que influencia a decisão do jovem de permanecer ou se ausentar da propriedade familiar, obteve-se como resposta que o jovem não permanece pelo fato de que uma boa parte das propriedades, mesmo com agroindústria, estão focadas em produzir grãos como soja, milho e trigo. Essas propriedades, em geral, têm fluxo de dinheiro no momento da venda desses produtos, inviabilizando ao jovem ter uma renda mensal, o que não lhe permite ter uma liberdade financeira, obrigando-o, assim, a pedir ao patriarca todas as vezes que necessita.

Não só a renda mensal, mas também os benefícios que um assalariado recebe no meio urbano, como 13º salário e férias, constituem atrativos para o jovem do meio rural. Outro ponto que se destaca é que a cultura de grãos para a comercialização *in natura*, com a intensificação na qualidade e na quantidade produzida, exige que as propriedades se modernizem tecnologicamente, o que se torna inviável, devido ao tamanho da área produtiva que as famílias possuem. Isso faz com que não consigam investir em equipamentos e máquinas com muita tecnologia, como é o caso de tratores com ar-condicionado e GPS, por exemplo. Por consequência, o jovem prefere ir para o meio urbano ou até mesmo outra propriedade maior, com mais recursos, que ofereça comodidade, não exigindo que fique exposto ao sol ou ao frio para realizar o trabalho. Essa constatação vai ao encontro da perspectiva de Marsden (1989) e Goodman *et al* (1990), quando relatam que a modernização da agricultura está ligada

à introdução da tecnologia para o aumento da produtividade em uma escala industrial, com a intencionalidade de atender à necessidade dos mercados globais.

Outro fator a ser mencionado é que o jovem começa a trabalhar desde muito cedo com o pai e, nessa trajetória, vai adquirindo conhecimento, habilidade e experiência, mas o patriarca não demonstra aceitar a opinião do filho no desenvolvimento das atividades, o que gera desânimo. Outro detalhe constatado é a frustração de safra, quando todo o trabalho que foi realizado ao longo de um período não gera um rendimento satisfatório³³.

Acredita-se também que os jovens, a partir dos anos 1990, passam a ter mais interesse nos estudos, inclusive para possibilitar o desenvolvimento da propriedade, vendo que é viável dar continuidade ao trabalho dos pais, mas deixando evidente que precisam estudar para conseguir manter a propriedade e não ter de sair (Entrevistado 31). Nesse sentido, transparece a debilidade das escolas rurais, uma vez que diversas localidades não possuem mais escolas e outras lecionam as primeiras séries do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, e depois as crianças e jovens precisam se deslocar para uma escola no centro urbano. Alguns pais acreditam que um dos interesses dos filhos, ao irem para o meio urbano, é a relação que este possui com a escola urbana, ou seja, o jovem do meio rural sofre com a necessidade de deslocamento para estudar e vivenciar as experiências urbanas.

Outro ponto observado na pesquisa diz respeito à capacidade de gerenciamento, pois não basta saber produzir, é preciso saber como comercializar o produto produzido, saber fazer o comercial de uma agroindústria, conquistar novos mercados, etc.

O pensamento dos patriarcas vai ao encontro das quatro características básicas de um sucessor na visão de Vidigal (1996): conhecimento do mercado, das leis; conhecimento da produção; competência para liderar, comandar as atividades que precisam ser realizadas pelos outros integrantes da família; e capacidade de identificar as suas forças e fraquezas, denominado autoconhecimento.

Outro aspecto mencionado como negativo para a permanência é a burocracia que existe para a liberação das agroindústrias. Com afirmado pelo Entrevistado 8, a agroindústria é uma alternativa para que o jovem tenha uma renda mensal, porque a soja é uma única vez ao ano. Mas as exigências na qualidade do produto desenvolvido

³³ Caso o agricultor não tenha o custeio, o seu ganho financeiro pode ser zero naquele período.

pela agroindústria têm forçado as famílias a realizarem investimentos em estruturas físicas e equipamentos caros, sendo este outro ponto que desestimula o jovem a ficar. Por não conhecer todos os processos desenvolvidos, ele não consegue identificar a viabilidade desse investimento para se manter no meio rural.

A dificuldade do escoamento da produção é outro entrave; devido à precariedade das estradas, a trafegabilidade fica comprometida em dias de chuva, deixando muitas localidades em isolamento, dependendo das condições climáticas. Vale ainda referir, como aspecto que interfere na decisão do jovem, o tipo de produto produzido na agroindústria e o grau de envolvimento exigido. Como relatado pela Entrevistada 11, o trabalho diário na agroindústria inicia às 5 horas e finaliza às 22 horas. Essa alta exigência, aliada à desvalorização dos produtos no momento da venda, faz com que o jovem não queira permanecer nessa atividade. A esses fatores ainda se agrega a fiscalização intensa sobre as propriedades que possuem agroindústrias, pois precisam prestar conta de tudo que é produzido.

Como contraponto, acredita-se que a permanência dos jovens está relacionada ao gosto pela atividade rural, pelo desejo de seguir a mesma atividade dos pais. Outro destaque está relacionado ao apoio por parte de políticas públicas, com incentivos financeiros. Uma forma de o governo apoiar o jovem a permanecer no meio rural e desenvolver as suas atividades é ter como exemplo a política de sucessão das propriedades francesas. Como descrito por David Morelo³⁴, o governo francês tem como foco principal a recuperação das propriedades, em vez priorizar a expansão das propriedades existentes. O governo também apoia projetos desenvolvidos pelos jovens que apresentem uma rentabilidade/viabilidade a longo prazo.

Outro aspecto a considerar é que o jovem precisa visualizar o resultado financeiro que a agroindústria entrega ao núcleo familiar. Nesse ponto, as Entrevistadas 5 e 28 registraram que o rendimento da agroindústria cobre todos os custos de produção, administrativo, familiar e da propriedade nas suas diversas atividades. A flexibilidade de horário e a autonomia de poder fazer o que se gosta são outros pontos levantados pelos entrevistados como positivos para a permanência do jovem no meio rural. O campo oferece uma tranquilidade e uma qualidade de vida diferente da cidade.

³⁴ Jovem agricultor familiar francês. Capítulo do livro *O cooperativismo financeiro e a agricultura familiar: gerando desenvolvimento sustentável*, organizado por Cledir Assisio Lagri e Edivan Junior Pommerening, 2018. Apêndice D.

Na visão tanto dos pais quanto dos filhos, como ponto positivo para a permanência do jovem, refere-se à continuidade da trajetória da família, quando é sustentável o investimento realizado para a formalização da agroindústria. Vale referir que muitos acabam ficando na informalidade por causa da indecisão de quem irá dar continuidade. Os entrevistados percebem a importância que a sua produção tem em relação ao contexto econômico, social e cultural do território a que pertencem. Na visão da família, como atrativos para o jovem ficar, em síntese, destacam-se os seguintes pontos: trabalhar em casa com a família; não precisar sair para buscar outra renda; algo rentável; vender o produto para o cliente com liberdade; ter uma renda mensal; desenvolvimento familiar; produzir corretamente, atendendo as exigências sanitárias; contato com o mundo; conhecer pessoas; colocar em prática os estudos; ter o seu próprio negócio.

Esses fatores interagem com o que os pais e os filhos percebem ao longo do tempo, que se registra como um ditado popular: “o caminho está feito”. O que quer dizer que a parte mais difícil já foi construída pelos pais, que é a criação, a formalização e a comercialização (rede de clientes). O filho terá tudo organizado para dar continuidade ao que foi construído pelos patriarcas.

O acesso aos estudos e à tecnologia são pontos que se percebem como importantes para o jovem conseguir permanecer no estabelecimento familiar, devido ao campo se encontrar num processo de transformação contínuo. Com a inserção da tecnologia, exige-se que os jovens tenham estudo para continuar desenvolvendo as atividades da propriedade. Na visão dos entrevistados, o jovem que não buscar conhecimento não terá um futuro próspero na agricultura.

6.3 A relação da trajetória familiar com o processo de sucessão

A trajetória familiar possui uma relação intrínseca com a sucessão, porque os fatos ocorridos internamente no núcleo familiar são determinantes para a tomada de decisão. Como relatado pela Entrevistada 30, o processo de sucessão ocorreu porque os filhos se envolveram em todos os processos desde quando puderam ter compreensão de como funciona cada atividade, sendo um dos filhos o incentivador da formalização da agroindústria familiar.

Outro Entrevistado relata que a agroindústria é gerenciada pelos filhos, e o pai fica responsável pela formação da matéria-prima. Cada filho tem uma atividade

específica: um fica com a parte administrativa e os outros são responsáveis pelas compras e produção.

Como exemplo de um caso em que ocorreu a sucessão, o pai relata que sempre incentivou o filho a permanecer na agricultura e, com mais ou menos dezesseis anos, deu espaço para ele participar nas decisões. Foi criando uma parceria com o filho, trabalhando de forma cooperada, de modo que este sabia de toda a movimentação, sempre deixando claro que no futuro o filho seria o provedor. Assim, foi criado um sistema de gestão com o filho, para primeiramente pagar as contas da propriedade e depois fazer a divisão das sobras. O pai nunca deixou o filho sem o seu valor, para que não criasse o pensamento de que trabalhou e não ganhou nada. A esse respeito, sempre ficou bem claro na relação que, caso viessem a faltar recursos, os dois ficariam sem nada e teriam que trabalhar novamente para conseguir se recuperar.

Essa prática relatada vai ao encontro do que Leone (2005) afirma ser o momento importante para que ocorra a sucessão, em que a família, de forma planejada e orientada, prepara o sucessor para assumir o empreendimento familiar. Para que essa sucessão ocorra e seja bem-sucedida, o filho precisa ter competência para dar continuidade às atividades realizadas na agroindústria

Em outro caso, o pai vê a sucessão ocorrendo, após o filho ter saído para estudar e retornar para auxiliá-lo no desenvolvimento da agroindústria. O pai acredita que a motivação para isso foi sempre deixar bem claro para os filhos a visão empreendedora que possui, com foco, determinação e planejamento, demonstrando que a família, trabalhando junto, poderia fazer o negócio crescer. Ele nunca prometeu que todos poderiam se sustentar do empreendimento e exigiu que os filhos tivessem uma formação acadêmica para poder ter uma alternativa de renda. Como relatado, sempre deixou a critério dos filhos a opção de permanecer na propriedade e trabalhar na agroindústria ou fazer outra atividade fora da propriedade

Um aspecto mencionado pelo Entrevistado 9 é que o processo deve ter um foco e um planejamento definido no desenvolvimento das atividades e de como a agroindústria irá se desenvolver. Assim, é mais provável que o possível sucessor tenha interesse em seguir um projeto para o qual ele visualiza uma perspectiva de evolução. Essa premissa é exposta por Dupas *et al* (2003) quando declaram que a sucessão familiar tem mais chance de ocorrer quando há um processo formal e planejado para o desenvolvimento das atividades ao longo do tempo, o que permite a

criação do talento necessário para que o sucessor assuma a posição de gestor do empreendimento familiar.

Em outro relato de sucessão, o pai e a mãe, quando fizeram 60 anos, informaram que ficariam na retaguarda e que todo o processo de gestão seria com os filhos. Em reunião com estes, informaram que estariam juntos para apoiar e orientar nas decisões em que eles sentissem dificuldade, criando, dessa forma, uma espécie de “conselho”, podendo interferir, caso achassem que algo estivesse se direcionando de forma errada e deveria ser corrigido. Com a adoção desse formato de sucessão, os pais esperavam ensinar os filhos a lidarem com as adversidades na prática, podendo ter uma velhice com a comodidade desejada.

A fim de estimular o filho para ser o sucessor dos negócios familiares, é fundamental que o pai seja capaz de criar maneiras de desenvolver a competência empreendedora deste. A esse respeito, foi relatado pelo Entrevistado 8 que, quando um de seus filhos tinha dezesseis anos, deu a ele um lote de frangos e as rações para o trato, informando que, no momento certo, ele poderia vender e, assim começar um ciclo de produção e de comercialização, tendo a sua própria renda. Mas o que aconteceu foi totalmente diferente: o filho vendeu o lote de frangos e gastou todo o dinheiro. O pai relatou que foi um grande aprendizado para o filho, pois reconheceu que ainda não estava preparado para lidar sozinho com a administração de seus próprios recursos.

Já a Entrevistada 28 relata que a sua permanência na propriedade ocorreu devido ao fato de ter ido estudar na cidade e perceber que o campo poderia lhe proporcionar uma qualidade de vida melhor do que o meio urbano, sendo que seus pais já possuíam uma agroindústria de farináceos formalizada e necessitavam de ajuda para desenvolver a produção. Assim, ela percebeu, juntamente com o seu marido, que poderiam trabalhar com a agroindústria e agregar à comercialização outros produtos explorados na propriedade. Essa atitude vai ao encontro do que Stropasolas (2011, p. 26) acredita, ou seja, “a transferência do poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar”.

Para Wilkinson (2002), os mercados dos pequenos empreendimentos agroindustriais são construídos com base no prolongamento das relações familiares nas localidades rurais, com os consumidores e com os diversos tipos de canais de comercialização, sendo que a produção dos alimentos evolui conforme a demanda desses atores sociais (GAZOLLA, 2013). Dessa forma, um ponto negativo é que a

falta de pessoas no desenvolvimento de produtos para o consumo diário provoca uma restrição na diversidade de alimentos. O pequeno agricultor possui dificuldade em adquirir equipamentos e máquinas com tecnologia para a substituição da mão de obra e, com a redução de filhos nas famílias, cria-se uma restrição que afeta de forma negativa o meio rural.

Os agricultores relatam que, quando o jovem não fica no campo, a tendência é que a propriedade da família seja vendida para vizinhos ou até mesmo para outras pessoas que tenham o desejo de sair do meio urbano e ir para o meio rural. O que também vai acontecendo é o envelhecimento do campo, em que os patriarcas permanecem na propriedade rural até o final de sua vida, porque acreditam ser inviável residir na cidade, uma vez que a única coisa que sabem fazer é trabalhar com agricultura.

Como pontos positivos da permanência do jovem no meio rural, convém citar que ele pode ter melhores condições de vida, podendo ganhar mais em recursos financeiros do que indo trabalhar na cidade. Outro ponto é que o jovem pode utilizar o seu conhecimento para fazer as melhorias necessárias e ampliar os negócios da família com a organização de trabalho na agroindústria, podendo atender dessa forma ao que Gazolla (2013) destaca como sendo os mercados de proximidade, trabalhando com pequena e média escala, com vendas em circuitos locais e/ou regionais, com agregação de valor. Prezotto (2002a, 2002b) destaca que as agroindústrias rurais de pequeno porte surgiram como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento agrícola existente e visam à obtenção da sustentabilidade social, econômica e ambiental, indo além de uma abordagem somente agrícola dos processos de desenvolvimento.

Com essa contribuição, percebe-se que a complexidade da propriedade com agroindústria familiar rural vai além do já exposto pelos autores citados ao longo do trabalho, pelo fato de possuir uma dinâmica produtiva diferenciada das outras propriedades que não agregam valor à matéria-prima produzida no interior da propriedade.

7 CONCLUSÕES

O propósito deste estudo foi analisar como a trajetória familiar de propriedades com agroindústria familiar rural condiciona a dinâmica da sucessão na Região das Missões-RS. A análise destaca como a relação de pais e filhos em propriedades com agroindústria familiar rural se manifesta em relação à dinâmica do processo de sucessão. Nesse sentido, foram investigadas as trajetórias familiares e identificadas as semelhanças entre as famílias que possuem sucessão e as que não possuem, destacando-se os fatores que colaboram para a permanência ou para a saída do jovem do meio rural.

Com a finalidade de responder ao centro desta investigação, o primeiro objetivo específico foi analisar a trajetória familiar. A categoria social investigada apresenta uma relação intrínseca na realidade vivida por cada família, expondo que a heterogeneidade da organização familiar condiz com a diversidade do desenvolvimento familiar na Região das Missões, demonstrando que as famílias contêm nelas mesmas toda diversidade. A trajetória familiar é marcada por estágios que vão proporcionando ao indivíduo o desenvolvimento de acordo com um conjunto de eventos que, ao longo da vida, formalizam a sua biografia. No meio rural, desde criança, o indivíduo vai desenvolvendo o conhecimento e a prática nas atividades realizadas, formando as competências necessárias para assumir a gestão da propriedade quando esta for passada de uma geração para outra.

O que se percebeu na trajetória familiar é que os indivíduos que hoje estão no comando da propriedade são filhos que assumiram a gestão no momento em que os pais não possuíam mais condições físicas ou se ausentaram pelo falecimento. Essa gestão é passada de geração para geração, sendo que a maioria das propriedades não demonstram em sua trajetória familiar um alinhamento para a sucessão planejada. Isso significa que se espera que o filho permaneça na propriedade, por ter conhecimento e competência desenvolvidos desde a juventude, com a realização das atividades diárias. Destacam-se, pontualmente, aqueles casos em que os pais optaram por passar para o filho a responsabilidade da propriedade, ficando como conselheiros, executando uma atividade específica dentro da propriedade e tendo a liberdade de aproveitar a sua aposentadoria.

A trajetória familiar dos estabelecimentos rurais se assemelha por estarem enquadrados na agricultura familiar e vivenciarem as mesmas dificuldades, como a

falta de incentivos e perspectivas de crescimento. Percebe-se que a socialização familiar ocorre nas entranhas da formação biográfica de cada indivíduo do grupo familiar, constituindo, assim, os seus valores éticos e morais. Já a socialização mais profunda, relacionada aos processos desenvolvidos no estabelecimento familiar e que determinam a fonte de recurso financeiro para a sobrevivência da família, não ocorre espontaneamente para o grupo familiar, proporcionando ao jovem um sentimento dúbio quanto à sua permanência no local a que pertence.

As famílias, no seu desenvolvimento, vão buscando alternativas para superarem as dificuldades vividas pela debilidade de área produtiva, buscando apoio dos atores e incentivos por meio de políticas públicas que possam proporcionar ao grupo familiar uma condição de vida e um posicionamento social satisfatórios. O que se percebeu é que as propriedades reproduzem a velha política de o filho homem permanecer com o comando da propriedade e a filha mulher se deslocar ao meio urbano para estudar e firmar-se profissionalmente em um novo local, não tendo a possibilidade de escolha. Naquelas propriedades em que a filha mulher permaneceu, a responsabilidade pela propriedade foi transferida ao esposo, sendo ele o gestor, identificando-se, portanto, a masculinização na gestão da propriedade rural.

As propriedades com agroindústria familiar rural, no seu desenvolvimento, foram buscando espaços para reproduzir o saber-fazer de geração em geração. Assim, “passou-se o bastão” de como conduzir uma propriedade enquadrada na agricultura familiar. O saber-fazer pode ser considerado um elo na interação geracional das famílias no decorrer do seu desenvolvimento, sendo identificado que o processo de agroindustrialização nas propriedades está escrito na história das famílias, uma vez que o patriarca fundador da propriedade já realizava um processo de transformação, atendendo à necessidade de sustento do núcleo familiar, e o seu excedente era comercializado com vizinhos e com clientes no meio urbano, por meio de feiras locais. Dessa forma, o conhecimento de transformar a matéria-prima foi sendo passado para as gerações seguintes, tornando-se a principal fonte de sustento para algumas famílias.

A trajetória familiar é marcada pela dificuldade no cuidado com a propriedade, de modo que, até a década de 1980, era natural as famílias terem muitos filhos para dar conta de todo o trabalho que precisava ser feito. Com o decorrer dos anos, o

número de filhos reduziu para dois ou três³⁵ e, com o avanço tecnológico, as propriedades tentam se adaptar para proporcionar melhores condições de trabalho, tornando-se mais interessantes e economicamente rentáveis para o possível sucessor.

Com o avanço tecnológico no meio rural e com a facilidade de acesso a outros meios de comunicação, conhecimento, relacionamento, as famílias rurais foram se adaptando às novas condições impostas pela sociedade moderna. Assim, destacando o segundo objetivo específico, é fundamental analisar quais são os fatores intervenientes no processo de sucessão familiar, percebendo-se que o fator principal para a não permanência do jovem no estabelecimento familiar está relacionado ao comportamento pessoal de cada indivíduo da família. Muitas vezes, o patriarca concentra a gestão do empreendimento familiar, não havendo transparência dos objetivos e das decisões tomadas a curto, médio e longo prazo, sendo obrigatório aos integrantes da família seguirem as suas regras. Essa conduta, por vezes, gera uma relação de conflito entre o patriarca e os filhos que podem ser os possíveis sucessores na gestão do empreendimento familiar. Nesse processo, o patriarca acredita que o possível sucessor não possua a mesma dedicação, conhecimento e experiência para comandar o negócio, abrindo precedentes à instabilidade do estabelecimento familiar caso passe o comando.

O que se evidencia é que os jovens possuem visão de melhoria para os negócios da família, mas sua rasa participação nas decisões constitui um dos fatores que os motivam a sair em busca de outro lugar. Como exemplo, pode-se citar seu deslocamento para o meio urbano ou até mesmo para outra propriedade rural, onde possam se sentir valorizados pelo serviço prestado.

Com a diversidade de atividades realizadas em uma propriedade com agroindústria familiar, os jovens possuem um papel fundamental na execução das tarefas. Outro aspecto relacionado ao aumento de serviço é a redução do número de filhos no meio rural, que provoca a falta da mão de obra, motivando o jovem a não permanecer no estabelecimento familiar, por acreditar que o trabalho desenvolvido é pesado e não é valorizado pelo patriarca. Nessa situação, o filho desenvolve o sentimento de ser um profissional responsável por diversas atividades, mas não possui uma renda mensal, precisando pedir ao pai quando quer alguma coisa.

³⁵ Estes dados podem ser confirmados pelo acesso ao Censo Demográfico 2010 - IBGE.

A esse respeito, esse filho faz a leitura de que a cidade pode ser uma oportunidade de vender a sua força de trabalho e ser remunerado, possuindo a liberdade de adquirir o que quiser. Enquanto isso, os patriarcas reconhecem que possuem essa falha por não valorizar a atividade executada pelo possível sucessor, justificando que os ganhos financeiros, muitas vezes, não possibilitam dar um valor mensal ao filho. No entanto, atendem às suas necessidades quando solicitados, como para a aquisição de aparelhos tecnológicos, melhorias em meios de comunicação, vestuário, dinheiro para ir ao baile e aos encontros com amigos.

O baixo apoio de atores como Emater, sindicatos, poder público municipal, estadual e federal, entre outros que poderiam colaborar com o desenvolvimento das propriedades que possuem o processo de agroindustrialização, interfere na decisão do jovem em permanecer, devido à exaustiva burocracia no processo de formalização e às fiscalizações que acabam criando um desconforto aos jovens, a ponto de não se sentirem livres para executar as atividades da forma que as gerações passadas faziam, sendo necessário atenderem a um padrão imposto aos grandes conglomerados industriais, descaracterizando o seu produto artesanal ou artesanal e industrial. A essas dificuldades ainda se juntam os investimentos que precisam ser feitos em instalação predial e equipamentos, com o propósito de atender às exigências fiscais e sanitárias, sendo que muitas famílias não possuem condições econômicas para a execução, tendo que recorrer a financiamentos junto a instituições financeiras.

Percebeu-se que outros fatores influenciam a decisão do jovem no sentido de não permanecer no estabelecimento familiar. São eles: a precariedade das estradas, que dificulta o acesso para escoar a produção, a segurança da propriedade em relação aos seus bens, os estudos no meio urbano, os relacionamentos amorosos com jovens do meio urbano, a participação em estudos de aperfeiçoamento, o tamanho da propriedade, o tipo de produto processado, a falta de políticas públicas e de linhas de crédito, a dificuldade de comercialização e de acesso à tecnologia, a escolha de outra profissão, a desvalorização do produto, os encargos, a estrutura produtiva, o trabalho árduo, o preconceito e a duração diária do trabalho.

Por outro lado, há um conjunto de fatores que motivam o jovem a permanecer no estabelecimento familiar, atendendo à dinâmica da sucessão. Um desses motivos é a identificação do jovem com a atividade realizada, ou seja, fazer o que gosta, não tendo que reproduzir de forma literal aquilo que o patriarca faz, tendo assim a liberdade de realizar uma atividade que lhe convém, escolhendo uma área profissional

que lhe possibilita ganhar a renda desejada, seja no cuidado com os animais, no plantio ou no processamento dos produtos.

Percebeu-se também que os jovens se preocupam com a união familiar, e a oportunidade de desenvolver algo em família é um dos atrativos para o jovem permanecer no estabelecimento familiar. Com isso, a agroindústria torna-se um elemento decisivo, pelo fato de ser um saber-fazer passado de geração em geração, algo tradicional no núcleo familiar, despertando o interesse do jovem na manutenção do empreendimento agroindustrial, quando visualiza o retorno financeiro e social obtido, assim como a inovação implementada em equipamentos e máquinas com o objetivo de auxiliar na produção, não trabalhar de empregado, tornando-se dono do seu próprio negócio, com horários flexíveis. A permanência do jovem também é influenciada pela liberdade de poder estudar, buscar uma qualificação teórica/técnica em uma área de seu desejo e poder aplicar os seus conhecimentos na propriedade, junto com o patriarca.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, nas propriedades em que não ocorre a sucessão, seja porque os filhos já saíram, seja porque não têm interesse de permanecer, constata-se a falta de gestão em relação às tomadas de decisão e aos objetivos futuros da propriedade. A falta de um relacionamento cordial e transparente entre patriarca e sucessor reduz o interesse do jovem em permanecer, ajudando a justificar a sua saída. Soma-se, ainda, o fato de o patriarca não delegar responsabilidades ao filho, acreditando que não seja capaz de tomar decisões, ou não demonstrar interesse pelas opiniões dos filhos em relação às melhorias e inovações que podem ser feitas.

Nas propriedades em que se constata o interesse do jovem em permanecer ou em que já aconteceu a sucessão, está se justifica pelo fato de a gestão do empreendimento familiar ser tratada como um negócio familiar, em que cada integrante possui uma responsabilidade específica, sendo compartilhadas todas as decisões e objetivos da propriedade. O recurso financeiro, um dos principais responsáveis pela saída do jovem do meio rural, é tratado de forma clara nas propriedades com sucessão, sendo do conhecimento de todos a quantidade que entra e sai de dinheiro. Os integrantes também definem a retirada de valores iguais para todos e o restante é reinvestido na propriedade e na agroindústria. O relacionamento entre patriarca e filhos é amigável, demonstrando que o jovem gosta do que faz, pela forma como é transmitido o conhecimento. Outro aspecto positivo é que os patriarcas

incentivam os filhos a estudar, demonstrando que o negócio familiar precisa de pessoas com qualificação técnica para dar continuidade de forma próspera.

Respondendo ao problema de pesquisa, verificou-se que a trajetória familiar apresenta uma relação direta com a sucessão familiar, ou seja, o desenvolvimento da trajetória familiar das propriedades com agroindústria familiar rural influencia a sucessão, embora não garanta que esta ocorrerá, sendo, assim, uma condição necessária, mas não suficiente. As famílias que apresentaram sucessão demonstraram, no desenvolvimento de sua trajetória, o diálogo necessário para a condução das atividades desenvolvidas na propriedade pelo sucessor. Mas este fato não significa que aquelas propriedades que não apresentaram sucessão não tenham diálogo no desenvolvimento de sua trajetória familiar. Também se verificou que a sucessão familiar não é influenciada somente por fatores externos, tais como políticas públicas, investimentos governamentais, infraestrutura, programas, etc., mas fundamentalmente pela relação familiar, pelo desenvolvimento pessoal e pela identificação da trajetória familiar com o projeto de vida do sucessor. Para que a transferência de comando ocorra de forma adequada, atendendo à lógica da sucessão, é relevante que haja maior integração familiar na condução de transferência intergeracional.

Um ponto que não estava em evidência na investigação, mas que pôde ser percebido, é o tipo de produto produzido pela agroindústria familiar rural, que influencia a permanência do jovem no estabelecimento familiar. Verifica-se que as agroindústrias que produzem produtos de origem vegetal estão vinculadas ao gênero feminino e as de origem animal ao gênero masculino. A trajetória familiar nas propriedades com agroindústria familiar não justifica que ocorrerá a sucessão, devido ao patriarca conduzir o estabelecimento como um negócio particular e não familiar. Destaca-se que, mesmo que a propriedade tenha encontrado no processo de agroindustrialização um meio para manter ou melhorar as condições familiares, isso não garante que o filho irá permanecer na propriedade, porque nesse processo de transformação do produto, não está somente a sua produção, mas toda a dinâmica comercial, como a abertura de mercado, a fidelização de cliente, a propaganda, sendo que o jovem precisa se identificar com essa atividade.

Como destaque dos pontos intervenientes que influenciam o jovem a permanecer ou não no meio em uma propriedade com agroindústria familiar, o quadro 4 apresenta de forma resumida as influências positivas e negativas:

Quadro 4 – Intervenções na permanência no estabelecimento com agroindústria familiar rural

Jovem Ficar	Jovem não Ficar
Desejo de seguir a mesma atividade dos pais - continuidade da trajetória da família;	Focadas em produzir grãos como soja, milho e trigo - inviabilizando ao jovem ter uma renda mensal - os benefícios que um assalariado recebe no meio urbano, como 13º salário e férias;
Apoio por parte de políticas públicas, com incentivos financeiros;	A modernização tecnológica - exposição ao sol ou ao frio para realizar o trabalho;
Visualizar o resultado financeiro que a agroindústria entrega ao núcleo familiar;	Aceitar a opinião do filho no desenvolvimento das atividades;
A flexibilidade de horário e a autonomia de poder fazer o que se gosta;	Falta das escolas rurais - precariedade das estradas;
Tranquilidade e uma qualidade de vida diferente da cidade;	É preciso saber como comercializar o produto produzido, saber fazer o comercial de uma agroindústria, conquistar novos mercados, etc;
Colocar em prática os estudos - ter o seu próprio negócio.	A burocracia que existe para a liberação das agroindústrias - exigências na qualidade do produto;
	O tipo de produto produzido na agroindústria e o grau de envolvimento exigido.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2019).

Como temas para novas agendas de pesquisa, destaca-se a compreensão do comportamento individual do jovem, suas ideologias e visão futuro. Estes pontos são relevantes para futuras pesquisas, para que se possa compreender os fatores que influenciam a permanência do jovem em uma propriedade da agricultura familiar. Outro ponto importante é a análise da formação cultural do território analisado, bem como a participação das entidades governamentais e não governamentais no desenvolvimento e na permanência do jovem no meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Ed. HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

_____.; *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp/Anpocs, 1999.

_____. O capital social dos territórios: representando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, n. 2, v. IV, p. 379-397, abr./jun., 2000.

_____. **Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica**. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora UNESP; Udup, 2011. P. 164-177.

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. Redes de proximidade: agricultores, instituições e consumidores na construção social dos mercados para os produtos das agroindústrias rurais familiares na região central do RS. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 164-186, jan/abr. 2011.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. I. **As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina**. in: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). Gênero e geração em contextos rurais. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1.

ALDOUS, J. **Family careers: Rethinking the developmental perspective**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 18, n. 4, p. 5-17, 2009.

ANDRADE, D. M.; REZENDE, C. F.; REZENDE, D. C. Gestão e sucessão em empresas familiares. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 949-961.

ANES, C. E. R. **Pensamento instrumental e substantivo na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na Região das Missões – RS**. 2017. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul-RS, 2017.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v40n2/a469cr2481.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BECKER, B. **O Uso Político do Território**: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; COSTA, R.; SILVEIRA, C. (Orgs). *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 1-21.

BERWANGER, F. L.; PELEGRINI, G. **Análise situacional das Agroindústrias familiares nos municípios do COREDE Missões (RS)**. In: COTRIM, D. (org). *Desenvolvimento rural e agricultura familiar: produção acadêmica da Ascar*. Porto Alegre/RS: Emater/Ascar, 2014. 623 p. – (Coleção Desenvolvimento Rural, v. 3).

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 240-265, jan./jun. 2001.

BRASIL. Decreto n. 1.946, de 24 de junho de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1º jul. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 maio 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar. **O que é o Pronaf?** Brasília: MDA/SAF, 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRUMER, A. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL RURAL SOCIOLOGY ASSOCIATION (IRSA). **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000. p. 1-30.

_____. **Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar?** Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha. In: TEDESCO, L. C. (Org.). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. P. 223-254.

_____. **A problemática dos jovens na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaran  de (Org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____.; ANJOS, G. G nero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente. Ano 11, n. 12, p. 6-17, jan./jun., 2008.

_____.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. *Relatório de Pesquisa*.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **TD 0621 – Êxodo rural, envelhecimento e Masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 1999.

CARGNIN, A. P. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 1. Ed. Brasília, DF : Ministério da integração Nacional, 2014.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**. Ano 9, 2. sem., 2001.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARRÃO, A. M. R. Cooperação entre empresas de pequeno porte em polos industriais: um estudo comparativo. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 186-195, abr/maio/jun, 2004.

CHAMPAGNE, P. **L' héritage refusé**: La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950 - 2000. Paris: Seuil, 2002.

COSTA, A. D.; LUZ, A. E. Sucessão e sucesso nas empresas familiares: o caso do grupo Pão de Açúcar. In: 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EMPRESAS. **Anais...** Minas Gerais, set., 2003.

COSTA, C. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul**: análise a partir dos sistemas agrários. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

DELGADO, N. G. Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos/ coord. De Nelson Giordano Delgado. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. 363 p. 21 cm.

DONNELLEY, R. G. The family business. **Harvard Business Review**, v. 42, n.4, p.93-105, jul./agu., 1964.

DUPAS, G. *et al.* **Governando a empresa familiar**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

DUVALL, E. M. & HILL, R. (1948). **Report of the committee on the dynamics of family interaction**. Washington, DC: National Conference on Family Life.

EMATER/ASCAR. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Técnica. **Agroindústrias em atividade 2014 – ESREG SR – COREDE Missões**. Planilha Excel. Disponibilizado em Novembro de 2014.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Missões – 2008**. Mapa Elaborado pelo NERU-FEE em junho09.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Censo Demográfico – População por município, situação de domicílio e sexo 2000 e 2010**. Publicado em 10/11/2013. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/populacao/censos-demograficos/>>. Acesso 22 de ago. 2017.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **PIB dos municípios do RS em 2015: municípios industriais foram os mais afetados em ano de crise**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/destaques>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal 2018**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 18 de nov. 2019.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento**: uma visão do estado da arte. (RIMISP – Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade), 2006.

FOGUESATTO, C. R. *et al.* Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 37, n. 130, p. 15-28, jan./jun., 2016.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GAZOLLA, M. **Instituições e economia dos custos de transação**: aplicação de alguns elementos para a análise dos pequenos empreendimentos agroindustriais. *Revista REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 161 – 185, set./dez. 2009

_____. Redefinindo as agroindústrias familiares: uma conceituação baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social. **Revista IDeAS**, v. 7, n. 2, p. 62-95, 2013.

GERSICK, K. E. *et al.* **De geração para geração**: ciclo de vida da empresa familiar. 2. ed. São Paulo: Negócio, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOODMAN, D. *et al.* **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Tradução Carlos Eduardo Baesse de Souza e Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 1, p. 481-510, 1985.

GRZYBOVSKI, D. O redimensionamento das empresas familiares de Passo Fundo diante da complexidade do mercado global: algumas considerações. In: GRZYBOVSKI, D.; TEDESCO, J. C. (Orgs). **Empresa familiar: tendências e racionalidades em conflitos**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 17-62.

_____. **Plataforma de conhecimentos e aprendizagem transgeracional em empresas familiares**. Lvras: UFLAS, 2007.

GUERREIRO RAMOS, A. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: VIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. **Anais...** São Luis-MA, jun. 2010.

HOFFMANN, A. C. O. S. *et al.* A teoria do desenvolvimento da família: buscando a convergência entre a teoria e a prática no cotidiano dos profissionais de saúde. **Fam. Saúde Desenv.** Curitiba, v. 7, n. 1, p.75-88, jan./abr., 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9771&t=sobre>>. Acesso em: 16 de maio 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 16 de maio 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 10 de fev. 2020.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Tabela com módulo fiscal do município**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html?id=235>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

KERN, A. A. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1982.

KERN, A. A. **Escavações arqueológicas na Missão Jesuítica-guarani de São Lourenço, Rio Grande do Sul, Brasil**. Estudos Ibero-Americanos, 15, p.111-133.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1993, v. 1, p. 13-33.

_____. As Lógicas Produtivas. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). **Agricultura Familiar: Comparação Internacional - do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v. 2. p. 61-88.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul**. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). RS: Imigração & colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

LANK, A. G. Como evitar que a dinastia vire um episódio de Dallas. In: BIRLEY, S. e MUZYKA, D. F. **Dominando os desafios do empreendedor**. São Paulo: Makron Books, 2001. p. 130-135.

_____. Sucessão na gestão: desafio chave. In: ÁLVARES, E. **Governando a empresa familiar**. Rio de Janeiro: Qualitymark; Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2003.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEONE, N. M. C. P. G. A sucessão em pequena e média empresa comercial na região de João Pessoa. **Revista de Administração**, São Paulo: Fundação Instituto de Administração, v. 27, n. 3, p. 84-91, jul./set., 1992.

_____. **Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado**. São Paulo: Altas, 2005.

MARSDEN, T. **Reestructuting rurality: from order to disorder in agrarian political economy**. Sociologia Ruralis, Wageningen, v. 29, n. 3-4, p. 312-317, 1989.

MATTEI, L. **Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C entre 2000 e 2010**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., Belo Horizonte/MG. Anais... Belo Horizonte: Sober, 2011.

MAYER, K. U.; MÜLLER, W. The state and the structure of the life course. In: SORENSEN, A. B.; WEINERT, F. E.; SHERROD, L. R. (Eds). Human development and the life course. Hillsdale, p. 217-245, 1986.

MELLO, M. A. *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Revista agricultura**, São Paulo, SP, n. 50, v.1, p. 11-24, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2013. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

_____. **Declaração de Aptidão ao PRONAF**. 2015. Folder disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/manuais/folder-sobre-a-dap.pdf/@_@download/file/folder-sobre-a-dap.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

_____. **Desenvolvimento rural**: a contribuição da abordagem das redes sociais e sócio-técnicas. In: SCHNEIDER, S. A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2006. P. 268-293.

_____. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Florianópolis: Epagri, 2007.

_____; GUIVANT, J. S. Redes sócio-técnicas: uma nova abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural. In: GUIVANT, J.; SCHEIBE, L. F.; ASSMANN, S. **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. 2004.

MORELO, D. Política de sucessão das propriedades na França. In: MAGRI, C. A.; POMMERENING, E. J. (Orgs.) **O cooperativismo financeiro e a agricultura familiar**: gerando desenvolvimento sustentável. Joaçaba: Unoesc, 2018.

MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS MISSÕES. **Mapa da Região das Missões – AMM**. Disponível em: <<https://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/799/ministerio-divulga-novo-mapa-do-turismo-brasileiro.html>>. Acesso em: 2 de junho de 2020.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75-102, set./dez. 2009.

OLIVEIRA, D. P. R. **Empresa familiar**: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____; SCHNEIDER, S. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS). **Novos cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 149-174, dez. 2009, ISSN 1516-6481.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 41-48, maio/ago. 2002.

ORTIZ, L. C. V. **Instituições no processo de agroindustrialização na agricultura familiar na Região das Missões/RS – Brasil**. 2019. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional área de Concentração em Desenvolvimento Regional - Doutorado). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul/RS, 2019.

PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agrícolas: terra e matrimônio. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2003, p. 183-210.

PECQUEUR, B. **Le développement local**: pour une économie des territoires. 2. ed. Paris: Syros, 2000.

PELIEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades à sua reprodução social.** Frederico Westphalen: URI, 2008.

_____.; CADONÁ, Luis Alberto; GAZOLLA, Marcio. Agroindústria familiar: a geração de uma novidade produtiva e de inovações na agricultura: relatório final de pesquisa. Porto Alegre, 2009. (Porjeto Ipode).

PETRY, L. I.; NASCIMENTO, A. M. Um estudo sobre o modelo de gestão e o processo sucessório em empresas familiares. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 109-125, jan./abr., 2007.

PIMENTEL, T. D. **O “estado da arte” do desenvolvimento de modelos de sucessão em empresas familiares.** *Rer. Int. Org.* – vol. 1 – no. 1 – jul./dez. 2011.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** (Coleção Estudos Rurais). Editora da UFRGS: Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

POLACINSKI, E. *et al.* **Plano de desenvolvimento do APL da agroindústria familiar da Região das Missões (RS).** Santo Ângelo: FuRI, 2014.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo.** Editora Brasiliense Limitada: São Paulo. 5. ed. 1957.

PREZOTTO, L. L. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Orgs.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002a, p. 285-300.

_____. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas.** EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. n. 31, pp. 133-154, abr. 2002b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/25195/22152>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

QUEVEDO, J. **As Missões: crise e redefinição.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

REDIN, E. O jovem rural conquistando o seu espaço: um [re]olhar sobre as questões sociais. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 3768-3771, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.abaagroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/4877>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

RENK, A.; DORIGON, C. (Orgs.) **Juventude rural, cultura e mudança social.** Chapecó: Argos, 2014.

RICCA, D. **95% das empresas familiares são extintas no processo de sucessão à segunda ou terceira geração.** 2016. Disponível em: <<https://vanzolini.org.br/noticia/95-das-empresas-familiares-sao-extintas-no-processo-de-sucessao-segunda-ou-terceira-geracao/>>. Acesso em: 14 out. 2017.

RODGERS, Roy H.; WHITE, James M. **Family Development Theory.**

In: Sourcebook of Family Theories and Methods: A Contextual Approach. p. 225 – 254. New York: Plenum. 1993.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v. 1, p. 186-212.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro, Record, 13ª ed., 2006. 174 p.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004. p. 21-49.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Estudos de caso sobre pluriatividade e diversificação dos modos de vida em áreas rurais no Brasil.** Manuscrito não publicado. 2007.

SEPLAG. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Regiões Funcionais de Planejamento.** Mapa, 2011. ISBN: 978-85-89443-22-7, Edição: 4ª ed. Data de atualização: 15 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regioes-funcionais-de-planejamento>>. Acesso em: 05 de mar. 2020.

SEPLAN. **Perfil Socioeconômico COREDE Missões.** Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre, 2015a.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa.** São Paulo: Zahar, 1982.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: NEAD, 2001.

SOUZA, I. **Migrações internas no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1980.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS – Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2008.

_____; et al. As perspectivas sucessórias de gestão dos negócios e do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores. Revista do CCEI, Bagé, v. 14, n. 26, p.54-71, 2010.

_____; DREBES, L. M.; LAGO, A. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. In: I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS E II CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO. **Anais...** Brasília, 2011.

SPANEVELLO, R. *et al.* A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v.15, n. 40, p. 348-372, jul./set. 2017.

SPANEVELLO, R.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007. **Anais...** Londrina, PR. Conhecimento para a Agricultura do Futuro, 2007.

STROPASOLAS, Valmir L. **O valor (do) casamento na agricultura familiar.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, jan.-abr., 2004.

_____. As representações de rural no pensamento social contemporâneo. In: STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 40-85.

_____. **Relatório de Pesquisa/CNPq:** A condição social da infância nas comunidades rurais. Florianópolis, 2010. 123 p.

_____. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agricultoras**, v. 8, n. 1, mar. 2011.

_____. Os dilemas da juventude no processo sucessório da agricultura familiar. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social.** Chapecó: Argos, 2014.

TEDESCO, J. C. Apresentação. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: Editora UPF, 2001, p. 11-17.

_____. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

TROIAN, A. **Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre/RS.** 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

_____. *et al.* O uso de agrotóxicos na produção de fumo: algumas percepções de agricultores da comunidade Cândido Brum, no município de Arvorezinha (RS). In: SOBER CONGRESSO, 47. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. **Entre mudanças e conservadorismos:** uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. Revista Nera. Presidente Prudente, Ano 18, nº 26 – Edição Especial. pp. 10-27. 2015

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 789-802, out/dez. 2018.

VIDIGAL, A. C. **Viva a empresa familiar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu/MG, 1996. **Anais...** Caxambu/MG, out., 1996.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil da agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

_____. **Jovens agricultores familiares no Rio Grande do Sul**: Relatório técnico de caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Convênio MDA/FAURGS, n. 109 /2006. Porto Alegre: IFCH/UFRGS/FAURGS, 2007.

WESZ JUNIOR, V. J. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar**: análise e avaliação da experiência brasileira. 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2009.

_____; TRENTIN, I. C. L. Desenvolvimento territorial com agroindústrias familiares. In: XLIII CONGRESSO SOBER. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 24 a 27 de julho de 2005.

_____. TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. **A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais**. XLIV Congresso da SOBER. Fortaleza, 23 a 27 de julho de 2006.

_____. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Revista Ensaios**. Fundação de Economia e Estatística (FEE), Porto Alegre-RS, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.

_____. **O público beneficiário do PRONAF-Agroindústria na Microrregião de Cerro Largo/RS**. 50º Congresso da SOBER. Vitória/ES, 22 a 25 de julho de 2012.

_____. **Desenvolvimento territorial com agroindústrias familiares**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIII, Ribeirão Preto/SP, 2005. **Anais...** Brasília: SOBER.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sítiantes no Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

ZAGURY, Tania. **O adolescente por ele mesmo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos proprietários de agroindústrias na Região das Missões

1 COMPOSIÇÃO FAMILIAR

1.1 Quantas pessoas fazem parte do núcleo familiar? _____

1.2 Parentesco:

() Esposo; () Esposa; () Filho; () Filha; () Avô; () Avó; () Genro;

() Nora; () Outro: _____

1.3 Qual a sua idade? _____

1.4 Sexo: () Masculino; () Feminino ()

1.5 Escolaridade:

() Sem instrução; () Ensino fundamental incompleto; () Ensino fundamental completo; () Ensino médio incompleto; () Ensino médio completo; () Curso técnico incompleto; () Curso técnico completo; () Ensino superior incompleto; () Ensino superior completo.

1.6 Qual a fonte de renda do grupo familiar? _____

1.7 Quanto é a renda do grupo familiar? _____

1.8 Contribui com as despesas da família? () Sim; () Não

2 ASPECTOS DA PROPRIEDADE FAMILIAR

2.1 Localização da agroindústria familiar: () Zona urbana; () Zona rural

2.2 Condição do produtor:

() Proprietário; () Meeiro; () Arrendatário; () Outros.

[Você pode marcar mais de uma alternativa]

2.3 Tamanho da propriedade em hectares: _____

2.4 Como foi a aquisição da terra?

() Por meio de herança; () Compra de parentes; () Compra de terceiros;

() Por doação; () Posse provisória; () Por atribuição (colonização, etc.);

() Não sou proprietário; () Outros:

2.5 A propriedade possui energia elétrica?

() Monofásica; () Bifásica; () Trifásica; () Não possui.

2.6 Qual é a principal fonte de água que abastece a propriedade? _____

2.7 Qual é a principal fonte de água que abastece a agroindústria? _____

2.8 Para onde vai o esgoto da sua propriedade e da agroindústria?

- Fossa séptica; Fossa rudimentar; Corre a céu aberto;
 Despejo em fossa rudimentar e água servida a céu aberto;
 Rede de drenagem pluvial/rede geral.

[Você pode marcar mais de uma alternativa]

2.9 O lixo da propriedade e da agroindústria é:

- Coletado ou colocado em caçamba de serviço de limpeza pública;
 Queimado na propriedade; Enterrado na propriedade;
 Jogado em terreno baldio ou logradouro público; Jogado em rio ou açude;
 Outro destino: _____

2.10 O grupo familiar possui os seguintes bens:

- Antena parabólica;
 Aparelho de videocassete/ DVD;
 Ar-condicionado – Quantos:_____;
 Microcomputador/notebook/impressora – Quantos:_____;
 Acesso à internet via: banda larga; rádio; fibra ótica; satélite;
 Aparelho de TV – Quantos:_____;
 Rádio – Quantos:_____;
 TV por assinatura – Qual:_____;
 Assinatura de jornal: Local; Regional; Estadual;
 Fogão a gás; Fogão a lenha; Micro-ondas; Forno elétrico;
 Geladeira; Freezer;
 Máquina de lavar roupas; Máquina de lavar louças;
 Sistema de alarme; Sistema de câmeras
 Outros:_____

[Você pode marcar mais de uma alternativa]

2.11 Máquinas e equipamentos da propriedade:

- Arado; Arado de tração animal; Batedor de cereais; Colheitadeira;
 Ensiladeira; Microtrator; Niveladeira; Plantadeira; Plantadeira manual;
 Pulverizador; Pulverizador manual;
 Reboque; Reboque de tração animal;
 Roçadeira; Roçadeira costal; Subsolador;
 Outros:_____

[Você pode marcar mais de uma alternativa]

2.12 Máquinas e equipamentos da propriedade:

- () Tachos; () Painéis/travessas; () Batedeira; () Liquidificador;
 () Forno elétrico; () Forno micro-ondas; () Forno a lenha;
 () Dosadora; () Cortadora/picotadora; () Despoldadeira; () Envasadora;
 () Vidraria/embalagens; () Termômetro; () Balança;
 () Moinho/moedor/prensa; () Filtros/peneira; () Cadeiras; () Mesas;
 () Outros: _____

[Você pode marcar mais de uma alternativa]

2.13 Veículos:

- () Automóvel; () Motocicleta; () Caminhão; () Caminhonete; () Bicicleta;
 () Carreta agrícola; () Outros: _____

[Você pode marcar mais de uma alternativa]

2.14 Utilização da área da propriedade:

- () Agroindústria; () Lavoura permanente; () Lavoura temporária; () Açude;
 () Floresta nativa; () Floresta exótica/reflorestada; () Campo; () Pastagens;
 Outros: _____

[Você pode marcar mais de uma alternativa]

3 PRODUÇÃO FAMILIAR**3.1 Quais são os produtos produzidos na agroindústria?**

3.2 Qual o produto que possui embalagem: _____

3.3 Qual o produto que possui rótulo: _____

3.4 Qual o produto que possui código de barras: _____

3.5 Quanto à tecnologia dos equipamentos/máquinas utilizados na agroindústria:

- () Todos os equipamentos/máquinas são com tecnologia própria.
 () Há equipamentos/máquinas com tecnologia própria e com tecnologia adquirida.
 () Todos os equipamentos/máquinas são com tecnologia adquirida.

3.6 Qual a natureza da mão de obra na agroindústria? _____

3.7 Organização do trabalho produtivo:

- () Atividade artesanal; () Atividade artesanal e industrial; () Atividade industrial

3.8 Onde o conhecimento para produzir foi adquirido?

- () Com a família; () Por meio de orientação; () Outros: _____

4 COMERCIALIZAÇÃO**4.1 Como são realizadas as vendas da agroindústria:**

- () A vista; () A vista e a prazo; () A prazo.

4.2 Quais canais de comercialização são utilizados pela agroindústria?

4.3 Realizam troca de produtos com:

() Familiares; () Vizinhos; () Fornecedores; () Clientes; () Não há troca de produtos.

Se troca, qual produto adquire: _____

4.4 Como é realizado o transporte dos produtos produzidos na agroindústria?

5. SUPRIMENTO PARA A AGROINDÚSTRIA**5.1 Quais matérias-primas são produzidas na propriedade?** _____

5.2 Quais matérias-primas são adquiridas de fornecedores? _____

5.3 Como são realizadas as compras de matérias-primas/suprimentos para a agroindústria? _____

5.4 Qual a origem das matérias-primas compradas para a agroindústria?

() Vizinhos; () Cooperativa; () Comércio local; () Fornecedor regional;

() Fornecedor externo; () Outros: _____

5.5 Como é realizado o transporte da matéria-prima comprada? _____

6. AMBIENTE SOCIAL**6.1 Participação social da família na sociedade local e regional:**

() Associação comunitária; () Cooperativa; () Sindicato; () Associação de mulheres/ Clube de mães; () Associação vinculada à igreja; () Clube esportivo;

() Outros: _____

6.2 Em que a família gasta a maior parte do dinheiro? _____

6.3 Onde a família gasta a maior parte do dinheiro? _____

7. RESERVAS FINANCEIRAS E USO DE CRÉDITO

7.1 Nos últimos 5 anos, a agroindústria realizou investimentos em quê? _____

7.2 Quais investimentos foram realizados com financiamentos e/ou recursos próprios?

7.3 Atualmente o grupo familiar possui dívidas?

Quais: _____

7.4 Quem são os credores do grupo familiar?

() PRONAF Custeio; () PRONAF Investimento; () Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF; () FEAPER; () Comércio local; () Banco; () Crédito pessoal; () Outros: _____

7.5 Há separação das receitas/despesas da agroindústria das demais receitas/despesas da propriedade? () Sim; () Não

7.6 A agroindústria tem reservas financeiras? () Sim; () Não

7.7 A agroindústria apresenta rendimento suficiente para o pagamento das despesas e dívidas? () Sim; () Não

APÊNDICE B – Entrevista semiestruturada aplicada aos integrantes residentes na propriedade com agroindústria familiar

Idade: _____

Sexo: _____

Escolaridade: _____

Nome da agroindústria: _____

Questões

Como ocorreu a trajetória da família até os dias atuais? Com quem/qual geração começou a propriedade? Qual a época?

Como se desenvolveram as atividades na propriedade e na agroindústria?

Qual familiar começou com a atividade agroindustrial? Já possuíam ou realizavam atividades de agroindústria? Como o saber-fazer foi e é transmitido?

Por que começou a industrializar? Como foi o início da agroindústria?

Qual é a geração que possui a gestão da propriedade familiar?

Quem é responsável pela agroindústria?

Qual é o estado civil? O cônjuge é do meio urbano ou rural? Mora na mesma residência dos pais ou mora separado?

Todos os integrantes da família trabalham na agroindústria? Como é organizado o trabalho?

Qual a sua opinião em relação à saída e/ou à permanência do jovem no meio rural?

O que isso traz de resultado? Positivo e negativo?

Quais os fatores que motivam o jovem a sair do meio rural? A não querer trabalhar com agroindústria?

Quais os fatores que motivam o jovem a permanecer no meio rural? A querer trabalhar com agroindústria?

O que poderia ser feito para atrair a atenção do jovem para permanecer na agroindústria?

Qual a sua percepção em relação à vida no meio rural? O que é qualidade de vida no meio rural para você?

Como você vê o processo de sucessão ocorrendo na agroindústria? Quando você vê esse fato ocorrer?

Na sua visão, quais são as principais vantagens da agroindústria?

Na sua visão, quais são as principais desvantagens da agroindústria?

APÊNDICE C – Módulo fiscal de cada município da Região das Missões

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL ÍNDICES BÁSICOS DE 2013

Relação Alfabética

SR 11 - RIO GRANDE DO SUL

UNIDADE GEOGRÁFICA			ZP	MOD. FISC. (ha)	ZTM IE 50/97	FMP (ha)	LIM. EST. (ha)	SITUAÇÃO CADASTRAL		SUPER. TERRIT. (km²)	ÁREAS ESPECIAIS
CÓDIGO MUNICÍPIO	NOME DO MUNICÍPIO	MRG						IMÓVEIS	ÁREA (ha)		
4302501	BOSSOROCA	007	2	20	A2-2	2	30	2.085	153.726,0	1.610,6	F, PA
4303301	CAIBATÉ	006	2	20	B3-6	4	90	1.183	31.317,1	259,7	F, PA
4305207	CERRO LARGO	006	1	20	B3-6	4	90	1.529	18.271,2	177,7	F
4306353	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	007	2	20	A2-2	2	30	898	19.967,5	216,8	F
4306932	ENTRE-IJUÍ	007	2	20	A2-2	2	30	2.193	55.503,8	552,6	F
4307831	EUGÊNIO DE CASTRO	007	2	20	A2-2	2	30	995	36.686,3	419,3	F
4308656	GARRUCHOS	029	2	20	B2-5	3	75	945	70.329,0	799,8	F, PA
4309001	GIRUÁ	007	2	20	A2-2	2	30	2.932	84.601,1	855,9	F, PA
4309506	GUARANI DAS MISSÕES	006	1	20	B3-6	4	90	2.060	31.684,2	290,5	F
4312179	MATO QUEIMADO	006	2	20	B3-6	4	90	616	10.165,9	114,6	F, PA
4314555	PIRAPÓ	007	2	20	A2-2	2	30	1.129	23.768,3	291,7	F
4315107	PORTO XAVIER	006	1	20	B3-6	4	90	1.867	24.517,2	280,5	F
4315958	ROLADOR	007	2	20	A2-2	2	30	804	19.034,2	295,0	F, PA
4316303	ROQUE GONZALES	006	1	20	B3-6	4	90	1.680	31.607,6	346,6	F
4316477	SALVADOR DAS MISSÕES	006	1	20	B3-6	4	90	821	9.444,6	94,0	F
4317509	SANTO ÂNGELO	007	2	20	A2-2	2	30	3.839	74.349,1	680,5	F
4317707	SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES	007	2	20	A2-2	2	30	2.723	161.028,8	1.710,9	F, PA
4318903	SÃO LUIZ GONZAGA	007	2	20	A2-2	2	30	2.650	133.254,8	1.295,7	F, PA
4319158	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	007	2	20	A2-2	2	30	2.275	134.798,0	1.229,8	F, PA
4319208	SÃO NICOLAU	007	2	20	A2-2	2	30	1.027	49.815,1	485,3	F, PA
4319307	SÃO PAULO DAS MISSÕES	006	1	20	B3-6	4	90	1.761	22.113,8	223,9	F
4319372	SÃO PEDRO DO BUTIÁ	006	1	20	B3-6	4	90	767	10.177,7	107,6	F
4320578	SETE DE SETEMBRO	006	1	20	B3-6	4	90	422	6.722,9	130,0	F
4322343	UBIRETAMA	007	2	20	A2-2	2	30	989	11.949,9	126,7	F
4323754	VITÓRIA DAS MISSÕES	007	2	20	A2-2	2	30	978	18.261,8	259,6	F

Fonte: Criado pelo autor, com base nas informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Tabela com Módulo Fiscal dos Municípios, Pág. 85-96 - <http://www.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html?id=235>

ANEXO A – POLÍTICA DE SUCESSÃO DAS PROPRIEDADES NA FRANÇA

POLÍTICA DE SUCESSÃO DAS PROPRIEDADES NA FRANÇA

David Morelo*

Funcionamento geral

O governo francês prioriza a recuperação das propriedades para os jovens agricultores em vez da expansão das propriedades existentes. No entanto, ele apoia projetos considerados rentáveis/viáveis em longo prazo. O sindicato nacional dos jovens agricultores fornece ajuda e acompanha os candidatos, e esse sindicato tem escritórios com diferentes "departamentos".

Critérios para ter acesso no caso dos jovens (ordem cronológica)

- a) obtenção de diploma agrícola de graduação classe 4 geral ("Baccalauréat") ou profissional ("BPREA"), no mínimo;
- b) ter entre 18 e 40 anos;
- c) plano personalizado profissional: reunião com dois conselheiros de organização agrícola para avaliar as habilidades dos candidatos;
- d) atividades diferentes para cada "départementos" (por exemplo, o Eure): módulo de formação obrigatório de 21 horas (conhecer as etapas de instalação, explorar diferentes setores agrícolas), cursos na área de competência menos desenvol-

* Jovem agricultor familiar francês.

vida do candidato (gestão, técnico, mecânico ou contabilidade), estágios na França ou no estrangeiro em propriedades aprovadas pela associação e, se necessária, aquisição de competência profissional (se o diploma é inadequado para a função). O departamento é um dos mais exigentes para o conjunto de critérios desejado no documento de instalação. As terras possuem grande potencial produtivo, mas são altamente disputadas entre compradores.

- e) elaboração de um plano de desenvolvimento de sua propriedade em colaboração com uma empresa ou organização de contabilidade: estipular o valor da propriedade, de todas as despesas e dos investimentos, dos rendimentos e preços de venda dos produtos da propriedade, das necessidades de tesouraria;
- f) obtenção de licenças para operar sobre a propriedade que o candidato irá se instalar (pode ser o ponto mais longo e mais problemático do curso).

Condições de acesso ao financiamento

Dotação jovem agricultor: ajuda financeira do governo francês entre 8.000 e 17.300 € para a área de planície, e entre 10.300 e 22.400 € para as zonas desfavorecidas (zona de serras, banhados) no momento da instalação ou para os agricultores instalados anteriormente (com menos de 40 anos). A renda calculada/estimada pelo plano de desenvolvimento de sua propriedade não deve exceder três vezes o salário-mínimo garantido (cerca de 1.080 € líquidos ao ano, será uma limitação de 3.240 € líquidos), em valor mensurado sobre os cinco primeiros anos e em valor real do quinto ano.

Empréstimo especial para médio prazo: taxa de juros de 2,5% ao ano durante sete anos (com duração total máxima do empréstimo de 15 anos) e limitação máxima de 11.800 € do valor subsidiado (diferença dos juros pagos com uma taxa de empréstimo convencional). Nas zonas desfavorecidas, a taxa é de 1%, o tempo de ajuda passa a nove anos, e o teto é de 22.000 €. Todos os bancos, exceto o banco postal (o único público na França) estão envolvidos, e o principal deles é o *Crédit Agricole*.

Esses empréstimos são utilizados para financiar a aquisição ou o melhoramento do capital (terra dentro do limite de 10% do custo total da compra da propriedade/material, construção e rebanho são ilimitados) ou uma necessidade de capital de giro, com valor máximo de 2.360 € por concessão.

Benefícios sobre impostos: redução de 50% do lucro tributável durante os primeiros 60 meses; isenção progressiva das contribuições *Mutualité Sociale Agricole* (financiamento de proteção da saúde e pensões, o que pode ser uma despesa para os agricultores): a partir de 65% no primeiro ano, até 15% no quinto ano; alívio dos impostos (locais, sobre terreno): 50% apoiado pelo governo durante cinco anos, os 50% restantes podem ser tomados diretamente pelos municípios naquelas parcelas que estão operando entre zero e cinco anos. As declarações devem ser feitas e enviadas pelo novo produtor antes do fim do seu primeiro ano na propriedade, para que seja beneficiado.

Ajudas dos departamentos: ajuda com estabelecimento de padrões para o armazenamento de produtos fitossanitários e de fertilizantes líquidos (30% dos custos de obras com um teto de 12.000,00 €, excluindo impostos), com o planejamento do acesso para caminhão de laticínios (40% dos custos com um teto de 15.000,00 €, excluindo impostos), ajuda para a criação e o desenvolvimento de pontos de ven-

da, auxiliar de diagnóstico para a economia de energia elétrica. É um departamento que ajuda os agricultores.

Observa-se que há um apelo da França, que também pode ser percebido em toda a comunidade europeia, para estimular a permanência dos jovens no campo, como uma das estratégias de segurança alimentar. Além do mais, o governo verifica se o jovem tem perfil, qualificação técnica e estrutura mínima para atuar na atividade agropecuária, de maneira a bem alocar os recursos públicos. Nessa perspectiva, o encontro da aptidão com o fomento potencializa as chances de êxito da estratégia.